



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO, CURRÍCULO E INOVAÇÕES**  
**PEDAGÓGICAS - MPED**

**MICHELE RUFINO DA SILVA**

**EVASÃO ESCOLAR NO IF SERTÃO-PE – *CAMPUS***  
**SALGUEIRO: POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO**

Salvador - BA

2019

**MICHELE RUFINO DA SILVA**

**A EVASÃO ESCOLAR NO IF SERTÃO-PE – *CAMPUS*  
SALGUEIRO: POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO**

Projeto de Intervenção apresentado ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação, Currículo e Inovações Pedagógicas, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Silvia Maria Leite de Almeida

Salvador - BA

2019

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira

Silva, Michele Rufino da.

A evasão escolar no IF Sertão-PE - Campus Salgueiro : políticas de enfrentamento / Michele Rufino da Silva. - 2019.

194 f. : il.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvia Maria Leite de Almeida.

Projeto de intervenção (Mestrado Profissional em Educação, Currículo, Linguagens e Inovações Pedagógicas) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2019.

1. Evasão escolar. 2. Ensino profissional. 3. Ensino integrado. 4. Ensino técnico. I. Almeida, Silvia Maria Leite de. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Mestrado Profissional em Educação, Currículo, Linguagens e Inovações Pedagógicas. III. Título.

CDD 371.2913 - 23. ed.

**MICHELE RUFINO DA SILVA**

**A EVASÃO ESCOLAR NO IF SERTÃO-PE – *CAMPUS*  
SALGUEIRO: POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO**

Projeto de Intervenção apresentado ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação, Currículo e Inovações Pedagógicas, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Projeto de Intervenção aprovado em, 12 de março de 2019.

**Banca Examinadora:**

---

Sílvia Maria Leite de Almeida – Orientadora  
Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Professora Adjunta da Universidade Federal da Bahia – UFBA - Brasil

---

Alessandra Santos de Assis – Examinadora interna  
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia  
Professora Adjunta da Universidade Federal da Bahia – UFBA - Brasil

---

Lanara Guimarães de Souza – Examinadora externa ao Programa  
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia  
Professora Adjunta da Universidade Federal da Bahia – UFBA - Brasil

## DEDICATÓRIA

*À minha mãe, simplesmente porque a amo.*

*Ao meu marido, amor da minha vida.*

*Ao meu filho, meu maior tesouro.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, e, acima de tudo, a Deus por me conduzir até aqui.

À minha orientadora, professora Dra. Silvia Leite, por seus ensinamentos e orientações e por ter sido tão paciente comigo, escutando-me em minhas angústias e sempre disposta a me ajudar a seguir andando.

Às professoras Dra. Alessandra Assis e Dra. Lanara, que muito contribuíram na qualificação com sugestões pertinentes e proveitosas para a realização deste trabalho.

Ao meu marido, verdadeiro companheiro, por sempre acreditar em mim e lutar pela realização dos meus sonhos.

Ao meu irmão, Michael Jackson, por sempre me apoiar e por contribuir com seu carisma, aconchego e receptividade nas minhas idas e vindas do mestrado.

À minha amada cunhada/sogra Maria Fátima (Tata) por ser tão boa e me ajudar tanto com o meu filho. Em todas as viagens que fiz em razão do mestrado, ela sempre esteve presente, ajudando a cuidar do meu filho e isso me trouxe tranquilidade e paz.

Às minhas irmãs Chiara, Clícia, Jocastra e Denise e ao meu irmão Robson pelas orações e torcida.

Às minhas companheiras de jornada, Márcia e Patrícia, por compartilhar comigo muitos momentos de desafios durante todo o percurso.

Aos meus amigos de trabalho Fernanda, Jackson e Ivan grandes incentivadores da realização desse projeto.

Ao colega de trabalho, Paulo Garcez, pelas trocas constantes.

À minha bolsista do PIBIC, Gabriela Duarte, pela grande e importante colaboração na realização desta pesquisa.

Aos participantes desta pesquisa que muito contribuíram para sua concretização.

À gestão (geral e de ensino) do *campus* Salgueiro pela acolhida e disponibilidade.

A todos que fizeram parte de minha jornada, contribuindo para meu crescimento pessoal e profissional.

Enfim, agradeço a meus pais que, embora nunca tenham frequentado a academia, ensinaram-me a importância dos estudos, mostrando-me que só através dele o pobre tem a chance de mudar sua vida. E assim o fiz! E, hoje, com muito orgulho, escrevo mais um capítulo dessa nova história!

*Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso,  
eu amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas  
e amo o mundo, que eu brigo para que a justiça social se  
implante antes da caridade.*

**Paulo Freire**



SILVA, Michele Rufino. **A Evasão Escolar: políticas de Enfrentamento**. 193f. 2019. Projeto de Intervenção (Mestrado Profissional em Educação: Currículo, Linguagens e Inovações Pedagógicas) –Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

## RESUMO

O Projeto de Intervenção se configurou em um estudo de caso, que teve como escopo da análise identificar os fatores associados à evasão escolar nos cursos técnicos de nível médio em Agropecuária, Edificações e Informática, na modalidade integrada, com vistas à proposição de uma intervenção. Para tanto, buscando compreender o fenômeno da evasão escolar, recorreremos a Dore e Lüscher (2011); Fini, Dore e Lüscher (2013); Dore et al (2014); Dore e Sales (2015); Criprio et al (2015); Narciso (2015); Johann (2012), entre outros. Assim, na busca de compreender que fatores têm contribuído para a evasão escolar, pesquisamos os seguimentos que formam a instituição: alunos (em curso e evadidos); docentes; e, profissionais da educação. A pesquisa desenvolveu-se com base em 4 (quatro) fontes de coletas de dados, a saber: 1) levantamento bibliográfico; 2) pesquisa documental; 3) levantamento de dados no SAGE; e, 4) Entrevista/aplicação de questionário. A coleta de dados fundamentou-se na revisão da literatura que auxiliou na investigação do problema abordado, de modo a se compreender o fenômeno da evasão escolar na EPCT. Como fonte primária de coleta de dados, fez-se uso do SAGE para levantamento dos dados de evasão, dos alunos evadidos e em curso, bem como dos docentes com vínculo nos cursos ora investigados. Como fontes secundárias, foram utilizados documentos institucionais. Para a pesquisa, elaborou-se questionários para os alunos em curso, alunos evadidos no período de 2017 a 2018, para os docentes que atuam no ensino médio integrado e foram realizadas entrevistas com os profissionais em educação. A pesquisa objetivou compreender os fatores associados à evasão escolar, identificar ações já realizadas para acompanhamento dos alunos propensos a evadir e sugestões de ações a serem realizadas para superação da evasão escolar. Os sujeitos da pesquisa citaram vários fatores motivadores para a evasão escolar, tais como: não identificação com o curso/afinidade com a área, desinteresse/indisposição acadêmica, falta de tempo, atraso no percurso escolar, transporte escolar e reprovações, etc. O estudo mostrou que, embora já haja uma política pública voltada para a contenção da evasão escolar na RFEPCT, no *campus* Salgueiro, essa política não foi implementada, por isso é necessário o restabelecimento dos trabalhos da comissão e atuação efetiva, visto que essa comissão é tão necessária e importante para luta no combate à evasão escolar. Assim, como propostas a serem implementadas, de cunho emergencial, apontamos: 1. Restabelecimento da Comissão de Evasão; 2. Reorganização da comissão com a participação de representantes de todos os setores do ensino (SCA, Assistência de Alunos, Biblioteca, NAP, Setor Saúde, Coordenadores de cursos, chefe do departamento de ensino e NAPNE); 3. Elaboração de um formulário de pesquisa socioeconômica-cultural para a identificação do perfil dos estudantes em curso e ingressantes, de modo que a comissão possa fazer os encaminhamentos necessários para o apoio e acompanhamento dos estudantes; 4. Mapeamento dos estudantes para identificar os

alunos que estão em situação de risco de evadir e promover as intervenções necessárias; 5.A Instituição, como política institucional, de cursos de nivelamento em Português e Matemática para os alunos ingressantes; 6. Reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos; e, 7. Promoção de cursos de formação continuada para os docentes, a partir de suas necessidades.

**Palavras-chave:** Evasão Escolar. Educação Profissional. Ensino Médio Integrado.

SILVA, Michele Rufino. **A Evasão Escolar: políticas de Enfrentamento**. 193f. 2019. Projeto de Intervenção (Mestrado Profissional em Educação: Currículo, Linguagens e Inovações Pedagógicas) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

## ABSTRACT

The Intervention Project was configured in a case study, whose scope of analysis was to identify the factors associated with dropping out of high school technical courses in Agriculture, Buildings and Informatics, in integrated mode, with a view to proposing an intervention. Therefore, seeking to understand the phenomenon of dropout, we resorted to Dore and Lüscher (2011); Fini, Dore and Lüscher (2013); Dore et al (2014); Dore and Sales (2015); Criprio et al (2015); Narcissus (2015); Johann (2012), among others. Thus, in order to understand what factors have contributed to dropout, we researched the following segments that make up the institution: students (ongoing and evaded); teachers; and education professionals. The research was developed based on 4 (four) sources of data collection, as follows: 1) bibliographic survey; 2) documentary research; 3) data collection in SAGE; and 4) Interview / questionnaire application. The data collection was based on the literature review that assisted in the investigation of the approached problem, in order to understand the phenomenon of dropout in EPCT. As the primary source of data collection, SAGE was used to collect dropout data, students who were evaded and in progress, as well as teachers linked to the courses investigated. As secondary sources, institutional documents were used. For the research, questionnaires were prepared for current students, students evaded from 2017 to 2018, for teachers who work in integrated high school and interviews were conducted with professionals in education. The research aimed to understand the factors associated with school dropout, identify actions already taken to monitor students likely to drop out and suggestions for actions to be taken to overcome school dropout. The research subjects cited several motivating factors for school dropout, such as: non-identification with the course / affinity with the area, lack of academic interest / indisposition, lack of time, delay in school travel, school transportation and failures, etc. The study showed that although there is already a public policy aimed at curbing dropout at RFEPCT on the Salgueiro campus, this policy has not been implemented, so it is necessary to reinstate the committee's work and effective action, as this committee is so necessary and important to fight against dropout. Thus, as proposals to be implemented, of an emergency nature, we point out: 1. Reinstatement of the Evasion Commission; 2. Reorganization of the commission with the participation of representatives from all sectors of education (SCA, Student Assistance, Library, NAP, Health Sector, Course Coordinators, Head of Department of Education and NAPNE); 3. Development of a socio-economic-cultural research form to identify the profile of current and incoming students, so that the committee can make the necessary referrals for student support and follow-up; 4. Student mapping to identify students at risk of evading and promoting the necessary interventions; 5. The institution, as an institutional policy, of leveling courses in Portuguese and Mathematics for new students; 6. Reformulation of the Pedagogical Projects of the

Courses; and 7. Promotion of continuing education courses for teachers based on their needs.

**Key words:** School Evasion. Professional education. Integrated High School.

## LISTAS DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Matrículas no Ensino Médio Integrado no Brasil .....	47
<b>Gráfico 2:</b> Número de Matrículas do EMI na RFEPCT .....	48
<b>Gráfico 1:</b> Sexo dos alunos com vínculo ativo do EMI.....	75
<b>Gráfico 2:</b> Cor/Raça/Etnia dos Alunos em Cursos do EMI.....	76
<b>Gráfico 3:</b> Estado civil dos alunos com vínculo ativo do EMI.....	77
<b>Gráfico 4:</b> Faixa Etária dos Alunos do EMI em Curso. ....	77
<b>Gráfico 5:</b> Município de Origem dos alunos com vínculo ativo no EMI .....	78
<b>Gráfico 6:</b> % de alunos residentes na sede e em outros municípios .....	79
<b>Gráfico 7:</b> Área de procedência dos alunos com vínculo ativo do EMI .....	80
<b>Gráfico 8:</b> Renda familiar dos alunos com vínculo ativo do EMI .....	81
<b>Gráfico 9:</b> Sexo/Gênero dos Alunos Pesquisados em Curso do EMI. ....	81
<b>Gráfico 10:</b> Faixa Etária dos alunos Pesquisados em Curso do EMI.....	82
<b>Gráfico 11:</b> Estado Civil dos Alunos pesquisados em Curso .....	83
<b>Gráfico 12:</b> Escolaridade dos Pais. ....	84
<b>Gráfico 13:</b> Renda Familiar .....	84
<b>Gráfico 14:</b> Meio de Transporte.....	85
<b>Gráfico 15:</b> Taxa de Representação na Pesquisa de Cada Curso do EMI .....	86
<b>Gráfico 16:</b> Motivações para Continuar no IF. ....	89
<b>Gráfico 17:</b> Fatores Associados à Evasão Escolar na Visão dos Alunos em Curso	90
<b>Gráfico 18:</b> Sexo dos Alunos Evadidos .....	91
<b>Gráfico 19:</b> Estado Civil dos Entrevistados no Momento da Evasão .....	92
<b>Gráfico 20:</b> Escolaridade (pai/mãe).....	92
<b>Gráfico 21:</b> Renda Familiar - Alunos Evadidos.....	93

<b>Gráfico 22:</b> Relacionamento com os Colegas .....	94
<b>Gráfico 23:</b> Ano de Ingresso .....	94
<b>Gráfico 24:</b> Curso Frequentado.....	95
<b>Gráfico 25:</b> Duração da Permanência no Curso.....	95
<b>Gráfico 26:</b> Idade ao Ingressar no Curso .....	96
<b>Gráfico 27:</b> Situação Acadêmica Atual.....	97
<b>Gráfico 28:</b> Alunos Evadidos que Têm Interesse em Retornar os Estudos .....	98
<b>Gráfico 29:</b> Dificuldades durante a Permanência como Motivadores para a Evasão .....	99
<b>Gráfico 30:</b> Docentes que Possuem Licenciatura.....	104
<b>Gráfico 31:</b> Docentes que Possuem Curso de Formação Pedagógica.....	105
<b>Gráfico 32:</b> % por Ano de Conclusão .....	105
<b>Gráfico 33:</b> Taxa de Evasão Atual.....	128
<b>Gráfico 34:</b> Situação Geral Atual dos Cursos do EMI com Entrada no Período de 2011-2017.....	129
<b>Gráfico 35:</b> Situação Atual dos Alunos Ingressantes em 2011 .....	130
<b>Gráfico 36:</b> Situação Atual dos Alunos Ingressantes em 2012 .....	131
<b>Gráfico 37:</b> Situação Atual dos Alunos Ingressantes em 2013 .....	131
<b>Gráfico 38:</b> Situação Atual dos Alunos Ingressantes em 2014 .....	132
<b>Gráfico 39:</b> Situação Atual dos Alunos Ingressantes em 2015.....	132
<b>Gráfico 40:</b> Situação Atual dos Alunos Ingressantes em 2016 .....	133
<b>Gráfico 41:</b> Situação Atual dos Alunos Ingressantes em 2017 .....	134
<b>Gráfico 42:</b> % de Evasão Atual por Curso com ingresso no período de 2011 a 2017.....	135

## LISTAS DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Evasão nos Cursos Superiores - 2011 a 2017.....	25
<b>Tabela 2:</b> Evasão Escolar nos Cursos Subsequentes 2010-2017. ....	26
<b>Tabela 3:</b> Evasão Escolar nos Cursos do PROEJA 2012-2017.....	26
<b>Tabela 4:</b> Evasão Escolar nos Cursos Médio Integrado 2011-2017.....	27
<b>Tabela 5:</b> Fases de Expansão e Critérios para Instalação de Novos <i>Campi</i> .....	43
<b>Tabela 6:</b> Alunos evadidos, concluintes e em curso por nível e modalidade de ensino de 2004 a 2011 .....	49
<b>Tabela 7:</b> Cursos oferecidos pelo IFSertão-PE <i>Campus</i> Salgueiro.....	69
<b>Tabela 8:</b> Quantidade de Alunos por Modalidade .....	71
<b>Tabela 9:</b> Situação atual dos cursos do Ensino Médio Integrado com ingresso no período de 2011 a 2017. ....	127
<b>Tabela 10:</b> % de Evasão Atual por Curso com ingresso no período de 2011 a 2017. ....	134
<b>Tabela 11:</b> Taxa de evasão anual.....	136

## LISTAS DE FIGURAS E IMAGENS

<b>Figura 1:</b> Articulação entre os níveis de ensino, segundo às “leis orgânicas” 1942-1946.....	35
<b>Figura 2:</b> Articulação entre os níveis de ensino, segundo a LDB de 1961 .....	36
<b>Figura 3 -</b> Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.....	44
<b>Figura 4:</b> Mapa dos Campi e Reitoria do IF Sertão-PE .....	66
<b>Figura 5:</b> Mesorregião do Sertão Pernambucano e suas microrregiões, incluindo o Sertão Central.....	68
<b>Figura 6:</b> Organograma do IF Sertão-PE <i>campus</i> Salgueiro .....	71
<b>Figura 7:</b> Fluxograma da Proposta Interventiva.....	145
<b>Imagem 1:</b> Fachada do <i>campus</i> Salgueiro .....	65
<b>Imagem 2:</b> Seminário de Apresentação do Projeto de Pesquisa para Validação pela Comunidade Acadêmica .....	142
<b>Imagem 3:</b> Seminário - Pensando Políticas de Enfrentamento: Evasão Escolar e Inclusão dos Estudantes Surdos.....	143
<b>Imagem 4:</b> Seminário para Discutir Evasão Escolar e a Necessidade de Fortalecimento do EMI nos IF. ....	143



## LISTAS DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Localização Regional do IF Sertão-PE .....	67
<b>Quadro 2:</b> Área de Formação Docente.....	100
<b>Quadro 3:</b> Procedimentos Relatados Pelos Docentes Respondentes .....	109
<b>Quadro 4:</b> Ações dos Docentes para Enfrentamento das Dificuldades dos Alunos. .....	112
<b>Quadro 5:</b> Fatores Contributivos para a Evasão Escolar.....	115
<b>Quadro 6:</b> Ações para Conter a Evasão Escolar, Segundo os Docentes. ....	119
<b>Quadro 7:</b> Ações para o enfrentamento da Evasão Escolar. ....	148

## LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AE</b>	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
<b>CEFET</b>	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
<b>CF</b>	CONSTITUIÇÃO FEDERAL
<b>CNCT</b>	CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS TÉCNICOS
<b>CONIF</b>	CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA
<b>EJA</b>	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
<b>EMI</b>	ENSINO MÉDIO INTEGRADO
<b>EPCT</b>	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA
<b>E-TEC</b>	PROGRAMA ESCOLA ABERTA DO BRASIL
<b>FDE</b>	FÓRUM DE DIRIGENTES DE ENSINO
<b>FIC</b>	FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA
<b>IF</b>	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
<b>IF SERTÃO-PE</b>	INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO
<b>INEP</b>	INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA
<b>LDB</b>	LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL
<b>MEC</b>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
<b>MESP</b>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA
<b>PL</b>	PROJETO DE LEI
<b>PNE</b>	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
<b>PROEJA</b>	PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
<b>RFEPCT</b>	REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

<b>REDITEC</b>	REUNIÃO DE DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
<b>SAGE</b>	SISTEMA DE APOIO À GESTÃO ESCOLAR
<b>SEB</b>	SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA
<b>SCA</b>	SECRETARIA DE CONTROLE ACADÊMICO
<b>SETEC</b>	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
<b>SISTEC</b>	SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
<b>SNEMI</b>	SEMINÁRIO NACIONAL DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO
<b>TAM</b>	TERMO DE ACORDOS, METAS E COMPROMISSOS
<b>TCU</b>	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

## SUMÁRIO

1	<b>PRIMEIRAS PALAVRAS: UMA INTRODUÇÃO</b> .....	23
2	<b>UM POUCO DE HISTÓRIA: CONHECENDO A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO BRASIL (1909-2008)</b> .....	31
3	<b>EVASÃO ESCOLAR NO BRASIL: O QUE DIZEM OS AUTORES?</b> .....	50
4	<b>O ENSINO MÉDIO INTEGRADO: IDENTIDADE DOS INSTITUTOS FEDERAIS</b> .....	59
5	<b>ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS</b> .....	63
5.1	O <i>LÓCUS</i> DA PESQUISA .....	65
5.2	SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE COLETAS DE DADOS.....	72
5.3	OS SUJEITOS DA PESQUISA.....	73
5.3.1	<b>Alunos: tabulação dos dados e análise dos achados</b> .....	74
5.3.1.1	<i>Alunos em curso</i> .....	81
5.3.1.2	<i>Alunos Evadidos</i> .....	91
5.3.2	<b>Docentes: tabulação dos dados e análise dos achados</b> .....	99
5.3.3	<b>Profissionais da Educação ligados ao ensino: tabulação dos dados e análise dos achados</b> .....	122
5.4	A EVASÃO ESCOLAR NO <i>CAMPUS</i> SALGUEIRO DO IF SERTÃO-PE...	126
5.5	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CONTER A EVASÃO ESCOLAR .....	136
6	<b>PENSANDO UMA PROPOSTA DE ENFRENTAMENTO À EVASÃO ESCOLAR</b> .....	145
6.1	RESTABELECIMENTO DA COMISSÃO DE EVASÃO.....	147
6.2	REORGANIZAÇÃO DA COMISSÃO DE EVASÃO.....	148

6.3	FORMULÁRIO DE PESQUISA SÓCIO-ECONÔMICA .....	152
6.4	MAPEAMENTO DOS ESTUDANTES.....	153
6.5	CURSOS DE NIVELAMENTO.....	153
6.6	REFORMULAÇÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS ...	153
6.7	INSTITUIÇÃO DE POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS(AS) DOCENTES .....	154
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>155</b>
<b>8</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>157</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>162</b>
	ANEXO A – LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2018.....	162
	ANEXO B – DECRETO Nº 5.154, DE 23 DE JULHO DE 2004 .....	174
	ANEXO C – ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – ASSISTENTE SOCIAL.....	177
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>178</b>
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DISCENTE EM CURSO .....	178
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DISCENTE EVADIDO .....	181
	APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DOCENTE.....	184
	APÊNDICE D – ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – SERVIDORES LIGADOS AO ENSINO .....	186
	APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA ADULTOS NÃO ALFABETIZADOS, CRIANÇAS, ADOLESCENTES E PESSOAS LEGALMENTE INCAPAZES.....	187

APÊNDICE F – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS .....	191
---	-----

## 1 PRIMEIRAS PALAVRAS: UMA INTRODUÇÃO

A nova qualidade que encontramos no tratamento do velho problema da democratização da instrução é que esta está enfatizada enquanto direito. E mais, se integra o direito do povo à instrução no direito mais total à educação. Julgamos que defender o direito dos trabalhadores à educação é uma proposta mais radical do que apenas defender a escola para todos. A distinção entre educação, entendida enquanto instrução, e educação entendida enquanto produção-formação de homens, construção de identidade de uma classe, é uma velha distinção que vai além de uma pura diferença nominal e encontra uma longa e tensa tradição teórica e prática. Entre nós a negação da escola ao povo faz parte não apenas de uma negação de instrumentos básicos transmitidos pela escola, mas da negação de direitos das classes trabalhadoras à educação, à formação da cultura e da identidade enquanto classe. (ARROYO, 2012, p. 106)

Este projeto de intervenção se propôs a discutir a evasão escolar com os vários integrantes do corpo acadêmico do *campus* Salgueiro do IF Sertão-PE. Nesse sentido, pensar propostas de enfrentamento em relação à evasão escolar dos estudantes, não faria sentido, sem ouvir e integrar os vários membros do grande corpo que é *campus* Salgueiro. Por isso, os três seguimentos que formam a instituição (discentes, docentes e profissionais da educação) foram sujeitos desta pesquisa. Embora não tenha feito parte da metodologia deste trabalho, a discussão em torno da evasão escolar aconteceu durante todo o processo de construção deste Projeto de Intervenção.

As motivações para esta pesquisa foram inúmeras, uma vez que essa temática apareceu para mim, antes mesmo de eu pensar em ingressar no mestrado. Desde muito cedo, fui ensinada que só a educação poderia transformar a minha realidade, por isso tenho uma relação muito estreita com ela e a defendo com muita garra e coragem.

A minha história é uma história de lutas e vitórias. Vitórias porque fiz da Educação um meio de transformação da minha realidade e lutas porque tive que vencer muitos desafios para me manter na escola e finalizar cada etapa da educação concluída até aqui.

Sou a segunda filha de uma família muito pobre de sete filhos. Meus pais sempre batalharam muito para que seus filhos fossem à escola. Sempre conversavam conosco sobre a importância de se estudar e os usavam como

exemplos, apresentando suas (nossas) situações e explicando que se tivessem tido a oportunidade de estudar, não estaríamos em situação difícil, na qual nos encontrávamos.

O pacote de biscoito cream cracker foi meu companheiro de todas as manhãs durante anos. Acordava cedo, abria o pacote e contava oito (8) para cada um dos meus irmãos e irmãs. Como eu não tomava café, comia meus biscoitos com água e em seguida ia à escola. Chegando lá, torcia para que chegasse a hora do recreio para eu comer algo diferente.

Quando a escola não fornecia lanche, sempre aparecia um anjo para me ajudar. E assim foi até o ensino médio. Não foi fácil vencer! Tive que vencer a fome, o desânimo, a desesperança, a escassez de oportunidades. Mas, nunca desisti de lutar porque eu tinha a minha mãe ao meu lado, segurando a minha mão e me ajudando a subir cada degrau na minha formação.

Ouvir minha mãe dizer, quase todos os dias, que a única herança que podia me dar era o estudo, ajudou-me a enxerga-lo como um tesouro.

Assim, cresci acreditando que a educação era o instrumento de que eu dispunha para mudar a minha realidade. Nesse sentido, apeguei-me a essa ideia e aos 18 anos fui aprovada no primeiro concurso público. De lá para cá, realizei muitos concursos na busca de conseguir melhores condições de vida para mim e para minha família.

Em 2011, ingressei no Serviço Público Federal, especificamente, em uma instituição de ensino, ou seja, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – IF Sertão-PE, que tem como missão “o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social” (PACHECO, 2011, p.14). Percebi que esse seria um espaço em que eu poderia contribuir para que muitas histórias, assim como a minha, pudessem ser modificadas.

Os Institutos Federais nasceram como política pública, a partir da Lei 11.892/2008, e têm como objetivo levar educação pública e de qualidade para todas as regiões do país, especialmente para as regiões periféricas, contribuindo, dessa



forma, para que as pessoas não precisem se deslocar para os grandes centros em busca da realização de um curso, seja ele técnico ou superior. Vários *campi* dos Institutos Federais foram implantados por todo o país e a cidade de Salgueiro foi contemplada com um *campus* no ano de 2010.

Ainda em 2010, as atividades do *campus* foram iniciadas com a oferta de três cursos técnicos de nível médio na modalidade subsequente, ou seja, esses cursos foram ofertados para aqueles que já haviam concluído o ensino médio. No ano seguinte, o *campus* passou a oferecer cursos técnicos de nível médio na modalidade integrada (destinados à egressos do ensino fundamental) e cursos superiores.

O número de matrícula aumentou com a oferta de outras modalidades de ensino. No entanto, com o aumento da oferta, intensificou-se também o aumento na evasão.

Esses dados são apresentados nas tabelas 1, 2, 3 e 4 e corroboram a minha preocupação em relação à evasão escolar presente nos cursos do Instituto Federal do Sertão Pernambucano – IF Sertão-PE *campus* Salgueiro, pois as taxas de evasão são altíssimas e preocupantes, em todos os níveis e modalidades de ensino ofertados. As tabelas abaixo apresentam, de forma geral, a situação da evasão das modalidades e níveis de ensino ofertados no *campus* Salgueiro.

**Tabela 1:** Evasão nos Cursos Superiores - 2011 a 2017.

<b>Cursos Superiores</b>						
ANO DE INGRESSO	Nº DE MATRÍCULA INICIAL	EVADIDOS		DIPLOMADOS	MATRÍCULA ATIVA	
		DESISTENTES/D ESLIGADOS	TRANSFERIDOS		EM CURSO	VÍNCULO INTEGRALIZADO
<b>2011</b>	96	74	3	12	4	3
<b>2012</b>	75	53	2	10	7	3
<b>2013</b>	62	37	2	7	11	5
<b>2014</b>	74	53	2	1	18	0
<b>2015</b>	112	65	2	0	44	1
<b>2016</b>	79	36	0	0	43	0
<b>2017</b>	157	58	0	0	99	0
TOTAL GERAL	<b>655</b>	<b>387</b>		<b>30</b>	<b>238</b>	
%	<b>100%</b>	<b>59%</b>		<b>5%</b>	<b>36%</b>	

Fonte: Elaboração própria (ago/2018), a partir dos dados do SAGE.

**Tabela 2:** Evasão Escolar nos Cursos Subsequentes 2010-2017.

<b>Cursos Subsequentes Presenciais</b>						
ANO DE INGRESSO	Nº DE MATRÍCULA INICIAL	EVADIDOS		DIPLOMADOS	MATRÍCULA ATIVA	
		DESISTENTES/ DESLIGADOS	TRANSFERIDOS		EM CURSO	VÍNCULO INTEGRALIZADO
2010	195	137	1	56	0	1
2011	214	148	0	66	0	0
2012	202	154	1	46	1	0
2013	102	79	1	20	0	2
2014	194	148	0	34	7	5
2015	105	69	1	9	9	17
2016	99	59	0	0	40	0
2017	98	39	0	0	59	0
TOTAL GERAL	<b>1209</b>	<b>837</b>		<b>231</b>	<b>141</b>	
%	<b>100%</b>	<b>69%</b>		<b>19%</b>	<b>12%</b>	

Fonte: Elaboração própria (ago/2018), a partir dos dados do SAGE.

**Tabela 3:** Evasão Escolar nos Cursos do PROEJA 2012-2017.

<b>PROEJA</b>						
ANO DE INGRESSO	Nº DE MATRÍCULA INICIAL	EVADIDOS		DIPLOMADOS	MATRÍCULA ATIVA	
		DESISTENTES/ DESLIGADOS	TRANSFERIDOS		EM CURSO	VÍNCULO INTEGRALIZADO
2012	34	27	2	2	2	1
2013	36	29	0	3	2	2
2014	33	23	0	1	7	2
2015	33	20	2	0	11	0
2016	32	18	1	0	13	0
2017	34	12	0	0	22	0
TOTAL GERAL	<b>202</b>	<b>134</b>		<b>6</b>	<b>62</b>	
%	<b>100%</b>	<b>66%</b>		<b>3%</b>	<b>31%</b>	

Fonte: Elaboração própria (ago/2018), a partir dos dados do SAGE.

**Tabela 4:** Evasão Escolar nos Cursos Médio Integrado 2011-2017.

<b>Ensino Médio Integrado</b>						
ANO DE INGRESSO	Nº DE MATRÍCULA INICIAL	EVADIDOS		DIPLOMADOS	MATRÍCULA ATIVA	
		DESISTENTES/ DESLIGADOS	TRANSFERIDOS		EM CURSO	VÍNCULO INTEGRALIZADO
2011	100	32	31	27	3	7
2012	100	27	26	42	0	5
2013	106	26	42	30	3	5
2014	78	18	22	11	21	6
2015	70	30	14	0	26	0
2016	93	25	17	0	51	0
2017	90	19	8	0	63	0
TOTAL GERAL	<b>637</b>	<b>177</b>	<b>160</b>	<b>110</b>	<b>190</b>	
%	<b>100%</b>	<b>52,90%</b>		<b>17,27%</b>	<b>29,83%</b>	

Fonte: Elaboração própria (ago/2018), a partir dos dados do SAGE.

A tabela 1 demonstra a situação dos cursos superiores. Através dela percebemos uma taxa de evasão geral é de 59%, considerando o período de 2011 – quando do início da oferta – a 2017. Já as tabelas 2, 3 e 4 apresentam a evasão escolar nos cursos técnicos de nível médio, sendo que a tabela 2 nos apresenta a taxa de evasão dos cursos subsequentes, a tabela 3 dos cursos técnico de nível médio integrado, voltado para o público da educação de jovens e adultos e a tabela 4 dos cursos do ensino médio integrado. Sendo que as taxas de evasão são 69%, 66% e 52,9% respectivamente.

As tabelas acima evidenciam o grave problema que o *campus* Salgueiro do IF Sertão-PE tem enfrentado, pois a evasão já ultrapassou mais de 50% em cada um dos níveis e modalidades de ensino ofertados.

Neste sentido, esse trabalho nasce da minha inquietação ao lidar diariamente com esses dados da evasão em meu ambiente de trabalho, no caso, no IF Sertão-PE *Campus* Salgueiro e não compreender quais os fatores associados à evasão colaboram para a sua existência e crescimento.

É importante assinar que, inicialmente, ainda na fase de seleção do mestrado, apresentei, na carta de intenção, a proposta de trabalhar com evasão escolar e sua relação com a falta de formação inicial e/ou continuada de professores. Segui com

essa proposta durante todo o mestrado, mas ao me deparar com a banca de qualificação, foi sugerido trabalhar apenas com um dos temas, dado o tempo que se tinha para realizar a pesquisa. Foi uma decisão difícil e angustiante, uma vez que são dois problemas de grande proporção no Instituto Federal. A decisão foi difícil por acreditar que a falta de formação impacta nos números de evasão. Após intermináveis noites e mais noites sem dormir, optei por trabalhar apenas com evasão escolar. Sua escolha foi estratégica por acreditar que em algum momento a pesquisa me levaria à formação docente.

Pois bem, sou servidora do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – IF Sertão-PE, há oito anos. Por seis anos e quatro meses fui lotada na Secretaria de Controle Acadêmico, ocupando o cargo de Assistente em Administração e assumindo por um período a coordenação do setor. Há mais de um ano realizei outro concurso para a mesma instituição, no qual fui aprovada para o cargo de Técnica em Assuntos Educacionais, cargo que exerço atualmente.

O primeiro cargo me trouxe a vivência com os números: números de transferidos, números de desistentes, números de desligados, ou seja, números de evadidos. Não foi/é fácil lidar com esse tipo de número, uma vez que eles são preocupantes por apresentarem altas taxas de evasão no *campus*.

O segundo cargo tem me trazido a vivência com os dramas discentes. Suas dificuldades para se manterem na escola e finalizarem seus cursos.

Nesse sentido, movida pelo desejo de contribuir para que a transformação social ocorra, e acreditando que ela começa na escola a partir da formação profissional do indivíduo é que este trabalho foi concebido. Portanto, esse trabalho nasce da necessidade de compreender porque a evasão escolar ocorre no campus em que atuo e o que devemos e podemos fazer para contê-la.

Assim, este trabalho se constituiu em um estudo de caso qualitativo em que se buscou investigar as causas da evasão escolar nos cursos técnicos de nível médio em Agropecuária, Edificações e Informática, na modalidade integrada, do IF Sertão-PE *Campus* Salgueiro, com o intuito de apresentar um plano de ação voltado para superação da evasão escolar neste nível e modalidade de ensino.

Sabe-se que o problema da evasão não se assenta apenas nos cursos da educação básica, mas em todos os níveis e modalidades de ensino, conforme apresentado nas tabelas acima. A escolha por este nível se deu em razão de ser essa a etapa final da educação básica e o seu oferecimento público e acesso são garantidos por lei e a sua não conclusão fere o princípio constitucional e inviabiliza o acesso do cidadão ao mercado de trabalho e seu pleno exercício da cidadania.

A escolha da Instituição e *campus* se deram em virtude de estar inserida no ambiente e conhecer a realidade que me cerca.

Buscando compreender o fenômeno da evasão escolar, recorri a alguns pesquisadores, que se debruçam a pesquisar a evasão escolar na educação profissional e tecnológica. Para este estudo, baseei-me nas teorias de Dore, Araújo e Mendes ao nos informar que:

a evasão é um fenômeno complexo, multifacetado e multicausal, atrelado a fatores pessoais, sociais e institucionais, que podem resultar na saída provisória do aluno da escola ou na sua saída definitiva do sistema de ensino. Esse problema deve ser analisado por perspectivas diversas, tais como a perspectiva da escola, do sistema de ensino e do indivíduo. (DORE, ARAÚJO & MENDES, 2014, p. 386)

Os autores citados apresentam três perspectivas de análise do fenômeno da evasão: Escola; Sistema de Ensino; e, Indivíduo. Como este estudo intencionou propor uma intervenção para a evasão escolar nos cursos do EMI, optei por analisar o fenômeno considerando essas três perspectivas elencadas pelas autoras acima para melhor formular essa intervenção.

Embora, este estudo tenha se detido na perspectiva da escola, as demais perspectivas não foram desconsideradas, apenas enfatizei aquela perspectiva, com o propósito de compreender quais causas da evasão apontadas pelos sujeitos da pesquisa estão relacionadas à escola, de forma que pudesse propor uma intervenção pautada nas necessidades detectadas pelo estudo.

Para tanto, foi realizado um estudo de caso no IF Sertão-PE *Campus* Salgueiro, nas turmas dos cursos técnicos de nível médio, na modalidade integrada, com o intuito de investigar, junto aos alunos matriculados nesta modalidade de ensino, junto aos docentes e servidores técnicos administrativos vinculados ao ensino e junto aos alunos que evadiram no período de 2017 e 2018, as causas de

evasão escolar nos cursos já mencionados, que serviu de base para proposição da intervenção apresentada no decorrer desse trabalho.

Este projeto se apresenta composto por sete partes, a saber, essa introdução, na qual informo ao leitor a intenção dessa pesquisa. Na segunda parte do trabalho, apresento um breve histórico da Educação Profissional, Científica e Tecnológica – EPCT, buscando compreender todo processo histórico em que se deu a EPCT no Brasil. Utilizamos como recorte o ano de 1909, quando foi instituída a rede federal de educação com a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, até o ano de 2008 quando foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O objetivo aqui é compreendermos todo o processo de criação e transformação da EPCT no período de 1909 a 2008. Na terceira parte, faço a discussão teórica sobre evasão escolar no contexto da EPCT, buscando, através da literatura, compreender esse fenômeno. Na quarta parte, de forma breve, informo ao leitor o que é o Ensino Médio Integrado, modalidade objeto deste estudo. Na quinta parte, é feita a apresentação dos procedimentos metodológicos para a realização desta pesquisa, em que apresento o objeto de estudo, o campo da pesquisa, sujeitos da pesquisa, os procedimentos de coleta de dados, bem como os resultados e discussões. Na sexta parte deste trabalho, apresento a proposta interventiva e na sétima e última parte, apresento as considerações finais a respeito do trabalho.

## **2 UM POUCO DE HISTÓRIA: CONHECENDO A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO BRASIL (1909-2008)**

A classe que detém o poder material em certa sociedade detém também o poder intelectual, uma vez que possui os instrumentos materiais e conceituais para a elaboração do conhecimento; àqueles que são recusados os meios de produção intelectual só resta a submissão. Esse saber, elaborado pela classe dominante e que reflete seus interesses particulares, é apresentado como universal, como o único e verdadeiro válido. (KUENZER, 1986, p. 47.)

A história da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - RFEPCT começou, no país, no ano de 1909, quando Nilo Peçanha, com a morte de Afonso Pena, assumiu a Presidência da República e assinou, em 23 de setembro, o Decreto 7.566, que criou, inicialmente, dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices” distribuídas nos estados do país, destinadas ao ensino profissional primário gratuito e mantidas pelo Governo Federal, através do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. (BRASIL, 1909)

As escolas de Aprendizes Artífices eram destinadas somente para os desfavorecidos de fortuna, os pobres, órfãos, que tivesse idade entre 10 e 13 anos e não apresentasse defeito que impedisse o exercício do ofício. Nessa perspectiva, a Educação Profissional e Tecnológica – EPT nasce, no Brasil, revestida do caráter assistencialista. Segundo Kuenzer (2007), essas escolas tinham a finalidade moral de repressão, uma vez que objetivavam retirar das ruas os órfãos, os pobres, os desvalidos da sorte e educa-los pelo trabalho, caracterizando-se como política pública moralizadora da formação do caráter pelo trabalho.

No ano 1922, 13 anos após a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, o deputado mineiro, Fidélis Reis, enviou à Câmara Federal Projeto de Lei (PL) que previa o oferecimento obrigatório do ensino profissional no país, bem como sua destinação à elite e à classe trabalhadora. O objetivo era de que o ensino profissional fosse destinado a todo brasileiro, independentemente da classe social. Mas, o deputado encontrou numerosas resistências para sua aprovação. Somente em 1927, cinco anos após numerosas discussões é que a lei foi aprovada.

Entretanto, essa lei nunca foi executada. Segundo Soares (1995), em 24 de dezembro de 1928, o autor da lei, reclamava na tribuna ao dizer:

Eu não esperava que houvesse ainda de ocupar a tribuna para tratar de assunto que, desde minha entrada nesta Casa, vai já para cerca de três legislaturas, tem constituído o objeto precípua de minhas cogitações de parlamentar e de político. Vitorioso no Congresso o projeto de nossa iniciativa, instituindo a obrigatoriedade do ensino profissional, projeto que alcançava a 22 de agosto do ano findo a sanção do Executivo, supunha poder dar por finda minha tarefa. Havia cumprido o meu dever. Resultado de uma porfiada campanha, dir-se-ia para logo uma realidade; no terreno da prática, a lei vencedora, sem embargo, não logrou ela, até agora, início sequer de execução [...] (REIS, 1929, p. 203).

Mesmo a lei não sendo executada, sua semente foi plantada e, mais tarde, em 1971, a Lei Fidelis Reis inspirou a criação da Lei 5.692, que reformava no país o ensino de 1º e 2º graus (SOARES, 1995) e que será melhor explicada mais adiante.

Só no ano de 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), é que as Escolas de Aprendizes e Artífices deixaram de ser subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, e passaram a ser supervisionadas por um ministério voltado para a educação do país, no caso, Ministério da Educação e Saúde Pública - MESP, através da Inspeção do Ensino Profissional Técnico. Segundo Cunha (2005, p. 27-28):

Consistiu na extração, de dentro do Ministério da Justiça e Relações Exteriores, de dois setores que passaram a construir novas pastas: O Ministério do Trabalho para “superintender a questão social” que deixava de ser matéria afeita apenas à “ordem pública”; e o Ministério da Saúde Pública, para formação física, intelectual e moral da população.

Para o Ministério da Educação foram transferidos todos os órgãos do Ministério da Justiça e Relações Exteriores que atuavam nesse campo, como também os do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Foi assim que o sistema federal de escola de aprendizes artífices, a mais importante base para o desenvolvimento do ensino, passou para a área do Ministério da educação.

Em janeiro de 1937, foi aprovada a Lei n. 378 que transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais, destinados ao ensino profissional em todos os ramos e graus, atendendo ao dispositivo constitucional. Neste mesmo ano, devido ao momento de golpe por que o país passava, foi promulgada uma nova Constituição Federativa do Brasil, que, pela primeira vez, tratou do ensino técnico, profissional e industrial, no entanto, trazia um caráter extremamente dualista ao



tratar que a educação profissional era destinada exclusivamente para pobres. Segundo o artigo 129,

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais [...]. (BRASIL, 1981)

Piletti e Piletti afirmam que o preceito acima citado

[...] tornou-se o mais polêmico entre os dispositivos que se referem à educação na carta de 1937. Para alguns educadores, principalmente aqueles vinculados ao Estado Novo, trata-se de um avanço democrático, na medida em que o Estado se dispõe a dar assistência aos mais carentes entre a população; para outros, o mesmo preceito é discriminatório e antidemocrático, pois pressupõe a existência de dois tipos de educação: a destinada às elites – ensino secundário e superior – e a reservada aos pobres e às classes menos favorecidas – o ensino primário e o profissional -, representando uma volta aos padrões do Império, que perduraram ao longo da Primeira República e que a Revolução de 1930 havia superado. (PILETTI; PILETTI, 2016, p. 184)

Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), o dualismo no Brasil se enraíza na sociedade durante todos os séculos da escravidão e da discriminação dos trabalhos manuais. E que somente próximo da segunda metade do século XX é que o analfabetismo passou a ser percebido como um problema pelas elites intelectuais e a educação popular passou a ser alvo de políticas de estado. Mas, o pano de fundo sempre foi a educação geral para as elites dirigentes e a formação para o trabalho da camada popular. Por isso, para os autores, o dualismo toma um caráter estrutural a partir da década de 1940, com a instituição das leis orgânicas, melhores explicadas adiante.

No governo do Estado Novo, deu-se continuidade ao processo iniciado com a revolução de 1930, em termos de legislação educacional, com a elaboração de uma regulamentação federal, válida nacionalmente, abrangendo todos os graus e modalidade de ensino, porém com legislação específica para cada modalidade de ensino. Neste sentido, o ensino secundário foi reformado e os diversos ramos do ensino técnico-profissional, bem como o ensino normal e o ensino primário foram regulamentados. Essa reforma ficou conhecida nacionalmente como Reforma Capanema. (PILETTI; PILETTI, 2016).

É importante salientar que, mesmo com a queda de Getúlio Vargas, algumas legislações só foram promulgadas em 1946, como é o caso das legislações referentes ao ensino primário, normal e agrícola, mas esses decretos-leis foram preparados na gestão de Gustavo Capanema, durante o Estado Novo, por isso guardavam características das demais legislações aplicadas aos outros ramos e níveis de ensino, como é o caso da “centralização exacerbada, com normas rígidas e minuciosas, incluindo currículos e programas impostos de cima para baixo a todos os sistemas e estabelecimentos”. (PILETTI; PILETTI, 2016, p. 185)

Assim, segundo Manfredi (2017), a partir de 1942, com as instituições das leis orgânicas, a partir da reforma de Gustavo Capanema, os currículos e as articulações entre os cursos, ramos, ciclos e graus foram redefinidos, apresentando, dessa forma, uma outra configuração:

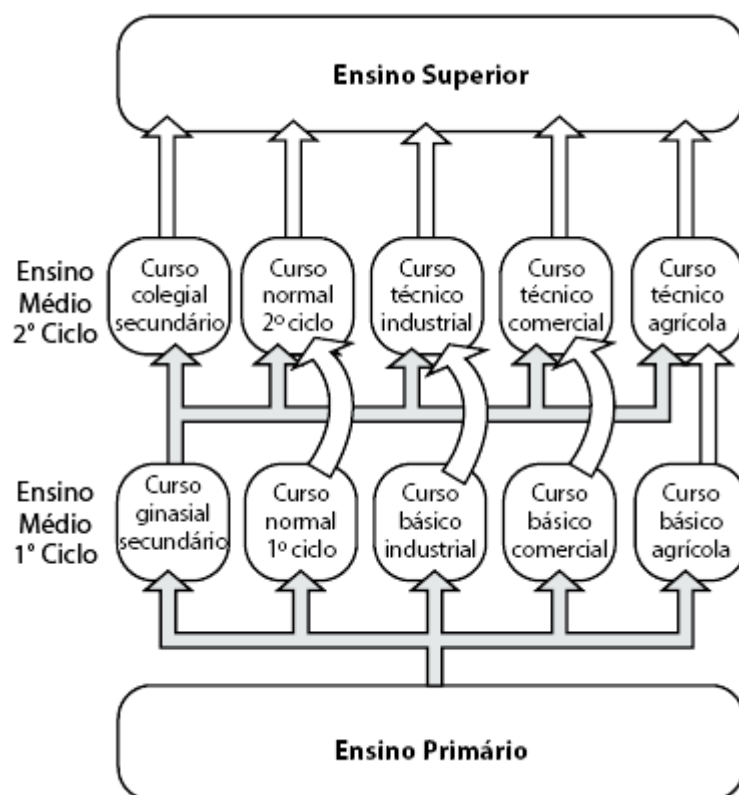
- O Ensino Primário, com quatro ou cinco anos de duração, destinava-se a todas as crianças de sete a doze anos. (Decreto-Lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946)
- O Ensino Médio, para jovens de doze anos ou mais, compreendia cinco ramos. O Ensino Secundário (Decreto-Lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942) tinha por objetivo formar os dirigentes, pelo próprio ensino ministrado e pela preparação para o superior. Os demais ramos do Ensino Médio tinham a finalidade de formar uma força de trabalho específica para os setores da produção e da burocracia: o ensino agrícola para o setor primário; o ensino industrial para o setor secundário; o ensino comercial para o setor terciário; o ensino normal para a formação de professores para o Ensino Primário. Cada ramo de ensino estava dividido em dois ciclos, o primeiro propedêutico ao segundo. O 1o Ciclo do Ensino Secundário, o ginásio, era propedêutico ao 2o Ciclo respectivo, o colégio, e também aos segundos ciclos dos demais ramos. O mesmo não se dava, entretanto, com os primeiros ciclos dos ramos profissionais, preparatórios apenas para seus respectivos segundos ciclos.
- O Ensino Superior permaneceu com a mesma estrutura de 1931. Cada “lei orgânica” referia-se à articulação dos ramos de ensino em questão com o superior. Até então, não havia a possibilidade de os concluintes de cursos não secundários se candidatarem aos exames vestibulares. Depois dessas leis, os egressos de cursos médios profissionais passaram a ter acesso muito restrito ao Ensino Superior, podendo candidatar-se apenas aos cursos relacionados aos que haviam feito. Os concluintes do 2o Ciclo do Ensino Secundário não tinham restrições de candidatura. (CUNHA, 2000c, p. 41, *apud* MANFREDI, 2017, p. 108)

O período de 1942 a 1946 foi um período em que a dualidade na educação - expressão da escola fragmentada, com o delineamento de caminhos diferenciados

segundo a posição social - mais uma vez foi oficializada e se expressava, na medida em que os egressos da educação profissional só tinham possibilidade de acesso ao ensino superior se fosse na mesma área de sua formação técnica, não podendo escolher outra. O acesso ao ensino superior era restrito e bastante limitado, o que contribuiu para que poucos tivessem acesso a esse nível de ensino. Por outro lado, os alunos que terminavam o secundário, tinham acesso ao ensino superior em qualquer área, ou seja, não havia restrição.

Para exemplificar o modelo de educação que o Brasil empreendeu a partir da Reforma Capanema, apresentamos abaixo a figura 2 que mostra como se articulavam os níveis de ensino.

**Figura 1:** Articulação entre os níveis de ensino, segundo às “leis orgânicas” 1942-1946



Fonte: Cunha, 2000, p. 39 *apud* Manfredi, 2017, p. 108.

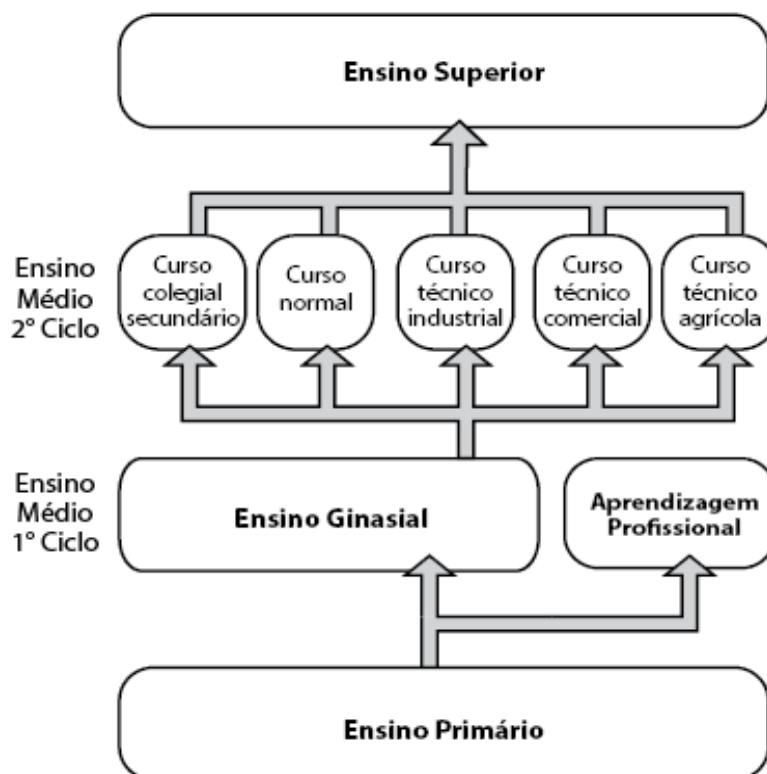
Segundo Ghiraldelli Jr. (2015), a Reforma Capanema organizava um ensino bifurcado, com o ensino secundário público destinado às “elites condutoras” e o ensino profissionalizante destinado à classe trabalhadora. Com isso, essa reforma

criava a “elite condutora” a partir de setores privilegiados economicamente, desconsiderando o processo escolar pelo qual passaria cada indivíduo, impedindo, dessa forma a elevação dos pobres a condições melhores. Essa ideia deixa clara o caráter extremamente elitista da reforma.

O ano de 1961 é marcado por profundas mudanças na política de educação profissional. Foi promulgada a lei nº da Lei 4.024, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional que, embora garantisse maior flexibilidade na passagem do ensino profissionalizante e secundário, a dualidade estrutural ainda persistia (MANFREDI, 2017).

Na figura 3 apresentamos o desenho da nova configuração da educação Brasileira a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nela é possível identificar que o ensino profissional foi equiparado ao ensino propedêutico, possibilitando o acesso ao ensino superior sem restrições.

**Figura 2:** Articulação entre os níveis de ensino, segundo a LDB de 1961



Fonte: Cunha, 2000, p. 166 *apud* Manfredi, 2017, p. 108.

Almeida (2006, p. 195) afirma que:

Apesar de manter praticamente a mesma postura proposta pelas Leis Orgânicas em relação ao ensino médio, indicou a fixação de até cinco disciplinas obrigatórias comuns a todos os ramos do segundo ciclo de ensino médio, permitindo que a conclusão de qualquer curso de ensino médio daria direito à inscrição nos concursos vestibulares de qualquer curso superior (CUNHA, 1989, p.33), sem qualquer espécie de privilégio, como pretendia uma de suas versões (ALMEIDA, 2006, p. 195).

Em 1971, inspirado pelos ideais de Fidelis Reis, o professor Valnir Chagas é autor do anteprojeto da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 que fixou diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, em que tornou, compulsoriamente, técnico-profissional todo currículo do segundo grau (SOARES, 1995).

A Lei 5.692/71 pouco contribuiu para a educação nacional. O que se pode trazer como fator positivo dessa lei, foi o aumento de quatro para oito anos de escolarização obrigatória, e a extinção do exame de admissão para ingresso no ginásio.

Apesar de não ter havido a garantia da efetivação do direito ao acesso a este nível de ensino, no campo normativo, em termos de legislação, foi um ganho importante.

Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), essa lei surgiu com o duplo propósito: primeiro, com a intenção de atender à demanda surgida por técnicos de nível médio e segundo, com a intenção de conter a pressão pela formação de nível superior, pressão controlada pelo caráter de terminalidade do ensino técnico.

Quanto ao ensino de 2º grau ter se tornado, compulsoriamente, técnico-profissional, gerou um caos para a educação brasileira, visto que não foi possível a efetivação da lei em decorrência da falta de recursos financeiros para adequação dos sistemas oficiais de ensino, contratação de professores, qualificação dos professores para assumir as disciplinas e instalação de laboratórios, por exemplo.

Para Ghiraldelli Jr. (2015), a Lei 5.692, de 1971 foi agressivamente desastrosa para a educação, primeiro porque com o exagerado número de habilitações instituídas pelo Conselho Federal de Educação – CFE, gerou confusão, uma vez que o CEF previa várias habilitações para um mesmo setor de atividade, fato que também contribuiu para a descaracterização do Segundo Grau. Depois

porque, o sistema particular de ensino, buscando satisfazer a sua clientela, burlou a lei e continuou a oferecer o curso colegial propedêutico ao ensino superior, preparando seus alunos para o acesso às faculdades e universidades, que neste caso, somente a elite tinha essa possibilidade, uma vez que a classe popular só tinha acesso ao ensino público, dada suas condições materiais.

Ainda segundo o mesmo autor, o maior equívoco da Lei 5.692/71:

[...] foi o de quebrar a espinha dorsal do ensino profissional existente, que até então funcionava bem. Tendo transformado todo o Segundo Grau em profissionalizante, a Lei acabou desativando, também, a Escola Normal. Transformou o curso de formação de professores das quatro séries iniciais do ensino básico na “Habilitação Magistério”, que na prática passou a ser reservada aos alunos que, por suas notas mais baixas, não conseguiam vagas nas outras habilitações que poderiam encaminhar para o ensino superior. Foi, talvez, um dos mais sérios golpes na política de formação de professores, ao menos até a década de noventa quando, então, outras situações mais desastrosas ainda vieram atingir a formação de professor de primeira à quarta série do ensino fundamental (GHIRALDELLI JR., 2015, p. 165).

Segundo Piletti e Piletti (2016), o período da ditadura militar foi extremamente maléfico para a educação brasileira, pela falta de políticas públicas voltadas para a educação da classe popular. Eles nos apresentam alguns dados que evidenciam a triste e difícil situação em que nos encontrávamos no final da ditadura militar:

- a) em 1980, 25,94% dos brasileiros de 15 anos ou mais eram analfabetos, de acordo com o IBGE;
- b) dos alunos que iniciaram o 1º grau em 1978, pouco mais que a metade, 55,3%, passaram para a 2ª série em 1979, 38,5% cursaram a 5ª série em 1982, 18,3% fizeram a 8ª série em 1985, 11,8% terminaram o 2º grau em 1988 e apenas 5,9% conseguiram ingressar no ensino superior em 1989, segundo dados do MEC;
- c) ainda conforme o IBGE, os alunos do 1º grau que, em 1980, representavam 18,6% da população brasileira, passaram a ser 18,3% em 1985; e os alunos do 2º grau que, em 1980, correspondiam a 2,37, da população, caíram para 2, 23% em 1985;
- d) em 1989, aproximadamente 5 milhões de crianças de 7 a 14 anos estavam fora da escola. (PILETTI E PILETTI, p. 214-215, 2016)

No período de 1980 a 1990, devido à globalização, com a nova configuração da economia mundial, o Brasil acaba passando por profundas e polêmicas

mudanças na economia. O que gera a intensificação da tecnologia associada a uma nova configuração dos processos de produção, que acaba exigindo do ensino brasileiro novas configurações.

Assim, em 1982, é publicada a Lei 7.044, que revogou a compulsoriedade profissionalizante do ensino de 2º grau, instituída pela Lei 5.692/71. Essa lei contribuiu para a manutenção da dualidade presente no ensino de 2º grau no Brasil, uma vez que havia a exigência das 2200 horas para o ensino de 2º grau. Entretanto, no caso dos cursos profissionalizantes, a carga horária de 2200 horas era dividida entre formação geral e formação especial, já nos cursos não profissionalizantes, as 2200 horas passaram a ser destinadas exclusivamente para a formação geral, fato que privilegiava o ensino propedêutico em relação ao profissionalizante, por possibilitar uma destinação maior de carga horária à formação básica plena. Com isso, os estudantes dos cursos técnicos tinham desvantagens em relação aos estudantes dos cursos propedêuticos por estes últimos possibilitarem melhores condições para acesso ao ensino superior e à cultural geral (FRIGOTTO; CIAVATA; RAMOS, 2005).

Ainda, segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), com a mudança proporcionada pela lei 7.044/82, as escolas técnicas federais passaram a ganhar destaque na formação oferecida por elas, já que estas seriam as instituições mais adequadas para oferecer o ensino de 2º grau profissionalizante.

Após intensas lutas, em 1988 foi promulgada a nova Carta Magna, que, com ela, veio muitos ganhos sociais, trazendo em seu artigo 6º a educação como direito social. Mais adiante, no artigo 227, a carta traz como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente o direito à educação.

Em seção própria destinada à educação, a constituição traz como objetivo da educação, o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A instituição dessa nova Constituição exigiu novas configurações do ensino brasileiro. Nesse sentido, os defensores da educação travaram muitas lutas em busca a instituição de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que atendessem os seus anseios.

Passados os anos, após muitas lutas e discussões em torno de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, inspirada nos preceitos da

Constituição Federal em vigência, em 1996 foi promulgada a Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e que, mais tarde, em 2008, a partir da Lei nº 11.741, dedicou cessão própria à Educação Profissional.

A LDBEN, para alguns e LDB para outros (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) foi um marco importante para a educação básica no país. A partir dela, o ensino propedêutico passou a ser destinado, não mais somente à classe dominante, mas a toda a população. Embora o ensino ainda continuasse muito restrito, uma vez que o ensino obrigatório era apenas o ensino fundamental. Mas, a lei já previa a universalização do Ensino Médio.

Com base em Oliveira (2013), há muitos anos, existe na literatura brasileira, a discussão sobre o verdadeiro papel do ensino médio para a sociedade brasileira. Por um lado, tem-se aqueles que veem essa etapa de ensino com o objetivo de preparar para continuidade de estudos nas universidades, há outros que a caracteriza como etapa importante para garantir formação profissional.

O fato é que ainda há essa indefinição sobre a verdadeira identidade do ensino médio no Brasil. Entretanto, a discussão que girava em todo dessa etapa de ensino nos anos 80 e 90, era de que o processo de ensino, no seu interior, teria que garantir uma formação mais sólida dos chamados conteúdo das humanidades, por acreditar que uma sólida formação básica contribuiria para uma melhor formação profissional, cujo objetivo era garantir uma formação mais integral do aluno. No entanto, o Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, veio em direção contrária a essa perspectiva, criando, dessa forma, uma desarticulação entre essas duas modalidades de formação: ensino médio e formação profissional.

Para Oliveira (2013, p. 220) essa desarticulação esvaziou “a possibilidade de concretização de uma outra perspectiva de formação profissional”, com a reinstauração da dicotomia entre a formação para o trabalho e a formação para o pensar.

Depois que Luiz Inácio Lula da Silva assume a Presidência da República, em 2003, gerou-se em torno de sua gestão expectativas de que seria dado novo tratamento à educação profissional e tecnológica, no sentido de reconstruí-la como política pública. Durante todo o ano ocorreram discussões sobre a temática de



educação profissional. Um desses momentos foi o “Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica: Concepções, Experiências, Problemas e Propostas” promovido pelo MEC, através da Secretaria de Educação Média e Tecnológica e do Programa de Expansão da Educação Profissional. “Esta iniciativa partiu do pressuposto de que o Estado tem um papel decisivo na indução do desenvolvimento econômico e social, com especial destaque para a sua atuação nas áreas da Educação, da Ciência e da Tecnologia”. (ANAIS SNEPCEPP, 2003)

Após vários momentos de discussões em relação à temática de educação profissional, foi instituído, em 2004, o Decreto 5.154, que revogou o Decreto 2.208/1997. Essa nova legislação possibilitou a integração do ensino propedêutico com o ensino profissional, integração essa impedida pelo Decreto 2.208/1997. Entretanto, a segmentação ainda se manteve prevista. Nesse sentido, a articulação entre o ensino profissional técnico e o ensino médio poderia ocorrer de três formas distintas, conforme prevista no § 1º do art. 4º:

§ 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

Para alguns autores, a novidade do Decreto foi a instituição do Ensino Médio Integrado (EMI) para os concluintes do ensino fundamental, com matrícula única no estabelecimento de ensino, conduzindo os alunos à habilitação profissional técnica

de nível médio. As demais formas de articulação: concomitante e subsequente, já eram previstas no Decreto nº 2.208/97.

Para Ortigara e Ganzeli (2013, p. 269), “é importante assinalar que a possibilidade de integração do ensino médio com o ensino técnico representou um avanço no processo de redução da dualidade entre essas modalidades de educação.”

É importante assinalar que, no Brasil, a partir de 2003, foram implementadas, na área educacional, políticas que, de certa forma, se contrapuseram às concepções neoliberais iniciadas na década de 1990, com o governo de Fernando Collor de Melo e continuadas nos governos que se seguiram. Uma das medidas tomadas, neste novo período que se inaugurou, na busca da ampliação do acesso à educação pública de qualidade, foi a expansão da Rede Federal de Ensino, com a criação de novas universidades federais, ampliação das existentes e instalação de vários institutos federais de educação profissional e tecnológica, objetivando-se levar educação básica, técnica e tecnológica para todas as regiões do país, especialmente para as regiões periféricas. (PACHECO, 2011)

Segundo o Ministério da Educação (MEC), no período de 1909 – momento em que foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional com a criação das escolas de Aprendizes e Artífices – a 2002, foram construídas apenas 140 escolas técnicas no país. Já a partir de 2003, houve um grande investimento na implantação de estabelecimentos de ensino profissional vinculados à Rede Federal de Educação, com a construção de mais de 500 novas unidades de ensino profissional que atendiam ao então plano de expansão da educação profissional, totalizando 644 *campi* em funcionamento. (BRASIL, 2016)

Em 2005, foi lançada a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal, com a construção de 60 novas unidades de ensino pelo Governo Federal, na qual os *campi* Salgueiro e Ouricuri, do atual IF Sertão-PE, estão inseridos. Essa primeira fase utilizou-se de vários critérios para a destinação das novas unidades. Um desses critérios foi a importância do município para a microrregião, da qual faz parte.

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), com a implantação de novos *campi*, se deu a partir de três fases e foi feita com base em alguns critérios, conforme mostrada na tabela 5.

**Tabela 5:** Fases de Expansão e Critérios para Instalação de Novos *Campi*

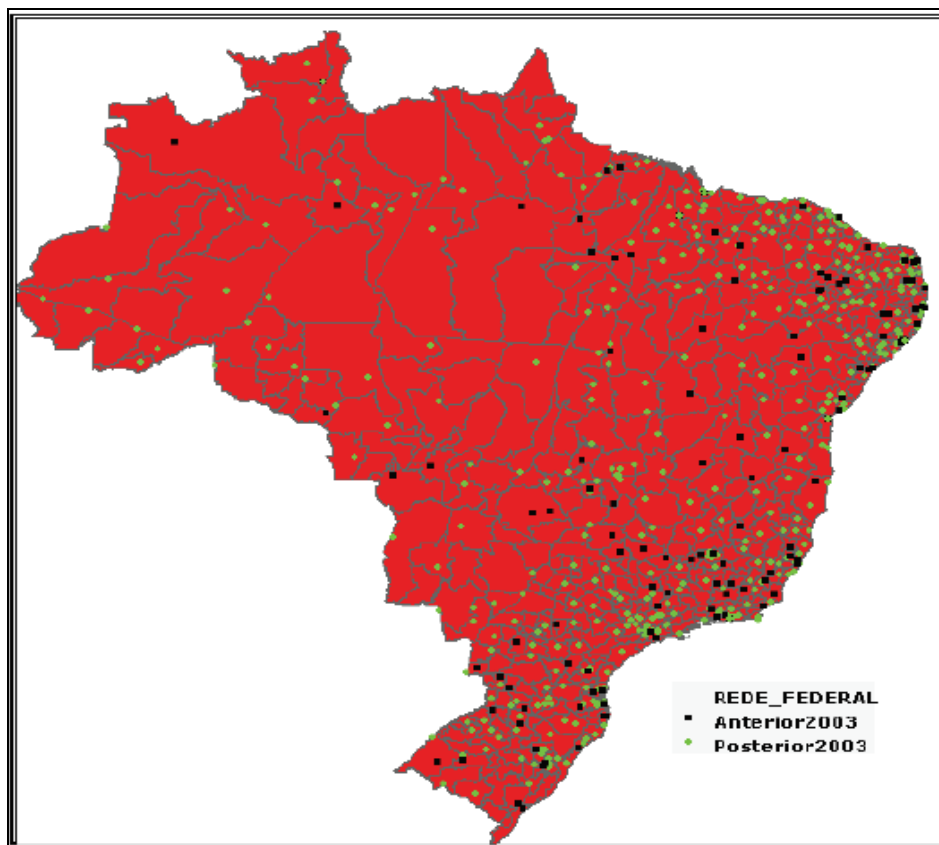
Fase da Expansão	Critérios
Fase I (2003 a 2010)	a) Proximidade da escola aos arranjos produtivos instalados em níveis local e regional; b) Importância do município para a microrregião da qual faz parte; c) Valores assumidos pelos indicadores educacionais e de desenvolvimento socioeconômico; d) Existência de potenciais parcerias para a implantação da futura unidade; e) Atender a pelo menos uma das três seguintes diretrizes: e.1) estar localizada em uma Unidade da Federação que ainda não possui instituições federais de educação profissional e tecnológica instaladas em seu território; e.2) estar localizada em alguma das regiões mais distantes dos principais centros de formação de mão de obra especializada; e.3) nos casos em que o município selecionado pertencer a uma região metropolitana, a escola deverá estar situada nas áreas de periferia.
Fase II (2011/2012)	a) Distribuição equilibrada das novas unidades (distância mínima de 50 km entre os novos <i>campi</i> ); b) Cobertura do maior número possível de mesorregiões; c) Sintonia com os arranjos produtivos locais; d) Aproveitamento de infraestrutura física existente; e) Identificação de potenciais parcerias.
Fase III (2013/2014)	a) População dos Estados em relação à população total do Brasil; b) Presença das redes federal e estadual de educação profissional e tecnológica nos Estados (esta última apoiada pelo Programa Brasil Profissionalizado); c) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de cada Estado; d) Jovens de 15 a 24 anos cursando os últimos anos do ensino fundamental (6º ao 9º ano) em relação à população jovem do Estado; e) Número de mesorregiões e municípios presentes em cada unidade da Federação.

Fonte: MEC/SETEC, *apud* TCU (2012, p. 7-8).

A expansão ocorrida a partir de 2003 pode ser melhor observada através da Figura 1 logo a seguir. A figura mostra a interiorização da Rede no Brasil. Com isso, percebe-se que houve um grande investimento na implantação de novos estabelecimentos de ensino da RFEPCT. Essa expansão foi fruto de três fases, conforme já demonstrada na tabela 5 acima.

No ano 2006, começaram as discussões em torno da reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – RFEPCT. Após as discussões, foi lançado, em 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação, que propunha a reorganização da RFEPCT que em 2008, através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro, foi instituída a Rede Federal de Educação Científica, Profissional e Tecnológica, ao mesmo tempo em que se criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF). Os Institutos Federais foram criados mediante a transformação das Escolas Técnicas Federais, das Escolas Agrotécnicas Federais e dos Centros Federais de Educação Tecnológica existentes à época no país e que aderiram à transformação. Ao total foram criados 38 Institutos Federais distribuídos por todo o país.

**Figura 3** - Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica



Fonte: TCU (2012, p. 8)

A Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a RFEPT e que criou os IF em seu art.2º estabelece que:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008).

Observa-se que essa lei trouxe, como finalidades e características dos IF, a oferta da educação profissional e tecnológica, em vários níveis e modalidades de ensino, a saber: educação básica, compreendida pelo ensino médio, nas modalidades integrada, concomitante e subsequente, bem como na modalidade de educação de jovens e adultos; superior, com cursos de graduação e pós-graduação, sendo o primeiro compreendido por cursos de bacharelados, de tecnologias, de licenciaturas e cursos de formação pedagógica, e o segundo compreendido por cursos de aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado. Além desses, ainda há a oferta de cursos de formação inicial e continuada.

Neste sentido, os IF foram criados com as finalidades e características de:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente. (BRASIL, 2008).

A partir das finalidades e características dos Institutos Federais, percebe-se sua importância no contexto em que estiver inserido. Os IF foram criados com o objetivo de levar educação de qualidade para as regiões periféricas do país. Nessa perspectiva, sua maior demanda de atuação é na educação básica técnica, sendo que 50% de suas vagas devem ser reservadas para os cursos de nível médio, prioritariamente, os cursos de ensino médio integrado ao técnico, objeto de nosso estudo.

Assim, a Lei estabeleceu que a maior demanda de atuação dos IF seria na educação básica, com a reserva de 50% de suas vagas, por exercício letivo, para

educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente, na forma integrada, para alunos concluintes do ensino fundamental e para o público da Educação de Jovens e Adultos; orientou também a reserva de 20% das vagas para os cursos de licenciaturas e de formação pedagógica; e, 30% restantes para os níveis e modalidades de ensino que se seguem: cursos de graduação (bacharelados e de tecnologia), cursos de pós-graduação *lato sensu* - aperfeiçoamento e especialização - e cursos de pós-graduação *stricto sensu* - mestrado e doutorado. (BRASIL, 2008a)

Pacheco (p. 18, 2011) nos esclarece que os IF nasceram como política pública e que:

[...] aponta para um novo tipo de instituição identificada e comprometida com o projeto de sociedade em curso no país. Representa, portanto, um salto qualitativo em uma caminhada singular [...] Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social. (PACHECO, P. 18, 2011)

Assim, fica evidente que os IF nasceram com o objetivo de promover transformação social, de possibilitar à classe trabalhadora acesso a uma educação de qualidade, a partir da educação básica, objetivando-se romper, de fato, com o dualismo estrutural que permeou a educação brasileira desde sua concepção.

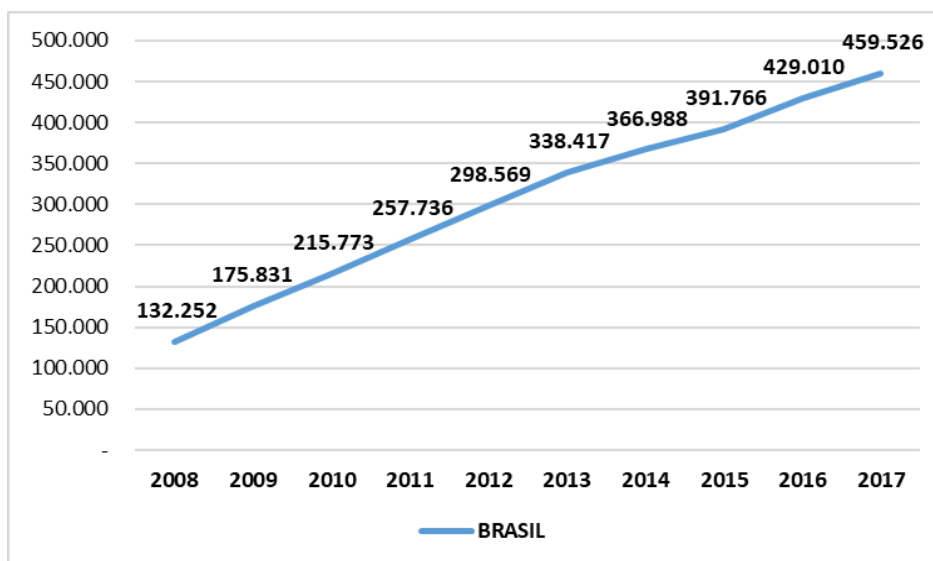
Para garantir que a população de baixa renda tivesse acesso às vagas das universidades e dos Institutos Federais, além de instalar *campi* nas regiões periféricas do país, nas cidades do interior, foi instituído o sistema de cotas através da Lei nº 12.711, de 2012, que reserva 50% das vagas para alunos oriundos de escolas públicas, destes 50% das vagas são para alunos pretos, pardos ou indígenas. Com isso, permitiu-se o acesso às vagas nos Institutos Federais e nas universidades públicas do Brasil.

Observa-se, que houve, com a criação de vários *campi* dos Institutos Federais, um aumento expressivo na oferta de vagas e que essas vagas, em sua maioria, são destinadas ao público da educação básica. O MEC, através do INEP (2018), nos apresenta um registro cumulativo de 75.044 matrículas na educação básica técnica,

ofertadas pela rede federal, no período de 2005 a 2015 no estado de Pernambuco, por exemplo.

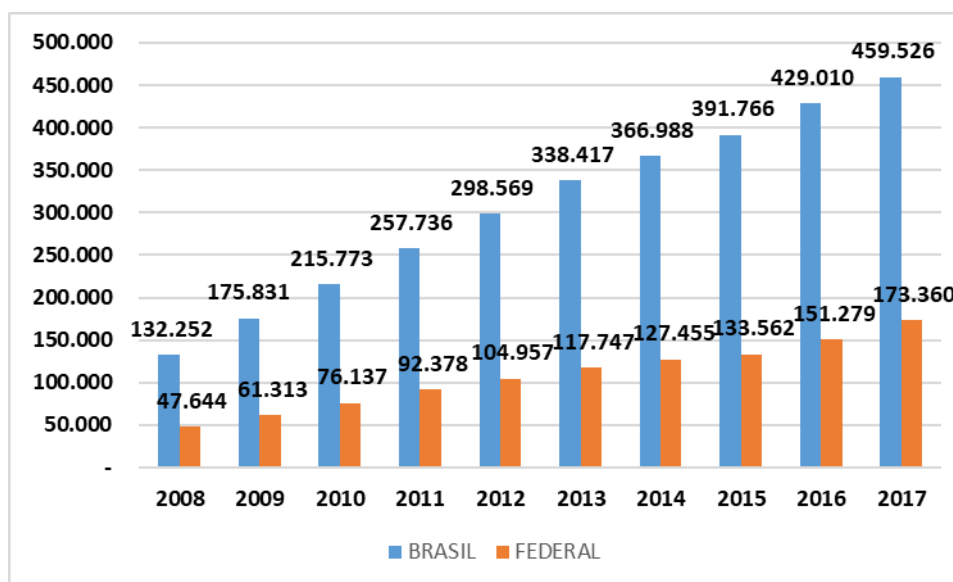
O aumento nas matrículas do Ensino Médio Integrado (EMI), no Brasil, também pode ser observado através do gráfico 1. Os dados mostram que houve um crescimento substancial na oferta de vagas para este nível e modalidade de ensino. Já o gráfico 2 mostra que no período de 2008 a 2017 houve um aumento substancial na oferta de vagas para o EMI no Rede Federal, a partir da ampliação da RFEPCT e do estabelecimento do EMI como oferta prioritária, fato que contribuiu para que o número quase que quadruplicasse em 10 anos (2008-2017).

**Gráfico 1:** Matrículas no Ensino Médio Integrado no Brasil



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados das sinopses estatísticas (2008-2017) do MEC/INEP

Mas, com o aumento da oferta do EMI nos Institutos Federais, veio a intensificação dos números de estudantes que abandonaram seus estudos. O problema da evasão, nos Institutos Federais, se apresenta cada vez mais crescente, o que levou o Tribunal de Contas da União - TCU a auditá-los entre os anos de 2011 e 2012, trazendo como uma das pautas da auditoria a evasão e medidas para reduzi-la.

**Gráfico 2:** Número de Matrículas do EMI na RFEPCT

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados das sinopses estatísticas (2008-2017) do MEC/INEP

A auditoria resultou no Acórdão Nº 506/2013, em que o TCU recomenda ao MEC, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), que:

institua, em conjunto com os Institutos Federais, plano voltado ao tratamento da evasão na Rede Federal de Educação Profissional, que contemple: a) levantamento de dados de variáveis que permitam identificar alunos com maior propensão de evasão; b) inserção nos Termos de Acordos de Metas e Compromissos de indicadores de evasão, retenção e conclusão, desagregados para diferentes modalidades de cursos (Médio Integral, Licenciatura etc); c) análise quanto à viabilidade de adequação dos critérios PNAES ou de normatização/regulamentação de outras linhas de assistência estudantil voltadas ao atendimento de alunos com risco de evasão; d) garantia de alocação de profissionais para realizar o acompanhamento escolar e social de alunos nos campi; e) o fomento à participação de alunos em programas de reforço escolar, assim como a sua participação como tutores e monitores;(MPU, 2013)

A recomendação ao MEC se pautou em ações para a contenção da evasão escolar nos Institutos Federais. Segundo o acordo, faz-se necessária a identificação dos alunos propensos a evadir para fazer seu acompanhamento e controle. Orientou o acompanhamento por modalidade de ensino, além de outras orientações.



A partir das recomendações do TCU, através do acórdão supracitado, ficou evidente que a evasão escolar tem se apresentado de forma expressiva e assustadora, e que as instituições precisam de medidas emergenciais para contê-la. A tabela 6 abaixo apresenta os dados de evasão, concluintes e em curso, no período de 2004 a 2011, da RFEPCT.

**Tabela 6:** Alunos evadidos, concluintes e em curso por nível e modalidade de ensino de 2004 a 2011

Indicador / Tipo de curso	Nível Médio			Nível Superior		
	Proeja Médio	Subsequente Médio	Integrado Médio	Licenciatura	Bacharelado	Tecnólogo
Quantidade de Ciclos de Matrícula*	287	1.544	483	163	107	739
Quantidade de alunos dos cursos	5.836	59.871	16.066	3.084	2.538	21.762
Percentual de Evadidos	24,0%	18,9%	6,4%	8,7%	4,0%	5,8%
Percentual de Alunos em Curso	37,9%	49,3%	44,4%	64,5%	68,1%	50,8%
Percentual de Concluintes	37,5%	31,4%	46,8%	25,4%	27,5%	42,7%

Fonte: TCU (2012, p. 11).

A partir da tabela 6, percebe-se que a evasão se apresenta de forma bastante preocupante, pois os dados mostram que os cursos de nível médio apresentam as piores taxas, com o percentual de 24% nos cursos de nível médio integrado, na modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA, 18,9% nos cursos subsequentes e 6,4% nos cursos técnicos de nível médio, na modalidade integrada.

Corroborando esses dados, nas tabelas 1, 2, 3 e 4, presentes na introdução deste trabalho, apresentam as taxas de evasão do *locus* da pesquisa.

### 3 EVASÃO ESCOLAR NO BRASIL: O QUE DIZEM OS AUTORES?

A evasão escolar se apresenta historicamente como uma das maiores fraquezas do sistema educacional brasileiro. Por isso, o tema tem sido alvo de muitos estudos e discussões por pesquisadores de todo o país e continua se mostrando relevante, uma vez que a evasão tem assolado todos os níveis e modalidades de ensino.

A evasão escolar é um problema que persegue a educação pública brasileira. Ela não pode ser encarada apenas como um problema de ordem escolar ou familiar, mas como um problema de grande proporção social. Por isso mesmo, ela tem sido um dos mais graves problemas na história de vida dos alunos das classes populares que frequentam as escolas públicas do Brasil.

Boneti nos diz que:

Os evadidos da escola são também os excluídos sociais e é impossível entender a exclusão de forma fragmentada como a social, a econômica, a política, a escolar [...] Qualquer tipo de exclusão compromete o indivíduo no seu papel de cidadão. [...] O ser humano é um cidadão quando tem participação integral na sociedade, quer seja na produção como através das esferas socioculturais. (2003, p.35).

Nesse sentido, a evasão escolar está atrelada à exclusão social, uma vez que, o não acesso à educação restringe o acesso a outros direitos sociais, comprometendo o usufruto de uma vida digna. Pode-se considerar, entretanto, que a evasão escolar se configura como um desperdício econômico, social e acadêmico, uma vez que muitos alunos iniciam seus estudos e os abandonam, ficando a mercê da sorte e amargando o desemprego na sua vida adulta por falta de qualificação profissional.

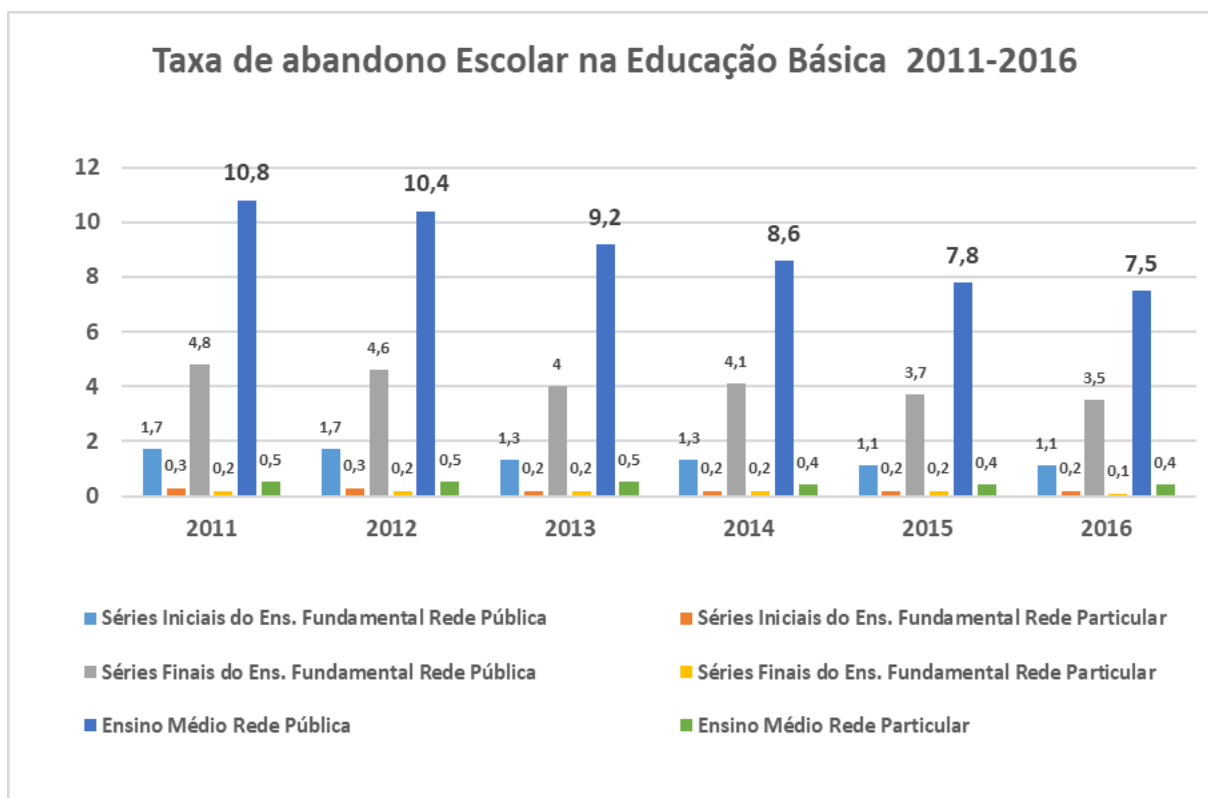
De acordo com Meira (2015), a evasão escolar tem se apresentado, historicamente, como uma deficiência do sistema educacional brasileiro. Deficiência essa, longe de ser superada.

Silva (2016) nos informa que:

O abandono escolar é uma realidade no ensino no Brasil em todos os níveis e modalidades, entretanto, chega a ser alarmante o número de evadidos no ensino médio; entre os anos de 2007-2010, dados estatísticos indicavam uma evasão de aproximadamente 25% de alunos. (SILVA, p. 14, 2016)

Essa realidade informada por Silva (2016) continua muito presente. O gráfico 7 abaixo evidencia que a evasão escolar continua presente em todos os níveis e modalidade de ensino e que ela se acentua na última etapa da educação básica, ou seja, no ensino médio:

**Gráfico 7:** Taxa de abandono Escolar na Educação Básica Brasileira de 2011 a 2016

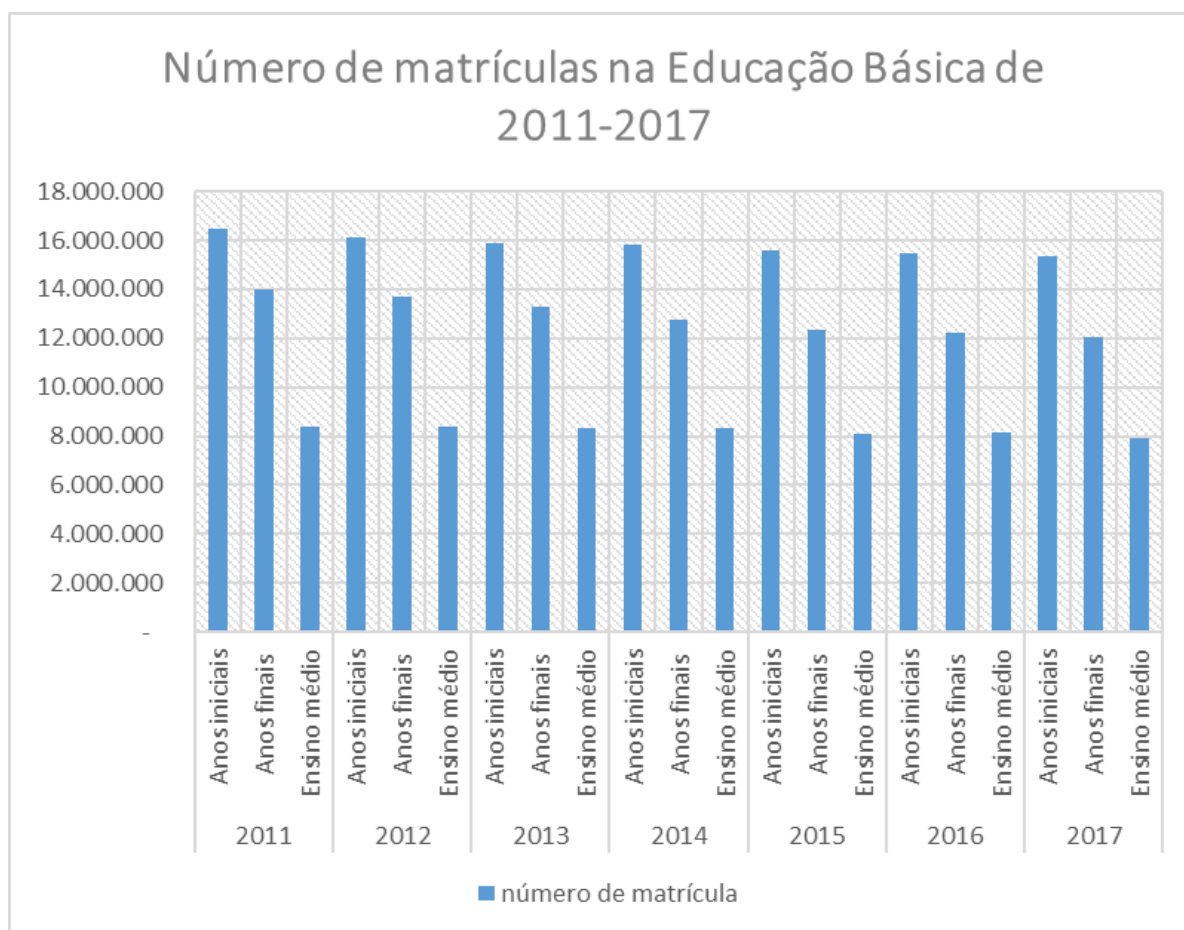


Fonte: Elaboração própria (2018), a partir dos dados de rendimento do INEP de 2011 a 2016.

Pode-se observar, a partir do gráfico acima, que o abandono escolar se mostra presente em todas as etapas da educação básica e ele se apresenta em menor grau na rede particular de ensino, não ultrapassando 0,5% dos alunos matriculados, independentemente da etapa da educação básica. A rede pública de ensino apresenta as piores taxas e conforme vai aumentando a escolarização, maior tem sido a taxa de abandono escolar. O ensino médio é o que tem apresentado os piores índices.

Ainda segundo Silva (2016, p. 14), “outra evasão de grande proporção é a de alunos brasileiros que, ao concluírem o ensino fundamental, abandonam os estudos e nem iniciam o ensino médio”. Corroborando com a afirmação de Silva, apresento o gráfico 8 abaixo que demonstra esse fenômeno.

**Gráfico 8:** Número de matrículas na Educação Básica de 2011-2017



Fonte: Elaboração própria (2018), a partir dos dados das sinopses estatísticas da educação básica de 2011 a 2017 do INEP.

Percebe-se que o número de alunos matriculados no ensino médio é bem menor que o número de alunos matriculados nos anos finais do ensino fundamental. Outro dado preocupante percebido através do gráfico acima é uma queda gradual no número de matrículas, em todas as etapas, na educação básica.

Buscando compreender o que vem a ser evasão escolar, nos apropriamos das teorias de alguns pesquisadores para explicar o fenômeno.

Criprio *et al* (2015) entendem por evasão toda movimentação acadêmica que iniba a finalização de um curso ou etapa escolar.

Já Dore e Sales (2015, p. 775-776) afirmam que a “evasão estudantil é um fenômeno complexo e multifacetado”, que pode se expressar de diferentes formas, como por exemplo, uma “retenção e repetência, saída da escola ou do sistema de ensino, não conclusão de algum nível de ensino ou, até, abandono e posterior retorno à escola”.

Para Fini, Dore e Lüscher (2013), a evasão escolar também abrange os indivíduos que nunca ingressaram em um determinado nível de ensino, como por exemplo, os alunos que finalizam uma etapa de ensino e não iniciam a subsequente. Isso pode ser percebido a partir do gráfico 8 acima ao relacionarmos o número de alunos matriculados no ensino fundamental anos finais e os matriculados no ensino médio. As autoras, também, consideram como evasão escolar, aqueles indivíduos que, embora permaneçam na escola e cheguem a concluir uma determinada etapa de ensino, se comportam como *dropouts*, ou seja, como evadidos.

Para Johann (2012) a evasão se caracteriza pelo abandono do curso, com o rompimento do vínculo jurídico estabelecido, extinguindo-se o compromisso e a intenção de retornar ao estabelecimento de ensino.

Para a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC (2015), a evasão decorre do desligamento do aluno do curso, que pode ocorrer através de desistência, cancelamento de matrícula, transferência interna e transferência externa.

Para Narciso (2015, p. 79), “A evasão escolar é quando o educando sai da instituição antes da conclusão da série ou etapa, abandonando o curso, finalizando o compromisso de permanecer na escola”. Assim, a evasão aqui apresentada, é considerada como toda e qualquer saída do aluno da instituição ou do curso sem sua conclusão.

Dore e Lüscher (2011) consideram que a evasão escolar pode se referir: à retenção e repetência do aluno na escola; à saída do aluno da instituição, do sistema de ensino ou da escola e posterior retorno; e, à não conclusão de um determinado nível de ensino.

Dore e Lüscher (2011) ainda afirmam que as causas da evasão envolvem dois principais contextos de investigação, ou seja, o contexto individual ou “micro” e o contexto institucional e social ou “macro”. O primeiro se refere aos estudantes nas suas dimensões cognitivas, psicológicas, entre outras, bem como a família e o próprio percurso escolar do aluno. O segundo refere-se à escola, ao sistema de ensino, à comunidade e a grupos de amigos, ao mercado de trabalho, etc.

Com base em Patto (1987), a reprovação e a evasão escolar resultam num insucesso, fracasso:

produzido no dia-a-dia, da vida na escola e na produção deste fracasso estão envolvidos aspectos estruturais e funcionais do sistema educacional, concepções de ensino e de trabalho e preconceitos e estereótipos sobre a sua clientela mais pobre. Estes preconceitos, no entanto, longe de serem uma característica apenas dos educadores que se encontram nas escolas, estão disseminados na literatura educacional há muitas décadas, enquanto discurso ideológico, ao se pretender neutro e objetivo, participa de forma decisiva na produção das dificuldades de escolarização das crianças das classes populares. (PATO,1987, p. 59)

Arroyo (1993) complementa o pensamento de Pato ao evidenciar que as desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira são resultantes da "diferença de classe", e isso tem marcado o fracasso escolar nas camadas populares, uma vez que:

É essa escola das classes trabalhadoras que vem fracassando em todo lugar. Não são as diferenças de clima ou de região que marcam as grandes diferenças entre escola possível ou impossível, mas as diferenças de classe. As políticas oficiais tentam ocultar esse caráter de classe no fracasso escolar, apresentando os problemas e as soluções com políticas regionais e locais. (1993, p. 21).

Dore e Luscher (2011) afirmam que a evasão escolar, na educação média ou profissionalizante, vincula-se ao maior e menor grau de democratização ao acesso ao ensino pela população. Entretanto, no Brasil, desde 2013, há previsão na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96 da obrigatoriedade e da gratuidade de acesso ao ensino médio, embora seu acesso ainda seja bastante limitado.

A evasão escolar, entendido aqui como abandono escolar, tem uma natureza multiforme, visto que a escolha de sair da escola é apenas o ato final de um processo que se manifestou anteriormente e que é resultado de muitas

manifestações sejam elas visíveis ou invisíveis ao longo do percurso escolar do indivíduo (DORE, 2013).

Por isso mesmo que a escolha de abandonar ou permanecer na escola é influenciada por fatores diversos, sejam eles individuais, sociais, familiares, pelo grau de atratividade do sistema de ensino, interação entre os colegas na escola, o estabelecimento de vínculo com professores, alunos e corpo administrativo da escola, identificação com o curso escolhido, influência de amigos, entre outros.

Ao iniciar as pesquisas sobre evasão, percebe-se que há uma escassez de estudos sobre a evasão escolar na educação profissional (DORE ET AL p. 382, 2014). Porém, a partir de pesquisas feitas nos repositórios das universidades, percebeu-se um aumento considerável de estudos nessa área. Isso se deve ao fato de que a evasão escolar tem assolado todos os IFs, especialmente nos cursos técnicos e de licenciaturas.

Machado e Moreira (2010) pontuam que a ausência de estudos sobre o tema pode estar relacionada ao fato de que o processo de democratização da escola técnica de nível médio no Brasil se iniciou recentemente, pois a Rede Federal vivenciou, no período de 2003 a 2014, a maior expansão de sua história, com a construção de mais de 500 unidades em todo o país.

Por isso, os Institutos Federais foram alvos de auditoria operacional, no período de agosto de 2011 a abril de 2012, realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em virtude de sua expressiva expansão nos últimos anos. Assim, a Educação Profissional foi escolhida por ser estratégica para que os cidadãos possam ter acesso efetivo às oportunidades de empregos qualificados, bem como às várias conquistas científicas e tecnológicas da sociedade. (TCU, 2012).

Nesse sentido, a auditoria buscou privilegiar temas relacionados com a cadeia de resultados da Educação profissional, avaliando, desta forma, os Institutos Federais em cinco aspectos:

- a) caracterização da evasão e medidas para reduzi-la;
- b) interação com os arranjos produtivos locais;
- c) integração acadêmica entre as áreas de pesquisa e extensão;
- d) iniciativas de apoio à inserção profissional dos alunos no mercado de trabalho;

e) infraestrutura e suporte à prestação dos serviços educacionais. (TCU, 2012)

Aqui, para este estudo, foi abordado e discutido apenas o item “a” que trata da evasão e medidas para reduzi-la.

A Constituição Federal - CF (1988), bem como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, preveem a educação como um direito social que deve se consolidar na promoção do pleno desenvolvimento da pessoa, no preparo para o exercício da cidadania e na qualificação para o trabalho. Entretanto, não basta apenas admitir a educação como um direito fundamental, é necessário que esse direito seja concretizado, que ele seja materializado. Neste sentido, tanto a CF como a LDB indicam princípios que estão diretamente relacionados ao êxito escolar, a citar: igualdade de condições para acesso e permanência na escola; garantia no padrão de qualidade; valorização do profissional da educação escolar; e, a vinculação entre educação escolar, trabalho e práticas sociais. (MEC, 2015)

Por isso, Dore e Lüscher (2011) consideram que a evasão escolar é contrária à garantia constitucional da educação como direito social, pois

O abandono escolar confronta-se com o preceito constitucional segundo o qual é direito da pessoa, além da oportunidade de acesso à escola, ter garantidas as condições de permanência, tendo em vista seu pleno desenvolvimento, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (DORE; LÜSCHER, 2011, p.779-780)

Entretanto, percebemos que, a partir da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com a ampliação da oferta de vagas e da criação de políticas de ação afirmativas, a partir da Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, na qual se estabelece um mínimo de 50% das vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, sendo que destes, são garantidas 50% das vagas aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita. Com essas medidas, permitiu-se um acesso maior da classe popular, chamadas por Arroyo de “desiguais” às instituições públicas federais, sejam elas Institutos Federais ou universidades, entretanto não se garantiu a permanência dos estudantes.



Segundo Arroyo (2011, P. 84):

Prevalece a visão escolar. Desiguais em alfabetização, em escolarização, em acesso e permanência na escolar. Mais recentemente desiguais em resultados de aprendizagem, no padrão de qualidade. Ainda está arraigada a visão de que o ser desiguais em percursos escolares os torna desiguais nos percursos sociais.

Sabe-se que a educação é um direito constitucionalmente estabelecido e que através dela é possível reduzir as desigualdades sociais. Entretanto, o direito é subjetivo, a Carta garante o acesso à educação básica, nada menciona sobre a garantia de permanência e sucesso escolar. Nesse sentido, é possível verificar que as altas taxas de pobreza estão relacionadas à falta escolarização.

Para que a população efetive o seu direito à educação, é preciso o estabelecimento de políticas públicas que, além de garantir o acesso, garantam também a permanência e conseqüentemente o sucesso escolar com a finalização da etapa escolar. Nesse viés, surge a importância da Assistência Estudantil que tem suas ações voltadas ao atendimento dos estudantes. Nesse sentido, em 2010 é instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, através do Decreto nº 7.234, que tem como objetivos:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
  - II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
  - III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
  - IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.
- (BRASIL, 2010)

Esse decreto, contempla os estudantes dos Institutos Federais, independentemente do nível e/ou modalidade de ensino.

É importante frisar que, embora a iniciativa seja extremamente válida, os recursos destinados às instituições de ensino são insuficientes para atender toda a demanda, fazendo-se necessário a redução dos valores das bolsas e o número de pessoas atendidas, mesmo atendendo aos critérios estabelecidos para fazer jus aos auxílios.

Para Arroyo (2010, p. 1384):

Torna-se urgente retomar a centralidade da relação entre educação e sociedade que tanto fecundou o pensamento sócio-educativo, as

políticas e suas análises. Relação que se mostra mais complexa com o aumento do acesso à escola dos filhos e das filhas dos coletivos feitos e mantidos tão desiguais em nossa história. É preocupante que, na medida em que os mais desiguais chegam ao sistema escolar expondo as brutais desigualdades que os vitimam, as relações educação-políticas-desigualdades fiquem secundarizadas e sejam priorizadas políticas de inclusão, de qualidade, de padrões mínimos de resultados.

Arroyo (2010) mostra sua preocupação com o tratamento dado aos alunos e alunas das classes populares pela escola. Porque muitas vezes, em nome da qualidade, esses coletivos feitos desiguais são postos em segundo plano, sendo taxados como desinteressados, preguiçosos, incapazes. Essa falta de assistência por parte da escola tem contribuído para a exclusão, evasão desse grupo da escola.

A escola tem um papel importante e fundamental no processo de inclusão das classes populares à escola. Essa inclusão não pode e nem deve ser vista apenas como a garantia de entrada desse grupo na escola, mas que eles sejam acolhidos nas suas diferenças, com ações efetivas que garantam sua permanência e o sucesso escolar com a conclusão do curso ou etapa de ensino.

Nesse sentido, os Institutos Federais vêm desempenhando um importante papel na sociedade brasileira, eles vêm recebendo alunos de todas as classes sociais e oferecendo formação qualificada para ingresso no mercado de trabalho, no entanto, a evasão escolar tem impedido a consolidação dessa formação para os estudantes das classes populares de forma efetiva.

Nesse sentido, faz-se urgente compreender em cada espaço escolar que fatores estão associados à saída do aluno da escola sem a finalização da etapa de ensino. Essa compreensão é importante para a tomada de decisão acerca das ações de enfrentamento ao fenômeno.

Não há como falar em inclusão sem a garantia, além da entrada, da permanência e sucesso escolar do estudante.

Os estudantes das classes populares estão tendo acesso às vagas dos Institutos Federais, mas também estão saindo sem a conclusão do curso ou etapa de ensino. É sobre isso que esse trabalho se propõe a refletir.

#### **4 O ENSINO MÉDIO INTEGRADO: IDENTIDADE DOS INSTITUTOS FEDERAIS**

Este capítulo tem o propósito de apresentar, de forma geral e sucinta, o que é o ensino médio integrado, visando dar ciência ao leitor de que modalidade de ensino se trata o objeto desse estudo.

Para Gomes, Vasconcelos e Coelho (2018), o ensino médio tem sido, na história da educação, alvo de pesquisas e debates. Talvez por ser aquele que está no meio entre o ensino fundamental e superior, por ser o terreno onde se cruzam caminhos e se definem trajetórias, sejam educacionais ou sociais. O fato é que o ensino médio é uma etapa importante para a formação do ser humano, nesse sentido, essa etapa da educação básica, na história da educação brasileira, foi/é constituída por muitos avanços e retrocessos.

No capítulo II deste trabalho, apresentei o histórico da RFEPCT, espaço que foi usado para debater um pouco da história da educação brasileira, com destaque para a última etapa da educação básica, por ser objeto desse estudo. Assim, não trarei mais esse debate aqui. Neste capítulo, tratarei, de forma sucinta, do Ensino Médio Integrado - EMI, modalidade de ensino inaugurada no Brasil, a partir da promulgação do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.

O ensino médio integrado nasce como política pública proposta pelo MEC, através das Secretarias de Educação Básica – SEB e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC. Sua previsão legal ocorreu a partir da promulgação do Decreto nº 5.154, de 2004, que revogou o Decreto nº 2.208/97, decreto que previa apenas duas formas de articulação do ensino médio com o técnico. A concomitante ao ensino médio, em que o estudante faz ao mesmo tempo o ensino médio e um curso técnico, mas com matrículas e currículos distintos, podendo realizar os dois cursos na mesma instituição ou em instituições diferentes. A outra forma é a sequencial (subsequente) destinada a quem já concluiu o ensino médio.

O resultado dessa configuração causou a dissociação do ensino médio com o técnico, o que gerou uma formação técnica desarticulada e aligeirada, com cunho instrumentalista. Nesse sentido, as prescrições presentes no Decreto 2.208/97 reforçou a histórica dualidade presente na educação brasileira, por conduzir à

dissociação, no tempo e no espaço, entre formação geral básica e a profissionalização.

A revogação do Decreto nº 2.208/97, a partir do Decreto 5.154/04, abriu possibilidade legal para a integração entre Educação Profissional e o Ensino Médio. Nesse sentido, o ensino médio passou a se articular com o ensino técnico de três formas, não mais duas, como previa o decreto anterior. Essa terceira forma de articulação é o ensino médio na forma integrada ao ensino técnico, cuja modalidade de ensino prevê matrícula única no estabelecimento de ensino e propicia a integração curricular, de modo que o educando, em três ou quatro anos de escolarização, recebe uma formação que integra as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura em um único currículo.

Para Araújo e Frigotto ( 2015, p. 66):

O ensino integrado aqui é reconhecido como proposta de educação com inspiração na ideia gramsciana de escola unitária, mas que não se confunde com ela já que seus limites de formação integral estão dados pela sociabilidade capitalista contemporânea.

Em 2008, o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, reconhecendo a importância do Ensino Médio Integrado – EMI, ao instituir a RFEPCT ao mesmo tempo em que criou os Institutos Federais, através da Lei nº 11.892, estabeleceu como maior demanda de atuação dessas instituições a oferta do EMI, com a reserva, por lei, de 50% das vagas para os cursos técnicos de nível médio, prioritariamente na forma integrada. Nesse sentido, o “carro chefe” dos IF é o EMI.

O Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) reconhecendo o EMI como modalidade de ensino que dá identidade aos IF, realizou em 2017 a primeira edição do Seminário Nacional do Ensino Médio Integrado (SNEMI), que teve como objetivos:

Refletir sobre os principais desafios apresentados para o Ensino Médio Integrado no contexto das recentes transformações ocorridas na legislação educacional brasileira;

Verificar os principais impactos da recente reforma educacional na organização do currículo do ensino médio;

Analisar os principais pressupostos teóricos e metodológicos que fundamentam o projeto do Ensino Médio Integrado;

Estabelecer um balanço das experiências de Ensino Médio Integrado e os principais desafios apresentados no atual contexto da educação brasileira;

Apresentar experiências de integração curricular que visam à permanência e ao êxito escolar;

Refletir sobre a relação entre juventude, educação, trabalho e desigualdade social;

Divulgar experiências e discussões a respeito dos desafios do ensino médio integrado;

Propor estratégias de enfrentamento das desigualdades no acesso ao EMI nas diferentes regiões do Brasil. (I SNEMI, 2017)

Todas as discussões se pautaram na necessidade de fortalecer o EMI na RFEPCT com a construção de uma agenda e de aprofundar o entendimento do EMI no cenário da Reforma do Ensino Médio.

Após o sucesso do I SNEMI, em 2018 foi realizada a segunda edição, da qual participei, cujo objetivo foi o aprofundamento das discussões iniciadas em 2017 e a discussão sobre currículo, formação de professores, avaliação, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Visando o fortalecimento do EMI na Rede Federal, o CONIF, através do Fórum de Dirigentes de Ensino (FDE) apresentou, no II SNEMI, as “Propostas de Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio Integrado na Rede Federal”. Esse documento é fruto das discussões ocorridas no Grupo de Trabalho- GT EMI, instituído na reunião do FDE ocorrida durante a 41ª Reunião de Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica – REDITEC, ocorrida em novembro de 2017, na cidade de João Pessoa-PB. O documento versa sobre a concepção ontológica de educação que orienta os Cursos do EMI, bem como sobre a base legal da sua oferta, em consonância com a Lei 11.892/2008 e com a Resolução CEB/CNE nº 06/2012, bem como sobre sua garantia frente à Lei nº 13.415/2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases – LDB e reformou o ensino médio. (CONIF/FDE, 2018)

O documento estabelece parâmetros para a oferta do EMI pela Rede Federal, dentre eles podemos citar:

- Curso Integrado como prioridade de oferta – a lei 11.892/2008 estabelece como maior demanda de atuação dos IF (com reserva de, no mínimo, 50% das vagas), a oferta de cursos técnicos de nível médio,

prioritariamente na forma integrada e para o público da educação de jovens e adultos;

- Organização e Planejamento curriculares – implementação do currículo integrado nos cursos do EMI;
- Duração e Carga Horária dos Cursos – o parâmetro orienta a duração dos cursos, prioritariamente, em 3 anos (na maioria dos IF são 4 anos, como é o caso do IF Sertão *campus* Salgueiro) e o estabelecimento da carga horária, tomando como referência o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e a Resolução CNE/CEB nº 06/2012); e,
- Política Sistêmica de Formação e de Permanência e Êxito.

Esses parâmetros estão alicerçados na Lei nº 11.892/2008, na Resolução CNE/CEB nº 06/2012, no PNE 2014-2024 (Estratégia 3.7), no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT e no Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na RFEPCT, do MEC/SETEC (2014).

O próprio documento reconhece a necessidade da instituição de políticas sistêmicas para a permanência e êxito dos estudantes, conseqüentemente para a contenção da evasão escolar no Ensino Médio Integrado. Nesse sentido, a rede entende que para fortalecer o EMI é necessária a instituição de políticas que melhorem os índices de eficiência e eficácia neste nível e modalidade de ensino. Assim, os parâmetros para a oferta do EMI na rede não foram pensados apenas com o intuito de trazer unidade para a rede, mas, sobretudo com o fim de oferecer uma educação referenciada na qualidade e que cumpra os objetivos pelos quais foi criada.

## 5 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS

Sempre é uma coisa delicada intrometer-se, tentar interpretar a interioridade de que vivem os outros, e trabalhar sobre o avesso das suas representações conscientes, sem ter ao mesmo tempo a certeza de uma verificação possível das afirmações que se fazem. Creio, no entanto, ser conveniente submeter esse jogo ao olhar da pesquisa à maneira do mergulhador que põe no rosto uma máscara transparente para contemplar aquilo que a superfície da água lhe esconde. Esse auxiliar basta para lhe revelar de um só golpe a suntuosidade das profundezas marinhas. (Pierre Mayol, 2001, p. 146 *apud* Spolaor, 2017, p. 85)

Este capítulo apresenta aspectos relacionados à metodologia desenvolvida para o estudo de caso e a delimitação do seu campo de atuação, bem como explicita os caminhos percorridos para a execução desta investigação, como por exemplo, as opções teórico-metodológicas, os sujeitos da pesquisa, os instrumentos de coleta de dados e a análise dos achados.

Para revisão teórica, recorreremos às contribuições de autores como Bogdan e Biklen (1994); Marli André (2013); Merriam (1988); Arnal, Del Rincón e Latorre (1992); Yin (2003; 2001); e, Stake (1998).

Com base na revisão teórica, este trabalho envolveu uma abordagem quanti-qualitativa pelo estudo de caso, pela análise documental, pela aplicação de questionário e pela realização de entrevistas para obtenção dos dados.

Nesse sentido, nos remeteremos, inicialmente, a alguns aspectos que nos direcionaram à delimitação da investigação na perspectiva do estudo de caso.

Bogdan e Biklen (1994) nos informam que o estudo de caso consiste na observação detalhada de um contexto, de um indivíduo, ou de um acontecimento específico. Ou seja, o estudo de caso é uma “investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real”, que no caso deste estudo é a evasão escolar nos cursos técnicos de nível médio, na modalidade integrada, do IF Sertão-PE *campus* Salgueiro. (Yin, 2001)

Marli André (2013) diz que o estudo de caso ressurge na pesquisa educacional com um sentido mais amplo e abrangente, pois que, ao focalizar um fenômeno particular, há de se levar em conta seu contexto e as múltiplas dimensões, o que

requer uma análise situada e profunda do objeto de estudo. Assim, este estudo se centrou na identificação dos fatores associados da evasão escolar, a partir da análise documental e da aplicação de questionários e entrevistas com alunos em curso, evadidos, docentes e servidores ligados ao ensino. Objetivamos aqui compreender a evasão a partir dos múltiplos olhares.

Merriam (1988) apresenta quatro propriedades importantes do estudo de caso: particular, descritivo, heurístico e indutivo. É particular porque se centra em um fenômeno particular; é descritivo porque procura descrever o fenômeno estudado de forma profunda e detalhada; é heurístico porque à medida que o estudo vai acontecendo, a compreensão vai se dando em relação ao caso; e, é indutivo porque o estudo conduz às generalizações, conceitos e hipóteses a partir dos dados.

Para Arnal, Del Rincón e Latorre (1992, p.206), “o seu verdadeiro poder radica na capacidade para gerar hipóteses e descobertas, em centrar o interesse num indivíduo, evento ou instituição, e na flexibilidade e aplicabilidade a situações naturais”.

Assim, por se centrar num caso particular relacionado às causas da evasão escolar dos estudantes da educação básica técnica, na modalidade ensino médio integrado, nos cursos de Agropecuária, Edificações e Informática oferecidos pelo IF Sertão-PE *Campus* Salgueiro, este estudo apresenta inspirações metodológicas do estudo de caso.

Ainda trabalhando na perspectiva de compreensão e definição do estudo de caso como método de investigação, poderíamos dizer, apoiando-nos em Yin (2003), que o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, no caso deste estudo, a evasão escolar no contexto da educação profissional e tecnológica.

Uma outra característica importante e interessante do estudo de caso é o uso diversificado de métodos para recolha de dados. Por isso, utilizamos a entrevista, aplicação de questionário, a observação, a análise documental (STAKE, 1998).



## 5.1 O LÓCUS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano *Campus* Salgueiro, cuja frente pode ser vista na imagem 1. Sua escolha foi proposital, uma vez que atuo nele.

**Imagem 1:** Fachada do *campus* Salgueiro



Fotógrafo: Ivan Timóteo Cassimiro (Servidor).

Para melhor conhecer a instituição em que a pesquisa se deu, apresento abaixo informações importantes para sua compreensão.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – IF SERTÃO-PE foi criado a partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, com a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina – CEFET Petrolina - é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, detentora de autonomia

administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Especializada na oferta de educação profissional, nas diferentes modalidades e níveis de ensino, “formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional” (BRASIL, 2008).

O IF Sertão-PE é composto por sete *campi* e três centros de referência, o primeiro é “voltado ao exercício das atividades permanentes de ensino, pesquisa aplicada, inovação e extensão e ao atendimento das demandas específicas nesse âmbito, em sua área de abrangência territorial” e o segundo são “vinculados às suas respectivas Reitorias, para o desenvolvimento de planos, programas e projetos relacionados à educação profissional e tecnológica”. (MEC, 2013)

Os *campi* que compõem o IF Sertão-PE são: Petrolina Zona Rural; Petrolina; Floresta; Salgueiro; Ouricuri; Serra Talhada e Santa Maria da Boa Vista, conforme figura 4 abaixo:

**Figura 4:** Mapa dos Campi e Reitoria do IF Sertão-PE



Fonte: IF Sertão-PE (2017).

O IF Sertão-PE está localizado no estado de Pernambuco e seus *campi* e centros de referências estão presentes em duas mesorregiões do estado, compreendendo seis microrregiões, conforme quadro 1 abaixo.

**Quadro 1:** Localização Regional do IF Sertão-PE

MESORREGIÃO	MICRORREGIÃO	CAMPUS/CENTRO DE REFERÊNCIA	CIDADE
<b>Mesorregião Sertão Pernambucano</b>	<b>Microrregião de Araripina</b>	Campus Ouricuri	Ouricuri
	<b>Microrregião de Salgueiro</b>	Campus Salgueiro	Salgueiro
	<b>Microrregião do Pajeú</b>	Campus Serra Talhada	Serra Talhada
	<b>Microrregião de Moxotó</b>	Centro de Referência de Sertânia	Sertânia
<b>Mesorregião São Francisco Pernambucano</b>	<b>Microrregião Petrolina</b>	Campus Petrolina	Petrolina
		Campus Petrolina Zona Rural	
	<b>Microrregião Itaparica</b>	Campus Santa Maria da Boa Vista	Santa Maria da Boa Vista
		Centro de Referência de Afrânio	Afrânio
	<b>Microrregião Itaparica</b>	Campus Floresta	Floresta
		Centro de Referência de Petrolândia	Petrolândia

Fonte: Elaboração própria (2018), a partir do PDI 2014-2018 do IF Sertão-PE.

O campus Salgueiro, *locus* da pesquisa, encontra-se localizado na Rodovia BR 232, Km 508, zona rural do município de Salgueiro-PE, ficando a 250km de distância da cidade de Petrolina-PE, onde se situa a Reitoria do IF Sertão-PE. Tem uma área total de 1.000.000 m<sup>2</sup> (100 ha), sendo 6.010 m<sup>2</sup> de construção. Ele possui 1.610m<sup>2</sup> destinados ao setor administrativo e 3.195m<sup>2</sup> para laboratórios e salas de aula. A estrutura física é composta por um auditório, dez salas de aulas, uma sala de videoconferência, um laboratório de construções, uma sala de multimeios, um laboratório de física, uma sala que abriga o museu de ciências, três laboratórios de informática, um laboratório de processamento de vegetais, um laboratório de processamento de carnes, um laboratório de processamento de leite, uma unidade de assistência médica, nutricional e de acompanhamento psicológico, uma biblioteca, uma cantina e uma quadra coberta com vestiário (IF SERTÃO-PE, 2018).

O território de Salgueiro está localizado na mesorregião Sertão Pernambucano e na Microrregião Sertão Central do Estado de Pernambuco, limitando-se a norte

com o Estado do Ceará, ao sul com Belém do São Francisco, ao leste com Verdejante, Mirandiba e Carnaubeira da Penha, e ao oeste com Cabrobó, Terra Nova, Serrita e Cedro. Os municípios que formam a microrregião são: Salgueiro, Cedro, Serrita, Terra Nova, Parnamirim, Verdejante, Mirandiba e São José do Belmonte, conforme Figura 5.

**Figura 5:** Mesorregião do Sertão Pernambucano e suas microrregiões, incluindo o Sertão Central.



Fonte: IBGE, 2017

As atividades pedagógicas do *Campus* Salgueiro iniciaram-se no segundo semestre do ano de 2010, na data de 02/08/2010, com a oferta de três cursos técnicos na modalidade subsequente (para alunos que já concluíram o ensino médio): Técnico em Agropecuária; Técnico em Edificações; e, Técnico em Informática. Inicialmente, foram oferecidas 200 vagas divididas entre os três cursos. Sendo, 60 vagas para este último e 70 vagas para cada um dos demais, divididos em duas entradas.

No ano seguinte, foi ampliada a oferta de vagas com a implantação de três cursos técnicos de nível médio, na modalidade integrada (Agropecuária, Edificações e Informática) e dois cursos superiores, um de tecnologia e um de licenciatura, Tecnologia em Alimentos e Licenciatura em Física respectivamente.

A escolha dos cursos se deu a partir de consulta pública à comunidade, para atender aos arranjos locais. Os cursos do ensino médio integrado foram implantados

com o intuito de atender à exigência, prevista em lei, de 50% da oferta de vagas do *campus*, conforme lei de criação dos IF nº 11.892/2008.

Em 2012 foi implantado o curso técnico de nível médio integrado, na modalidade de educação de jovens e adultos, na área de edificações, também para atender à legislação, que neste caso é o Decreto nº 5.840, de 13 de junho de 2006, que institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA e estabelece a oferta de, pelo menos, 10% das vagas para esta modalidade de ensino. (BRASIL, 2006)

Visando proporcionar a verticalização do ensino no âmbito do *campus* Salgueiro, em 2017, foi implantado mais um curso superior de tecnologia, o curso de Tecnologia em Sistemas para Internet, com oferta de 60 vagas anuais.

Abaixo, apresentamos, através da tabela 7, os cursos presenciais ofertados pelo *Campus* Salgueiro, bem como o número de vagas anuais e a duração mínima de cada um, para melhor compreensão:

O *campus* ofereceu, no período de 2013 a 2016, cursos técnicos de nível médio subsequente (destinados a quem já concluiu o ensino médio), na modalidade de educação a distância, em Informática; Segurança do Trabalho, Logística, Serviços Públicos e Agente Comunitário de Saúde, através da Escola Técnica Aberta do Brasil- E-TEC.

**Tabela 7:** Cursos oferecidos pelo IFSertão-PE *Campus* Salgueiro

CURSO	NÍVEL/MODALIDADE	Nº VAGAS ANUAIS	DURAÇÃO
Agropecuária	Médio integrado	35	4 ANOS
Edificações	Médio integrado	35	4 ANOS
Informática	Médio integrado	30	4 ANOS
Edificações	Médio integrado - PROEJA	35	4 ANOS
Agropecuária	Subsequente	35	2 ANOS
Edificações	Subsequente	35	2 ANOS

Informática	Subsequente	<b>30</b>	2 ANOS
Licenciatura em Física	Superior	<b>60</b>	4 ANOS
Tecnologia em Alimentos	Superior	<b>60</b>	3 ANOS
Tecnologia em Sistemas para Internet	Superior	<b>60</b>	3 ANOS

Fonte: Secretaria de Controle Acadêmico - SCA - IFSertão-PE *Campus* Salgueiro (2017).

Além do oferecimento de cursos regulares, anualmente são oferecidos cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC a toda a comunidade, dentre eles, podemos citar: Cursos Básicos e Intermediários de Língua Espanhola, Língua Inglesa, Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, Canto Coral, Música, Preparatório para o ENEM, Bovinocultura, Educação Patrimonial, etc.

A educação profissional oferecida pelo *Campus* Salgueiro inclui alternativas de aprendizagem, qualificação, reprofissionalização, habilitação e especialização de trabalhadores, além de serviços e assessorias ao setor produtivo.

As propostas pedagógicas dos cursos devem atender ao momento da educação no país em que, não só os conceitos teóricos e práticos de uma formação profissional são focados, mas o processo ensino-aprendizagem que vai além e manifesta-se também na capacidade crítica e pessoal do estudante, focando na cidadania como busca de uma interação benéfica para a sociedade como um todo.

Na busca de uma capacitação cada vez mais completa, encontra-se os mais diversos fatores que se constituem em desafio a serem implementados, entre eles a interdisciplinaridade, a ética, a preocupação com o meio ambiente, com a pesquisa, com a sustentabilidade, com projetos de desenvolvimento para a região de atuação e com a formação humana crítica e atuante na sociedade.

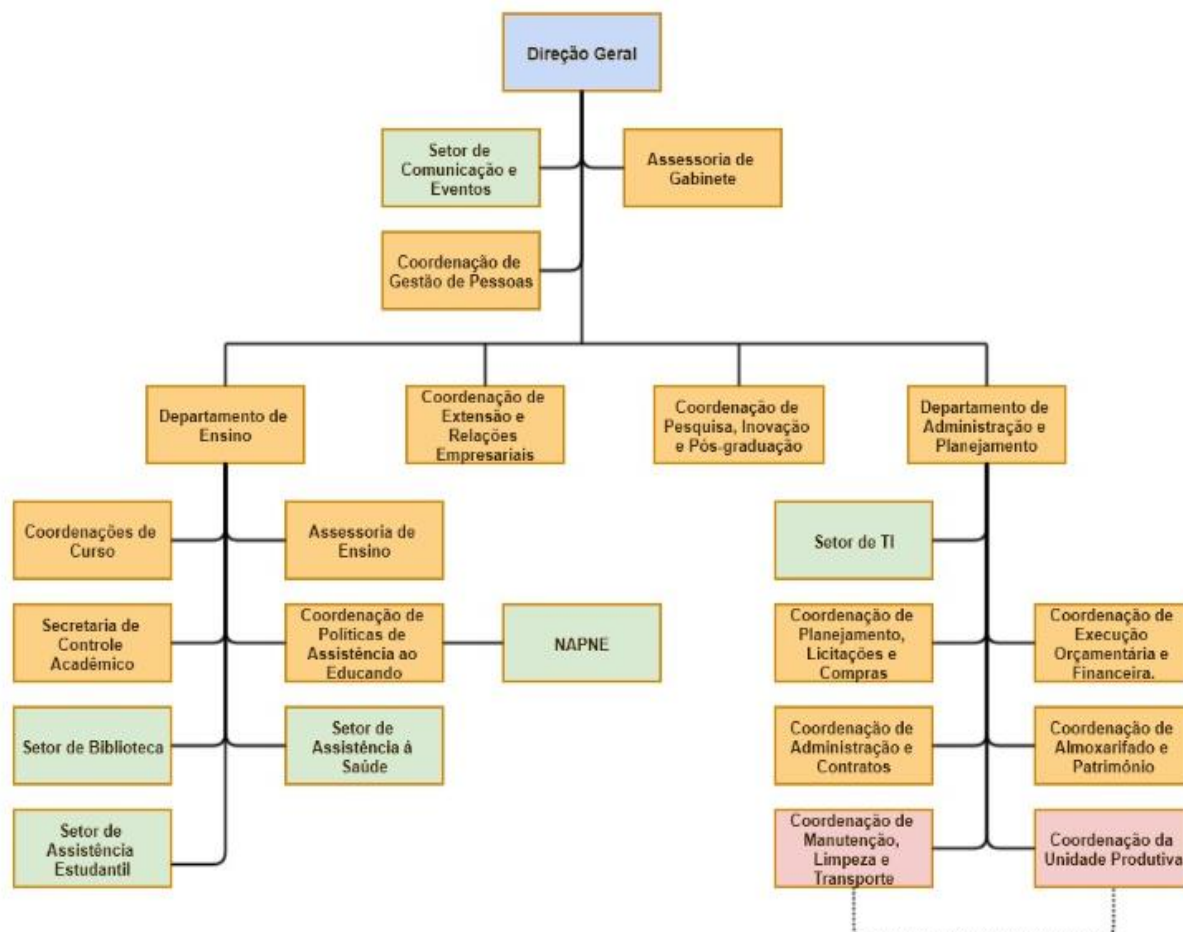
O IF Sertão-PE *campus* Salgueiro é composto por mais de 800 alunos matriculados nos cursos regulares e estão divididos entre as modalidades oferecidas, conforme tabela 8 abaixo:

**Tabela 8:** Quantidade de Alunos por Modalidade

Modalidade	Alunos Matriculados
Médio Integrado	274
EJA	60
Subsequente	150
Superior	322
<b>TOTAL</b>	<b>806</b>

Fonte: SAGE (ago/2018).

Tem-se um público bastante diversificado, pois o *Campus Salgueiro* atende a alunos oriundos da zona urbana, rural, comunidades indígenas, comunidades quilombolas, pessoas de classe social média alta, média baixa, média e baixa. Lidar com essa diversidade de público tem se constituído em um grande desafio para IF Sertão-PE *Campus Salgueiro*.

**Figura 6:** Organograma do IF Sertão-PE *campus Salgueiro*

Fonte: Elaboração própria, a partir das Resoluções Nº 38/2015 e Nº 33/2018, do Conselho Superior do IF Sertão-PE (2018).

A instituição está organizada em setores, conforme figura 6 acima e conta hoje com um corpo de 160 servidores, sendo 79 professores, dos quais 66 são efetivos (todos com regime de trabalho de Dedicação Exclusiva) e 13 substitutos, 52 Técnicos Administrativos efetivos, 2 intérpretes de libras contratadas e 27 terceirizados. Essa equipe é composta por profissionais com níveis de instrução que vão da educação básica ao doutorado.

## 5.2 SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE COLETAS DE DADOS

A pesquisa desenvolveu-se com base em 4 (quatro) fontes de coletas de dados, a saber: 1) levantamento bibliográfico; 2) pesquisa documental; 3) levantamento de dados no Sistema de Apoio à Gestão Escolar - SAGE; e, 4) Entrevista/aplicação de questionário.

A coleta de dados fundamentou-se em uma revisão da literatura que auxiliou na investigação do problema abordado, de modo a se compreender o fenômeno da evasão escolar na Educação Profissional, Científica e Tecnológica - EPCT. Como fonte primária de coleta de dados, fez-se uso do SAGE para levantamento dos dados de evasão, dos alunos evadidos e em curso a serem pesquisados, bem como dos docentes com vínculo nos cursos ora investigados. De posse desses dados, foram feitas as identificações dos sujeitos da pesquisa para a aplicação de questionários e realizações de entrevistas.

Como fontes secundárias, foram utilizados documentos institucionais com dados gerais sobre a evasão escolar no *campus*.

Para a pesquisa, elaborou-se um questionário para os alunos em curso dos cursos técnicos de nível médio, na modalidade integrada, um questionário para os estudantes evadidos no período de 2017 a 2018, um questionário para os profissionais da educação vinculados ao Departamento de Ensino (DE), um questionário para os docentes que atuam no ensino médio integrado e realização de entrevistas com os servidores lotados no Departamento de Ensino do *Campus* Salgueiro.

Os questionários e as entrevistas realizadas objetivaram compreender os fatores associados à evasão escolar, identificar ações já realizadas para



acompanhamento dos alunos propensos a evadir e sugestões de ações a serem realizadas para superação da evasão escolar, por isso foi tomado como referência a escuta aos alunos evadidos, aos alunos em curso, aos docentes que lidam diariamente com os alunos dos cursos investigados, bem como dos servidores lotados no Departamento de Ensino, todos esses servidores têm contato diário com os estudantes em questão, por isso a necessidade de ouvi-los.

### 5.3 OS SUJEITOS DA PESQUISA

Para o desenvolvimento desta pesquisa, que objetivou compreender os fatores associados à evasão escolar a fim propor um plano de ação com vistas à contenção da evasão escolar, busquei envolver as três categorias que formam o IF Sertão-PE, ou seja, alunos, docentes e demais profissionais da educação, sejam técnicos administrativos em educação ou docentes no exercício de atividades administrativas.

Não me furtaria em construir essa proposta interventiva sem a participação efetiva de toda a comunidade escolar. Por isso, a escolha por pesquisar as três categorias se deu da necessidade de ouvir todos os seguimentos que formam a instituição, na busca da compreensão do fenômeno (evasão escolar) a partir dos múltiplos olhares.

Para tanto, os alunos pesquisados foram aqueles que estiveram em curso no primeiro semestre de 2018 no *campus*, ou seja, aqueles que estiveram com matrícula ativa. Também foram pesquisados os alunos que evadiram durante o ano de 2017 e no início do ano de 2018.

Também foram sujeitos desta pesquisa, os docentes que atuam nos cursos técnicos de nível médio, na modalidade integrada. Para identificação desse grupo, usamos o Sistema Educacional adotado pela instituição, no caso o Sistema de Apoio à Gestão Escolar – SAGE.

Por fim, o terceiro seguimento, sujeito da pesquisa, compreendeu Chefe de Departamento de Ensino, Coordenadores dos cursos técnicos de nível médio, Técnicos em Assuntos Educacionais e Pedagogos que atuam neste nível de ensino, Assistente Social, Assistentes de Alunos, servidores lotados na Secretaria de Controle Acadêmico e Servidores do setor de saúde.

### 5.3.1 Alunos: tabulação dos dados e análise dos achados

Compreende esta categoria de sujeitos da pesquisa, os alunos vinculados aos cursos técnicos de nível médio em Agropecuária, Edificações e Informática, na modalidade integrada.

O universo dos alunos pesquisados está dividido em dois grupos: os alunos em curso, matriculados nos segundos, terceiros e quartos anos; e, os alunos que evadiram no ano 2017 e no 1º semestre de 2018.

Inicialmente, pensei em pesquisar todos os alunos que evadiram no período de 2011 – quando do início do curso no *campus* – a 2017. No entanto, alguns levantamentos foram realizados e percebi que muitos dados dos alunos, como por exemplo, endereço e telefone estavam desatualizados, o que inviabilizaria a pesquisa com os alunos que evadiram há muito tempo. Nesse sentido, optei por pesquisar os alunos que evadiram durante o ano de 2017 e no primeiro semestre de 2018, cujos dados estariam mais atualizados.

Como já informado inicialmente, esse universo está dividido em dois grupos: o de alunos evadidos e de alunos em curso. Optei por pesquisar esses dois grupos, por entender que essa proposta de intervenção deve estar alinhada aos anseios dos estudantes após sua entrada. Não poderíamos apenas identificar as causas da evasão, mas entender por que os que ainda estão com vínculo permanecem e o que podemos e devemos fazer para que sua permanência na instituição seja garantida.

É importante e necessário compreender o que leva os nossos estudantes a evadir, mas também é importante saber porque outros permanecem. E de que forma a instituição/*campus* tem contribuído para a permanência dos estudantes, mesmo esse não sendo o foco do trabalho. Mas, entender as motivações da permanência foram/são importantes para a construção desta proposta.

Atualmente, o *campus* Salgueiro tem 239 alunos com vínculo ativo nos cursos objeto desse estudo. Destes, 160 são sujeitos dessa pesquisa e 61 responderam ao questionário.

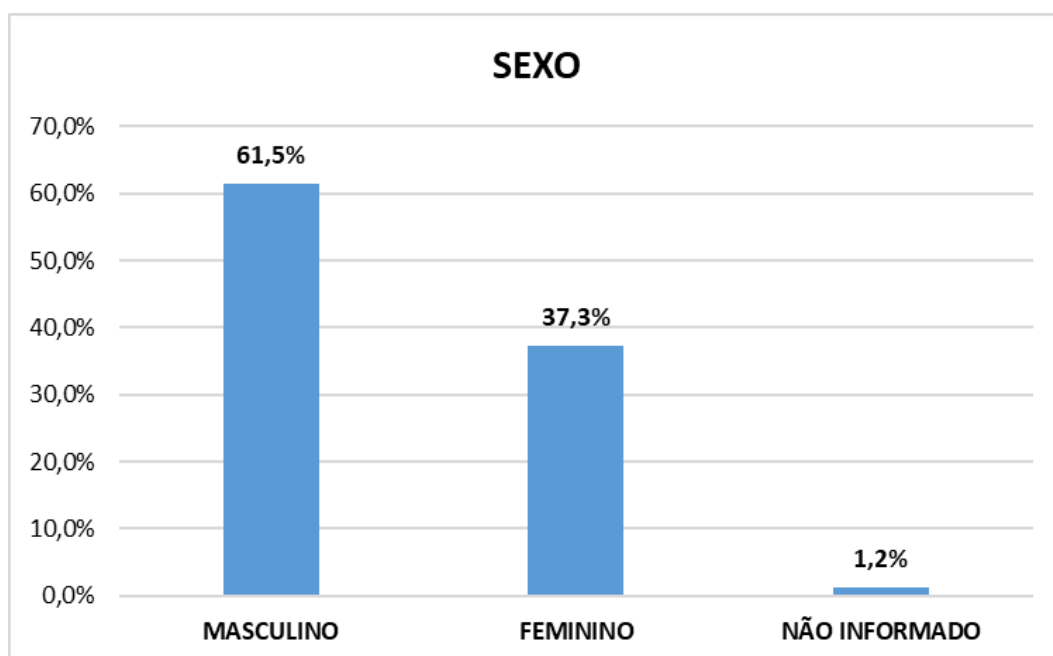
Quanto aos alunos evadidos, houve uma evasão de 110 alunos entre os anos de 2017 e primeiro semestre de 2018, assim 110 alunos estavam aptos a responder ao questionário, mas somente 16 responderam.

Objetivando entender qual é o perfil socioeconômico dos alunos que estão em curso, apresento abaixo os gráficos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8. Os gráficos se referem ao sexo, cor/raça/etnia, estado civil, faixa etária, município de origem, área de procedência e renda familiar. Esses dados foram colhidos no Sistema de Apoio à Gestão Escolar – SAGE e em fichas presentes na Assistência Estudantil (AE) e têm como objetivo caracterizar os estudantes, de modo que a identificação do perfil socioeconômico dos estudantes em curso possibilitasse pensar ações com vistas à permanência nos cursos ora vinculados.

O gráfico 1 evidencia a prevalência do sexo masculino nos cursos do EMI, neste caso com 61,5%. Esse dado é importante para estabelecer o perfil do aluno.

Segundo o MEC/INEP (2017), do total de 1.859.940 matrículas na educação profissional, 55% são do sexo feminino e 45% do sexo masculino, correspondendo a 1.029.001 e 830.939, respectivamente. É um dado interessante, embora os dados dessa pesquisa aponte a prevalência da presença de estudantes do sexo masculino nos cursos técnicos.

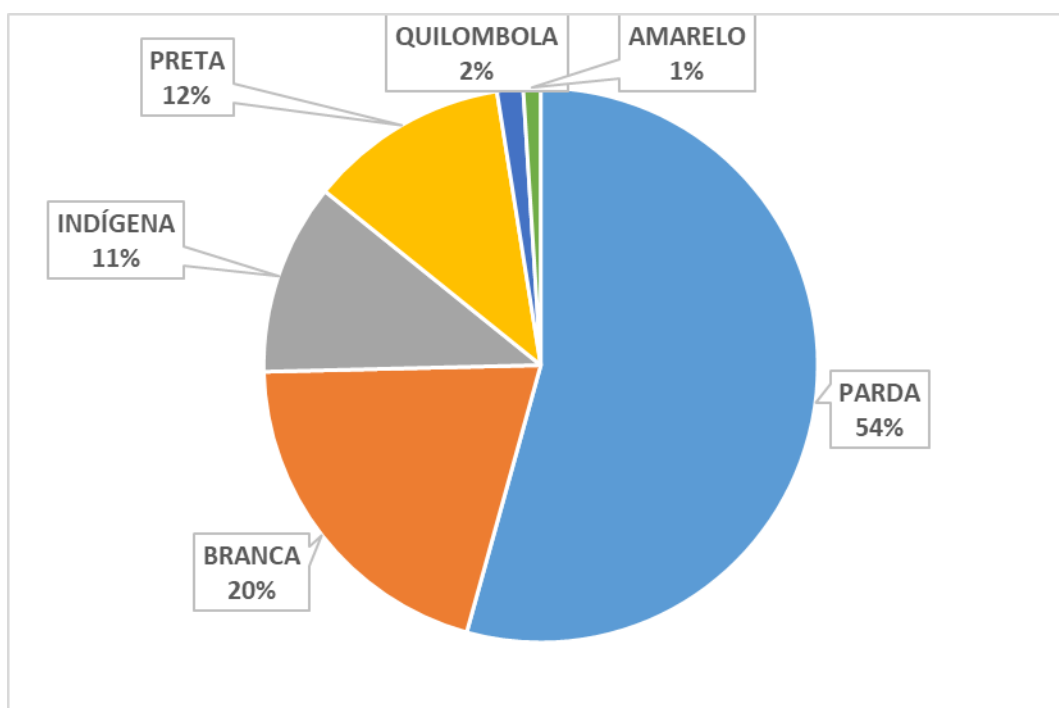
**Gráfico 3:** Sexo dos alunos com vínculo ativo do EMI



Fonte: Elaboração própria (ago/2018), a partir dos dados do SAGE

O gráfico 2 apresenta a cor/raça/etnia dos estudantes do EMI. A partir dele percebe-se que 68% dos alunos são negros. O que evidencia que as cotas instituídas têm possibilitado o acesso do preto e pardo no *campus* Salgueiro. O destaque é dado ao número expressivo de estudantes indígenas presentes nesta modalidade de ensino. Essa presença dos indígenas não se restringe ao EMI, mas se acentua nos cursos superiores do *campus* Salgueiro e eles residem nas comunidades indígenas presentes na microrregião do Sertão Central. Quanto aos alunos quilombolas, é importante mencionar que há uma presença significativa no campus, com maior número nos cursos superiores.

**Gráfico 4:** Cor/Raça/Etnia dos Alunos em Cursos do EMI.

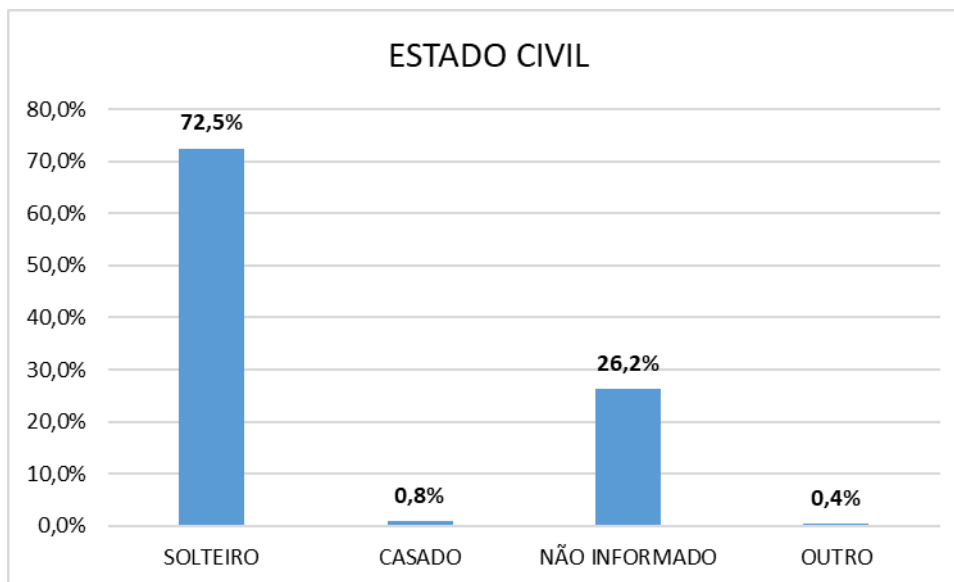


Fonte: Elaboração Própria, a partir dos Dados da Assistência Estudantil e do SAGE do Campus Salgueiro (2018).

Quanto ao estado civil, observa-se, no gráfico 3, que a grande maioria é solteiro, apenas 0,8% é casado e 0,4% apresenta outra condição civil, isso implica dizer que o estado civil não é elemento que contribua para a evasão do curso.

Mesmo que o número de estudantes que não informaram seu estado civil seja significativo, com 26,2%, tem-se um número bastante expressivo de solteiro, com 72,5%.

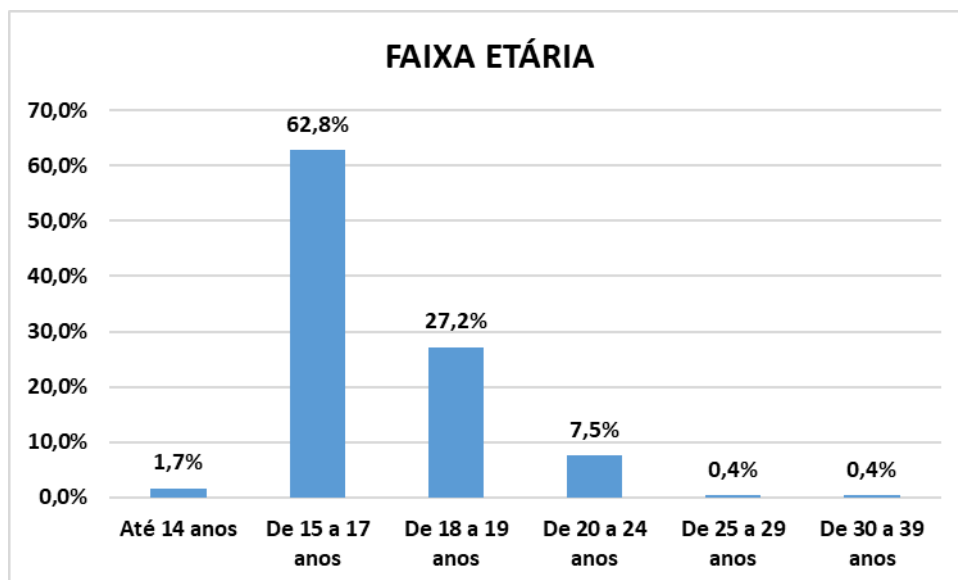
**Gráfico 5:** Estado civil dos alunos com vínculo ativo do EMI



Fonte: Elaboração própria (ago/2018), a partir dos dados do SAGE.

Ao confrontar o gráfico 3 com o gráfico 4, que apresenta a faixa etária dos estudantes em curso do EMI, percebe-se que a idade é fator que justifica o grande número de estudantes solteiros, com quase 65% dos estudantes com menos de 18 anos de idade. Apenas, 8,3% têm idade a partir de 20 anos.

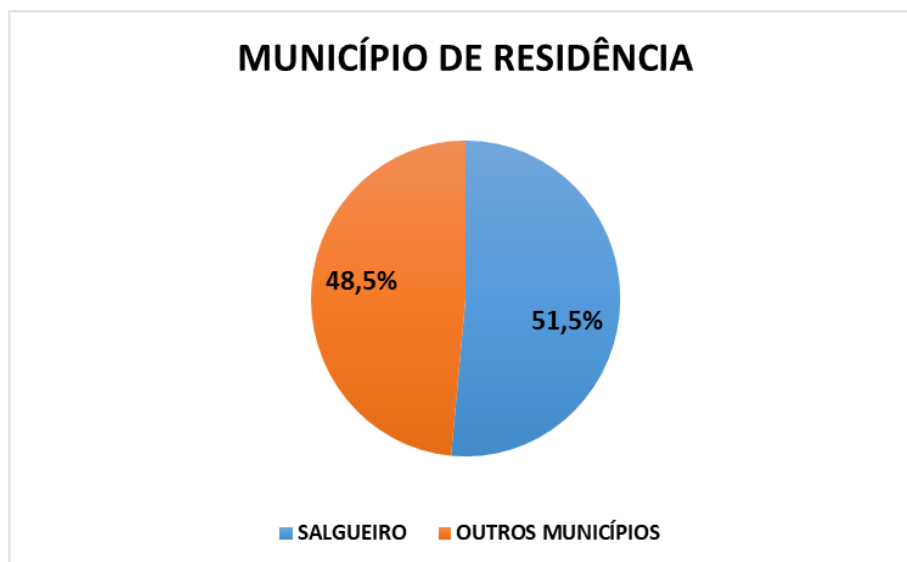
**Gráfico 6:** Faixa Etária dos Alunos do EMI em Curso.



Fonte: Elaboração própria (nov/2018), a partir dos dados do SAGE.

Os gráficos 5 e 6 apresentam a taxa de alunos residentes na sede do *campus* Salgueiro e a taxa de alunos oriundos de outros municípios. A partir dos gráficos já citados, percebe-se um número expressivo, quase metade, ou seja, 48,5% residentes em outros municípios. Estes municípios são compreendidos pelos estados de Pernambuco, Ceará e Paraíba. Esse dado é muito importante e chama a atenção por o *campus* receber um número tão expressivo de alunos de outros municípios, com destaque para o município de Cabrobó, com 26,7% do alunado neste nível e modalidade de ensino. É importante destacar que este município fica a cerca de 70km da sede e está presente em muitos cursos ofertados pelo *campus*. Tem-se constituído um grande desafio manter os alunos na instituição devido às dificuldades de transporte. Nesse sentido, a partir dos dados apresentados, percebe-se que a distância é um fator que pode estar contribuindo para a evasão nos cursos.

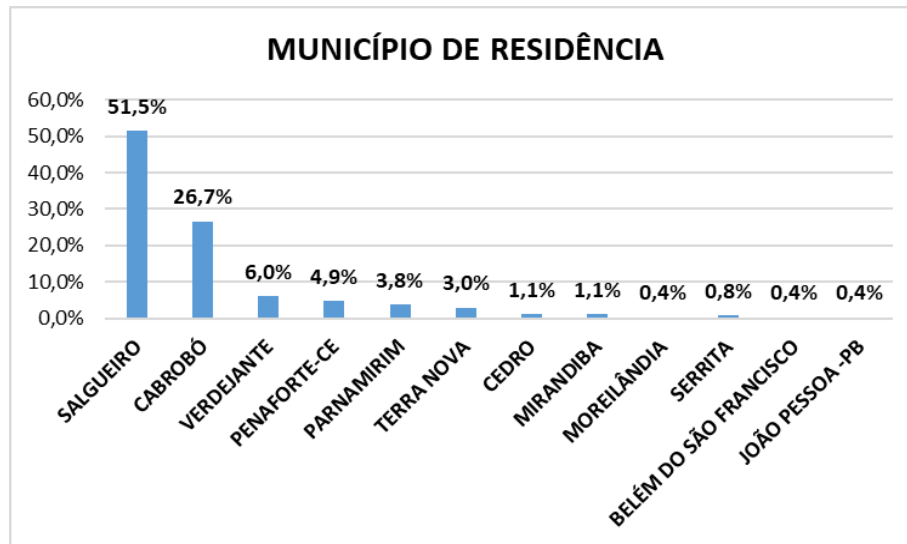
**Gráfico 7:** Município de Origem dos alunos com vínculo ativo no EMI



Fonte: Elaboração própria (ago/2018), a partir dos dados do SAGE

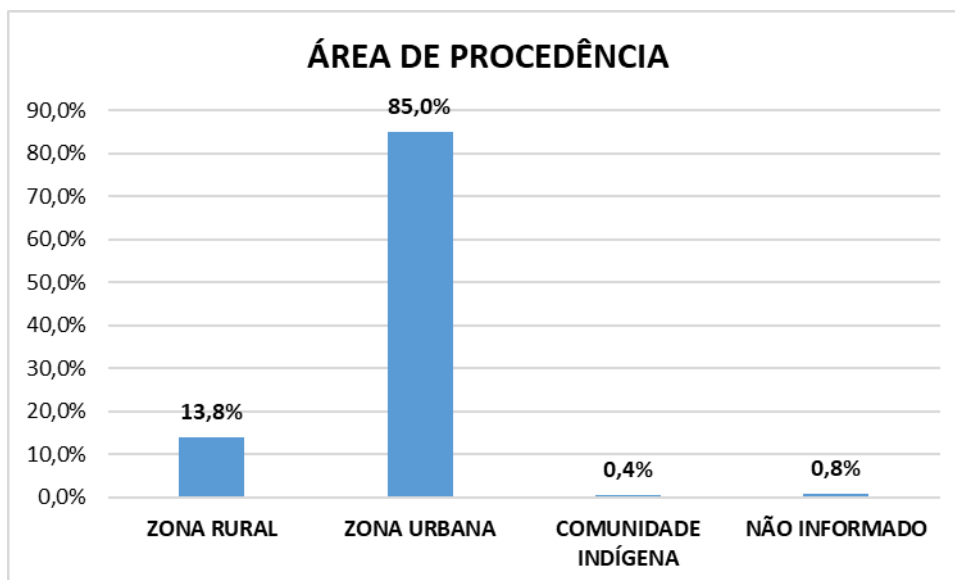
O campus Salgueiro atende também a um número bastante significativo de alunos oriundos das zonas rurais dos municípios atendidos, conforme o gráfico 7. A taxa de procedência da zona rural é de 13,8% e 0,4 % oriundos de comunidades indígenas. Dada a histórica fragilidade da educação no campo, esses são os alunos que mais apresentam dificuldades de base para acompanhar as turmas, segundo dados de rendimento dos alunos presentes no sistema acadêmico do campus. Esse é um fator também que pode contribuir para a evasão escolar, uma vez que esses alunos também sofrem com a dificuldade de transporte, bem como chegam ao campus com muitas lacunas de base de formação anterior. Vale ressaltar que essa falta de base não é algo específico dos alunos da zona rural, mas se acentua neste público.

**Gráfico 8:** % de alunos residentes na sede e em outros municípios



Fonte: Elaboração própria (ago/2018), a partir dos dados do SAGE

**Gráfico 9:** Área de procedência dos alunos com vínculo ativo do EMI



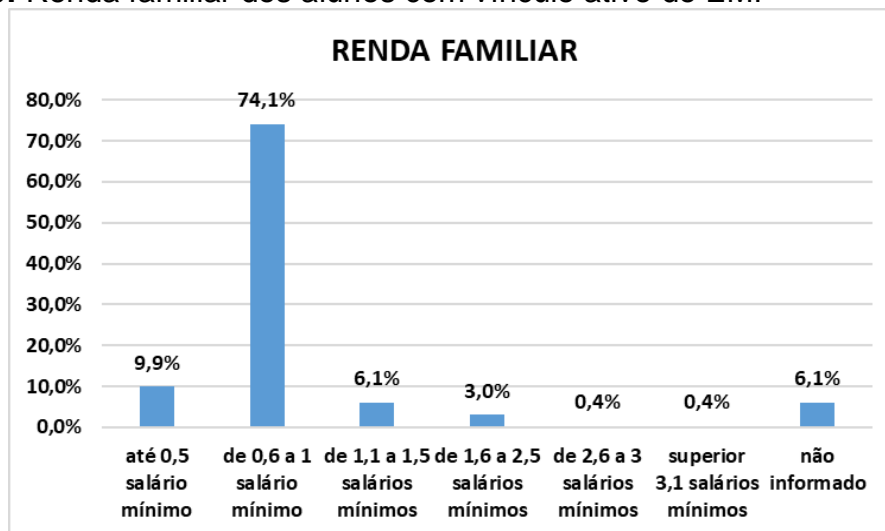
Fonte: Elaboração própria (ago/2018), a partir dos dados do SAGE

Quando o quesito é renda, pode-se observar, no gráfico 8, que 85% dos alunos têm renda familiar de até 1 salário mínimo, destes, 9,9% têm renda de até 0,5 salário mínimo. Apenas, 0,4% dos alunos em curso têm renda familiar acima de 3 salários mínimos. Os alunos do EMI quase em sua totalidade são de baixa renda. Esses dados evidenciam duas situações que merecem destaque, a primeira é que o *campus* Salgueiro tem atingido o público que mais precisa de formação integral, ou



seja, a classe popular, a segunda é a necessidade de apoio da Assistência Estudantil -AE, com vistas a sua permanência no curso e sucesso escolar.

**Gráfico 10:** Renda familiar dos alunos com vínculo ativo do EMI



Fonte: Elaboração própria (ago/2018), a partir dos dados do SAGE.

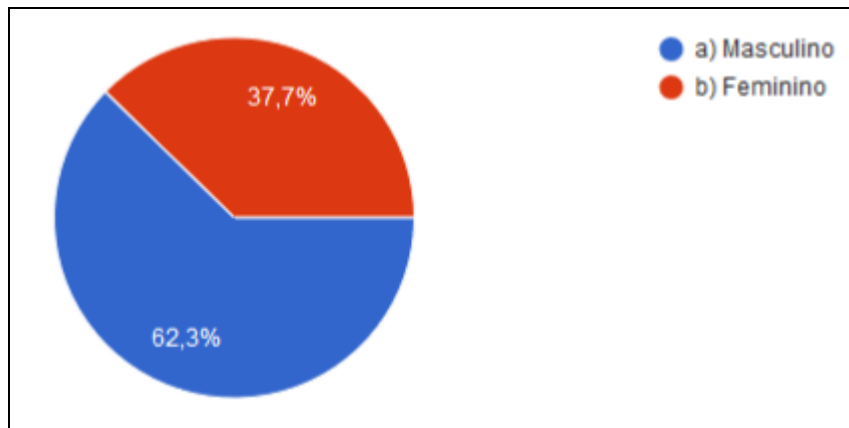
#### 5.3.1.1. Alunos em curso

Para os alunos em curso, foi aplicado um questionário contendo 18 perguntas, que contempla o perfil dos estudantes e questões voltadas para o fenômeno da pesquisa. Dos 160 estudantes habilitados para participar da pesquisa, 61 participaram. Os resultados da pesquisa são apresentados abaixo.

#### Sexo

O gráfico 9 abaixo informa que dos 61 alunos que participaram da pesquisa, 62,3% são do sexo masculino e 37,7% são do sexo feminino.

**Gráfico 11:** Sexo/Gênero dos Alunos Pesquisados em Curso do EMI.



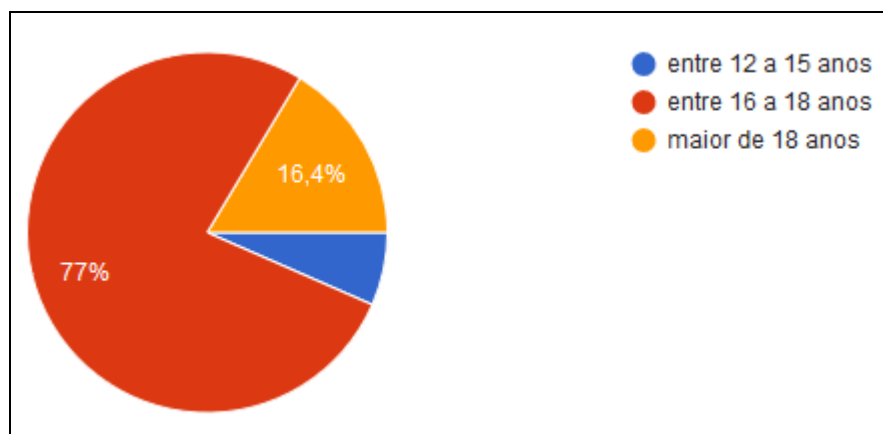
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O gráfico 9 mostra a prevalência do sexo masculino, fato também percebido no gráfico 1 que apresenta o perfil geral dos estudantes vinculados ao EMI.

### Faixa etária

O gráfico 10 mostra que não há muita discrepância em relação à idade/série, uma vez que apenas 16,4% dos estudantes são maiores de 18 anos, esse fato também pode estar associado à duração do curso que é de 4 anos, geralmente quando o aluno chega nessa série, atinge essa faixa de idade. A taxa de alunos entre 12 e 15 anos é baixa, 6,6% em decorrência da pesquisa não ter sido realizada com alunos matriculados no primeiro ano.

**Gráfico 12:** Faixa Etária dos alunos Pesquisados em Curso do EMI.



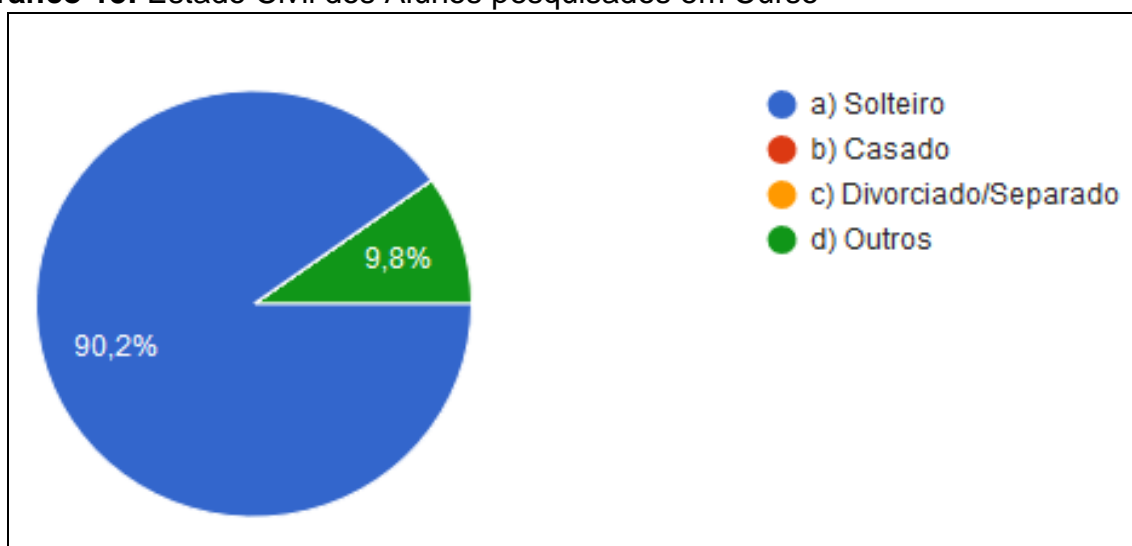
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

### Estado Civil

O gráfico 11 mostra que mais de 90% dos alunos são solteiros e apenas 9,8% responderam que seu estado civil são outros, provavelmente possuem união estável. Essa pequena taxa se deve ao fato de, a maioria dos estudantes, cerca de 87%, ter idade de até 18 anos.

Pode-se inferir, a partir dos dados apresentados, que o quesito idade não é um fator contributivo para a evasão escolar.

**Gráfico 13:** Estado Civil dos Alunos pesquisados em Curso



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

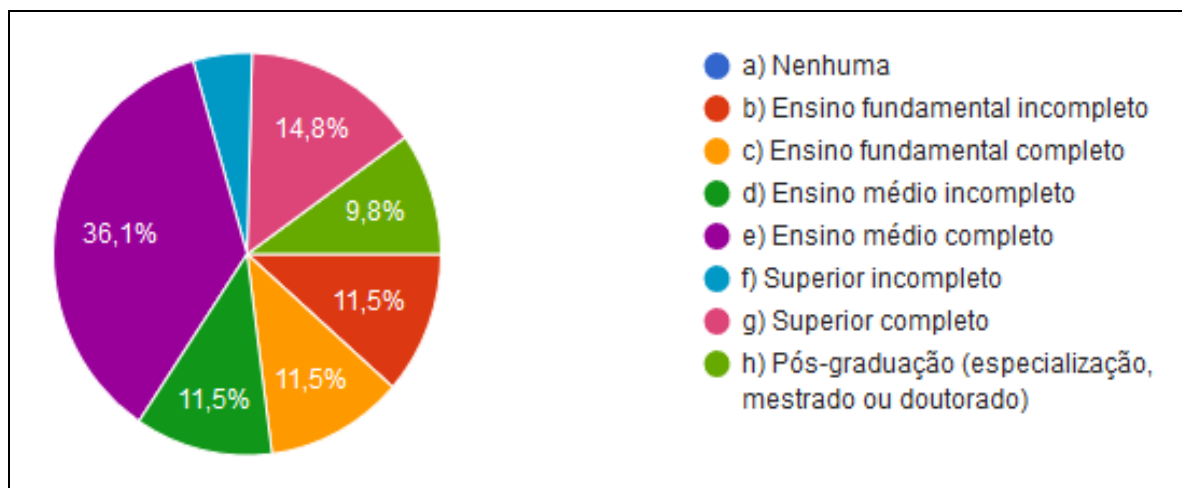
### **Maior grau de escolaridade (pai/mãe)**

A pesquisa apontou que 70,6% dos pais têm até o ensino médio completo, 4,9% tem o curso superior incompleto e 24,6 possuem curso superior. Destes totais, 11,5% têm o ensino fundamental incompleto, 11,5% têm o ensino fundamental completo, 11,5% têm ensino médio incompleto, 36,1% dos pais têm o ensino médio completo, 4,9% têm curso superior incompleto, 14,8% têm curso superior completo e 9,8% têm curso de pós-graduação, conforme o gráfico 12.

A escolaridade dos pais é um fator importante para a definição do sucesso escolar dos filhos porque tem a ver com o capital cultural. Por isso, é importante assinalar que a posição social ocupada pela família influencia na escolha do destino

dos filhos. Quanto mais baixo o volume de capital econômico e cultural, menor é a probabilidade do sucesso escolar, devido ao baixo investimento. (COSTA, 2017)

**Gráfico 14:** Escolaridade dos Pais.



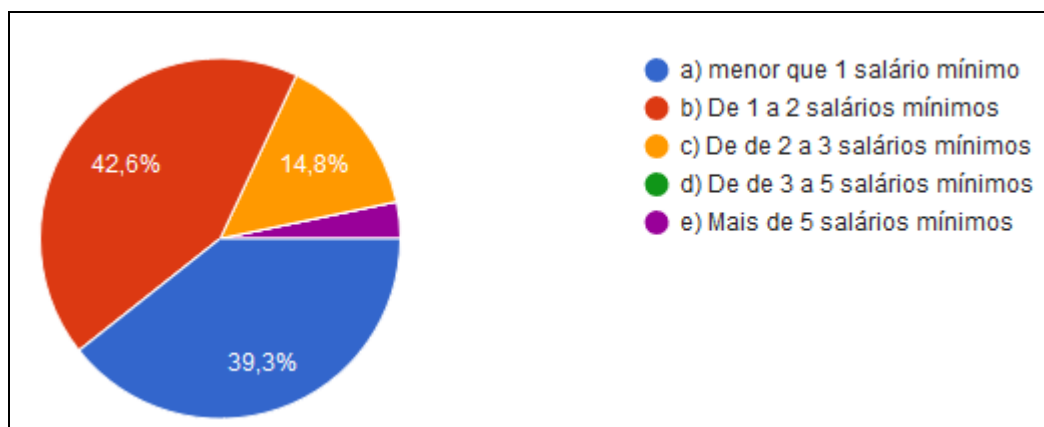
Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

## Renda Familiar

No tocante ao perfil de renda familiar, os dados da pesquisa apresentam que 39,3% dos alunos têm renda familiar menor que 1 salário mínimo, 42,6% têm renda familiar de 1 a 2 salários mínimos, ou seja, 81,9% têm renda familiar de até 2 salários mínimos, se considerarmos a renda de até 3 salários mínimos, o percentual sobe para 96,7%, como pode ser observado através do gráfico 13.

Esses dados são importantes para a compreensão, por parte da instituição, de que precisa reforçar as políticas de assistência estudantil para contribuir com a permanência e conseqüentemente com o bom desempenho e sucesso escolar do estudante, uma vez que os estudantes, quase em sua totalidade estão em situação de vulnerabilidade social.

**Gráfico 15:** Renda Familiar

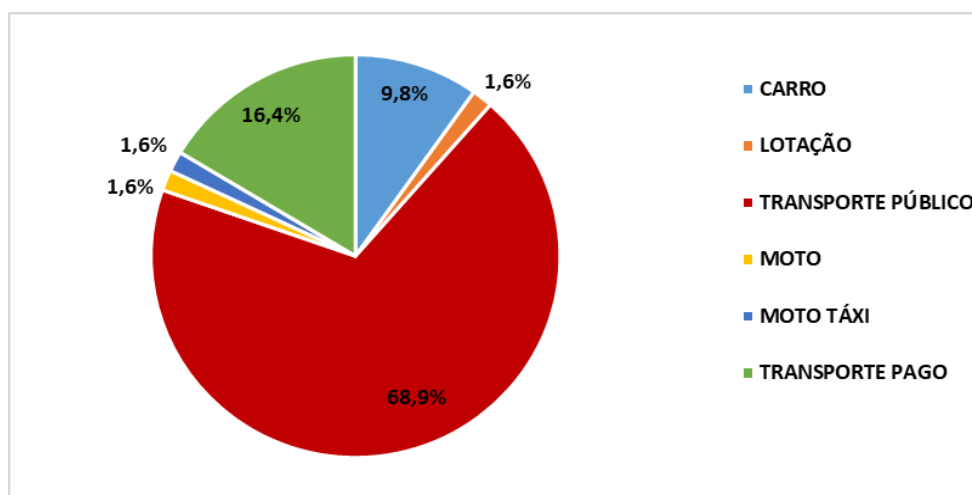


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

### Meio de transporte utilizado para chegar ao IF Sertão-PE *campus* Salgueiro

O transporte escolar tem se constituído um grande desafio para os estudantes do IF Sertão-PE. Os dados do gráfico 14 mostram a dependência dos alunos em relação ao transporte escolar. 68,9% dos alunos fazem uso do transporte público e 31,1% precisam custear o transporte para chegar ao *campus*. Cerca de 26% dos estudantes do EMI recebem auxílio transporte da Assistência Estudantil para custear o deslocamento da sua cidade ao *campus*, mas o número de estudantes atendidos é muito baixo, dada a realidade dessa modalidade de ensino, com 51,5% dos estudantes residentes em outras cidades.

### Gráfico 16: Meio de Transporte



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

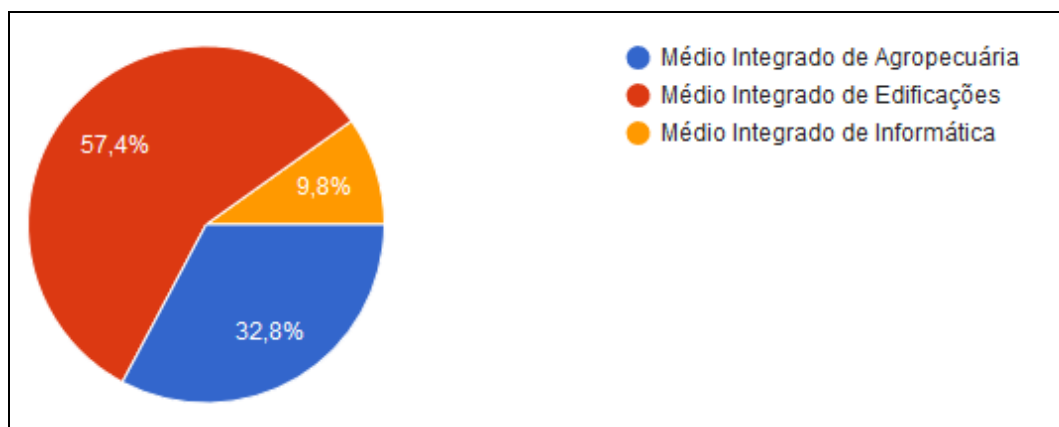
### Trabalha?

Foi perguntado aos discentes se trabalham e 100% dos entrevistados responderam que não. Isso demonstra que os estudantes têm disponibilidade de tempo para investir nos estudos e que o trabalho não é um fator impeditivo para a permanência no curso.

### **Curso matriculado**

De acordo com os dados do gráfico 15, 57,4% dos alunos respondentes estão vinculados ao curso de Edificações, 32,8% ao curso de agropecuária e 9,8% ao curso de Informática.

**Gráfico 17:** Taxa de Representação na Pesquisa de Cada Curso do EMI



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

### **Avaliação do curso**

Foi perguntado aos alunos o que acham do curso, que avaliação eles fazem, a maioria respondeu entre bom, ótimo e excelente, e alguns poucos relataram que apesar do curso ser bom é difícil e que falta recursos para as aulas práticas e viagens técnicas.

### **Avaliação da atuação da coordenação do curso**

Compreendendo que a atuação do coordenador, articulado com os professores do curso é importante e necessário para o estabelecimento de vínculos dos alunos com o curso/instituição, foi pedido para que avaliassem a atuação da coordenação,

nesse sentido, 100% dos alunos respondentes vinculados ao curso de agropecuária avaliaram de forma positiva a atuação da coordenação. No curso de Edificações a maioria avaliou de forma positiva, somente alguns avaliaram como mediana. Já no curso de Informática, todos avaliaram de forma positiva.

### **Avaliação da atuação docente**

Quanto à atuação docente, os três cursos avaliaram de forma positiva, embora alguns tenham expressado dificuldades na apreensão dos conteúdos com alguns professores. Esse é um fato que precisa ser investigado.

### **Dificuldades em disciplinas do curso**

Foi perguntado aos alunos se eles apresentam dificuldade em alguma disciplina. Os alunos respondentes vinculados ao curso de Informática, destacaram as disciplinas de matemática, física, projeto de conclusão de curso e banco de dados. No curso de Edificações, a maioria dos respondentes apresentam dificuldades nas disciplinas de exatas, como química, física e matemática. Já em Agropecuária, as disciplinas elencadas foram, também, química, física e matemática.

As dificuldades nas disciplinas são bem semelhantes, com física e matemática aparecendo na fala dos discentes dos três cursos.

### **Ações para sanar dificuldades nas disciplinas**

No IF Sertão-PE, todos os professores precisam disponibilizar, pelo menos, 2 horas por semana para atendimento ao aluno, mas empiricamente o que se tem percebido é o esvaziamento dos estudantes nesses momentos, tendo em vista que muitos residem em outros municípios e têm a dificuldade de transporte, além de condições financeiras para ficar no contra turno e arcar com a alimentação. No entanto, ainda há o esforço de alguns para fazer uso desse momento.

É importante mencionar que os alunos têm ciência desse direito, embora, lhes faltem condições materiais para efetivá-lo. Ainda assim, 29,5% dos alunos relataram que frequentam o contra turno para uso do horário de atendimento ao aluno. A

maioria respondeu que procura estudar em casa e assistir a vídeos no *youtube*. Uma pequena parcela respondeu que não faz nada para sanar as dificuldades nas disciplinas. Esses estudantes estão em situação de risco.

### **Dificuldades enfrentadas para se manter no IF Sertão-PE**

Para 9,8%, o problema é a distância e para 31,1% dos respondentes, o maior problema enfrentado é o transporte escolar. Muitos precisam arcar com as despesas e outros, embora a prefeitura disponibilize o transporte, enfrentam grandes dificuldades pelas condições que o transporte apresenta, além de que muitos chegam ao IF 13h da tarde e só retornam para suas casas 19h30 da noite, quando o ônibus vai deixar os alunos do horário noturno, o que faz com que esses alunos cheguem em suas casas somente depois das 21h, muitas vezes sem ter se alimentado.

Para 18% dos entrevistados, um grande problema enfrentado é a falta de alimentação. O IF Sertão-PE *campus* Salgueiro não dispõe de refeitório, portanto não fornece alimentação para os alunos do EMI. De forma substitutiva, os alunos, em sua maioria, recebem auxílio alimentação no valor de R\$110,00, que divididos por 22 dias úteis mensais, fica R\$5,00 a ser usado diariamente com o lanche, no entanto, os alunos não conseguem administrar esse valor, tendo em vista a situação de vulnerabilidade em que se encontram, bem como afirmam que o valor do lanche vendido na cantina está além de suas condições materiais.

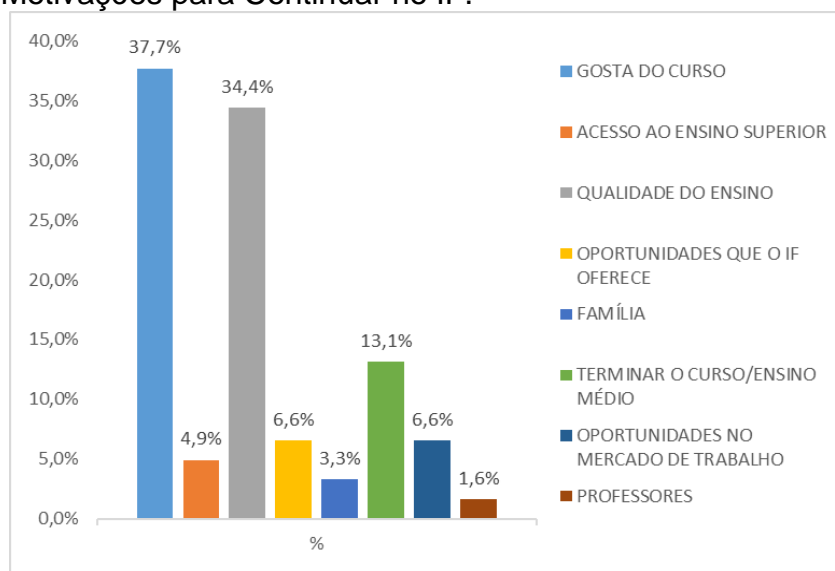
Também foram elencadas, por 14,8% dos alunos, como dificuldades enfrentadas, a situação econômica, situação essa que agrava as duas anteriormente citadas.

Outros 9,8% citaram como problema a troca constante de professor, que acaba atrasando conteúdo, conseqüentemente o término do curso ou período letivo.

### **Motivações para continuar no IF**

As motivações que os respondentes encontram para continuar no IF estão apresentadas no gráfico 16 abaixo.



**Gráfico 18: Motivações para Continuar no IF.**

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Os dados mostram que a maior motivação que os alunos encontram para continuar no IF é a identificação com o curso e a qualidade do ensino ofertado, com 37,7% e 34,4% respectivamente; 4,9% afirmam que o objetivo é o ingresso no ensino superior; 6,6% dizem respeito às oportunidades que o campus oferece, como visitas técnicas, eventos internos com palestras e minicursos, atuação em projetos de pesquisa e extensão; 3,3% permanecem pela família, com o intuito de proporcionar-lhes melhores condições de vida; 6,6% pela oportunidade que percebem para ingressar no mercado de trabalho; 1,6% permanecem pelos professores; e, 13,1% relatam que a motivação é para finalizar o curso ou etapa de ensino.

### **O que o IF Sertão-PE poderia fazer para melhorar as condições de permanência no curso?**

Os alunos listaram inúmeras situações que favoreceriam a permanência no curso. O item auxílio da assistência estudantil apareceu no discurso de 27,9% dos estudantes, que relataram a necessidade do aumento do auxílio alimentação em decorrência do alto preço do lanche vendido na cantina, bem como a ampliação do auxílio transporte para que mais pessoas pudessem ser atendidas; 6,6% relataram a necessidade do refeitório; 14,8% relataram a necessidade de aumentar as aulas

práticas porque se sentem motivados e conseguem apreender o conteúdo mais facilmente; 8,7% relataram a necessidade de ampliação das visitas técnicas.

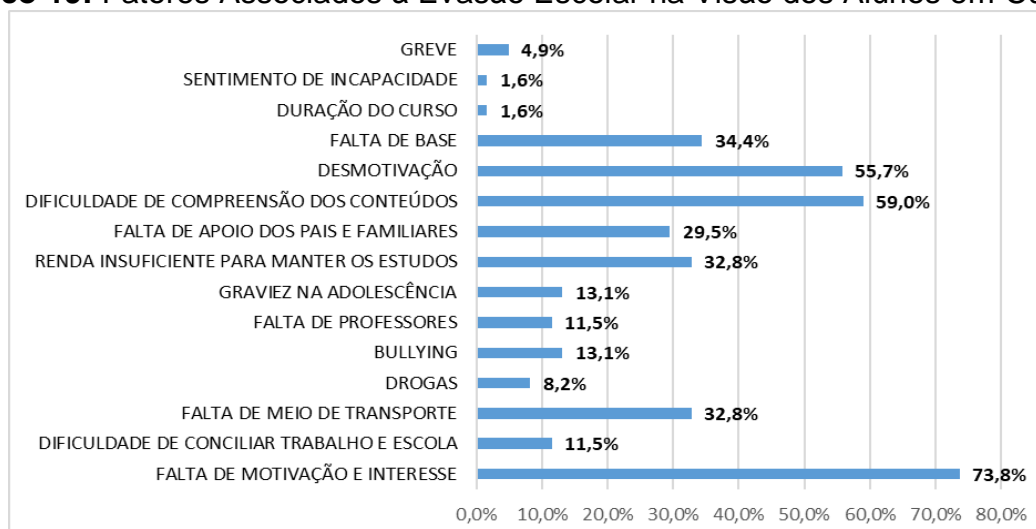
### **Com relação a evasão escolar, conhece alguém que iniciou e não concluiu o Ensino Médio Integrado aqui no IF Sertão-PE Campus Salgueiro?**

Este item teve como objetivo identificar se os estudantes conhecem alguém que evadiu dos cursos do EMI do *campus* Salgueiro, esse fato contribuiria para a resposta da pergunta seguinte. Assim, os dados mostraram que 88,5% dos estudantes conhecem alguém que evadiu do curso e apenas 11,5% não conhecem ou tiveram contato com alguém que chegou a evadir.

### **Principais fatores que levam à evasão escolar**

Os alunos elencaram vários fatores, mas o que mais chamou a atenção foi o fator falta de motivação e interesse, pois apareceu nas falas de 73,8% dos entrevistados, fato também narrado pelos docentes no questionário, conforme visto no gráfico 17.

**Gráfico 19: Fatores Associados à Evasão Escolar na Visão dos Alunos em Curso**



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

É preciso estudar o que tem causado a desmotivação dos alunos, de modo que medidas sejam tomadas para equacionar o problema. Outro fato que corrobora com

as falas docentes apresentadas no gráfico é falta de base que gera a dificuldade na compreensão dos conteúdos, aqui citada por 59% dos respondentes.

Outros fatores citados foram transporte, renda, falta de base, por exemplo que exigem apoio das políticas da Assistência Estudantil.

### 5.3.1.2. Alunos Evadidos

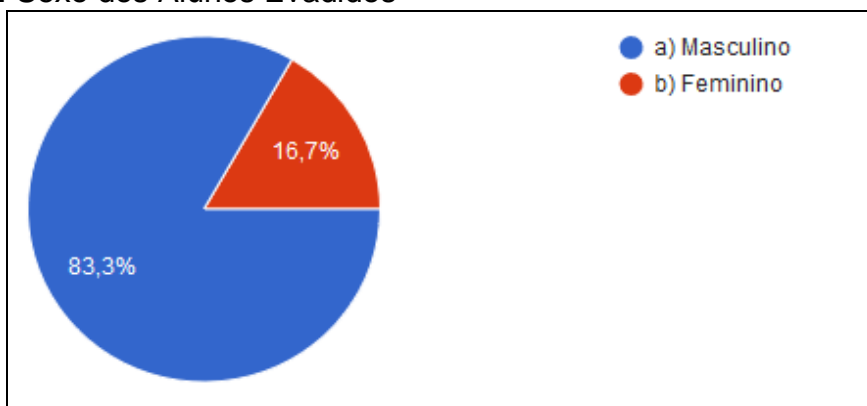
Quanto ao questionário alunos evadidos, estavam aptos a responder o questionário 110 alunos evadidos, destes apenas 16 responderam. Houve grande dificuldade para localizar os alunos, porque muitos dados estavam desatualizados e muitos números de telefones inexistentes, foi mandado e-mail para todos os alunos, ainda assim só consegui aplicar o questionário com 16 alunos evadidos.

Para esse grupo de sujeito, foi aplicado um questionário contendo 16 perguntas, das quais três é sobre o fenômeno da pesquisa e 13 para caracterização do perfil do evadido. Os dados da pesquisa são apresentados através dos gráficos abaixo.

### Sexo

Quanto aos sujeitos da pesquisa – alunos evadidos, constatou-se a prevalência do sexo masculino com 83,3% do alunos respondentes e apenas 16,7% do sexo feminino, como visto no gráfico 18. Os dados se equiparam ao dos alunos em curso, mantendo a prevalência do sexo masculino nos cursos do EMI.

**Gráfico 20:** Sexo dos Alunos Evadidos

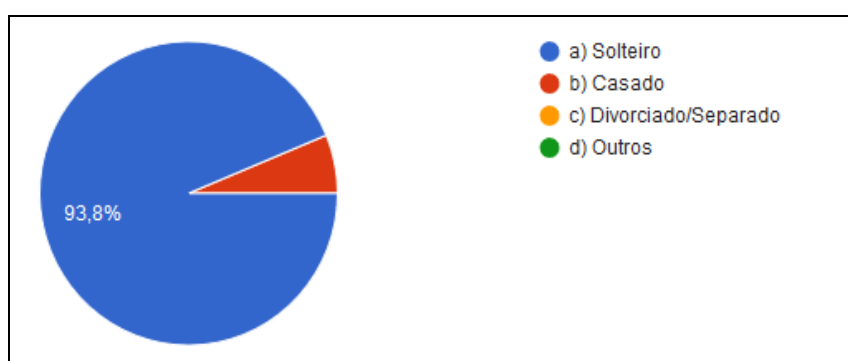


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

### Estado Civil no momento da evasão

A maioria dos estudantes evadidos, conforme gráfico 19, eram solteiros no momento da evasão. Depreende-se, portanto, que o estado civil não foi um fator motivante para a evasão, tendo em vista que 93,8% eram solteiros e apenas 16,7% casados.

**Gráfico 21:** Estado Civil dos Entrevistados no Momento da Evasão

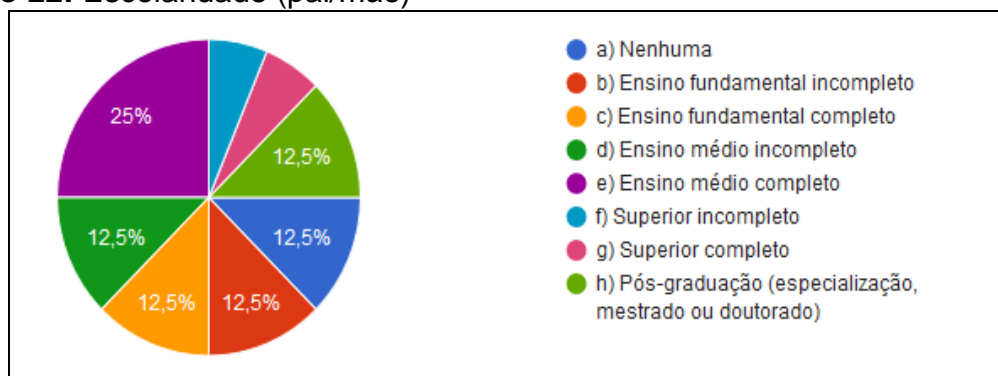


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

### Maior escolaridade na família (pai/mãe)

No que se refere à escolaridade parental, os dados mostram que 75% dos pais dos alunos evadidos têm no máximo o ensino médio completo; 6,3% ensino superior incompleto e que apenas 16,8 possuem curso superior. Este dado também é equivalente aos dados de escolaridade dos pais dos alunos respondentes em curso, fato que expressa a opção pelos cursos técnicos de alunos vindo de pais com baixa escolarização, uma vez que o curso técnico dá a possibilidade de inserção dos jovens, mais rapidamente, no mercado de trabalho.

**Gráfico 22:** Escolaridade (pai/mãe)



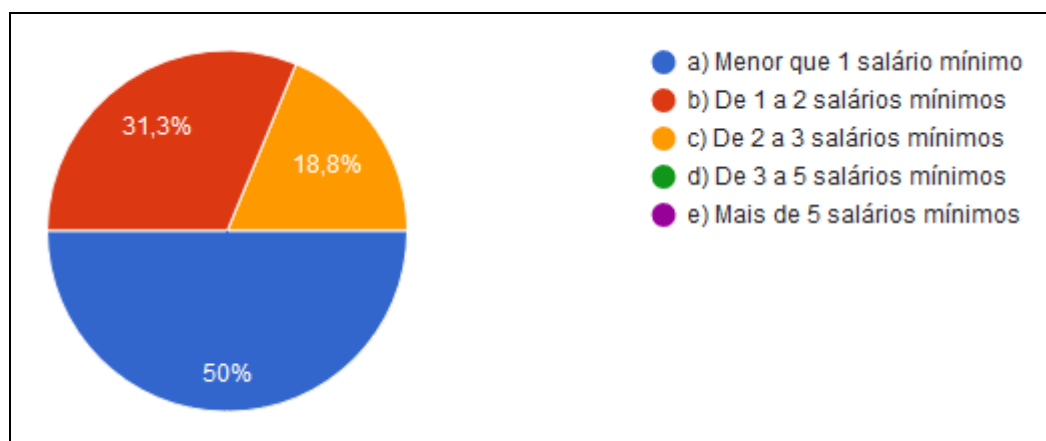
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

## Renda familiar

No gráfico 21 os dados mostram que 50% dos alunos evadidos são de famílias com renda menor que um salário mínimo, 31,3% entre um e dois salários mínimos e 18,8% têm renda familiar de dois a três salários mínimos, ou seja, 100% dos entrevistados são oriundos de famílias de baixa renda, considerando o que a lei 12.711/2012 estabelece como baixa renda (até 1,5 salários mínimos per capita).

É preciso um olhar atento aos alunos das classes populares, é preciso o fortalecimento das políticas públicas de permanência, para que as instituições de ensino não apenas o receba, mas que tenha condições de mantê-los dando o apoio necessário e contribuindo para redução das desigualdades escolares. Para Arroyo (2011, p. 85) “Essa redução das desigualdades escolares aos alunos se acentua ao estarem chegando às escolas os(as) filhos(as) dos coletivos populares, os mais desiguais.”, no entanto, a evasão escolar vai na contramão da redução dessas desigualdades. Por isso, é necessária a implementação e consolidação das políticas de permanência e êxito escolar.

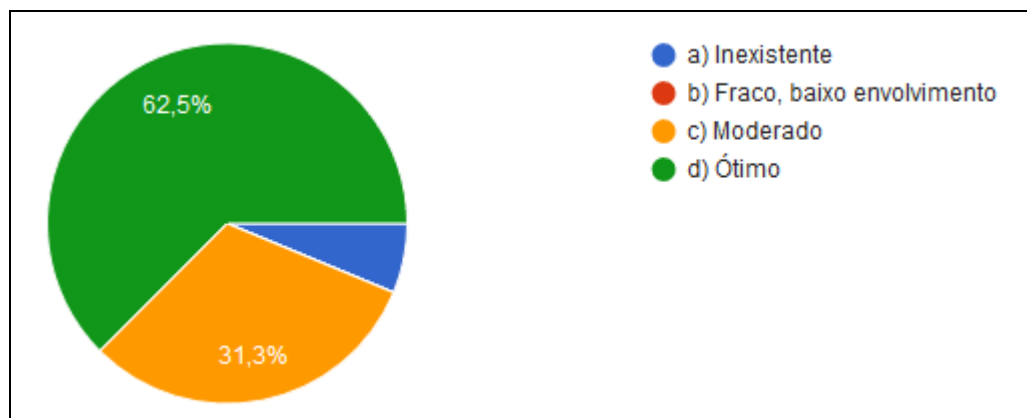
**Gráfico 23:** Renda Familiar - Alunos Evadidos



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

## Relacionamento com os colegas

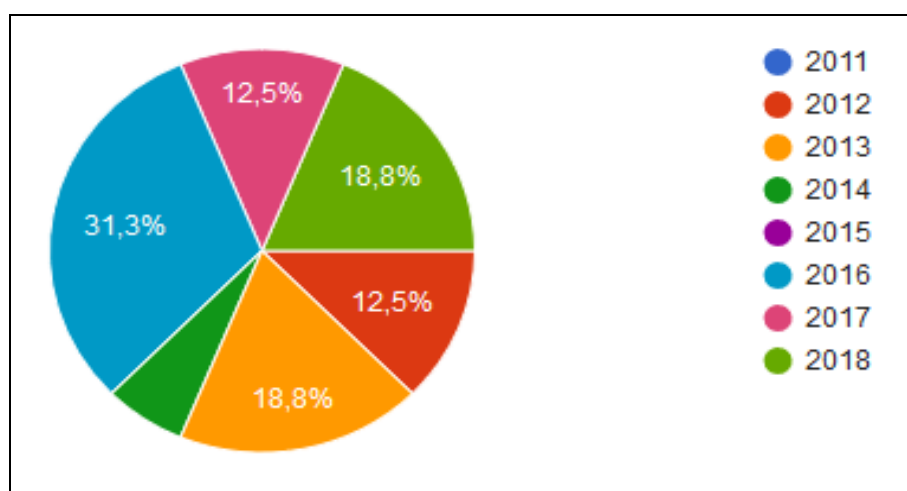
Quanto ao relacionamento com os colegas, conforme o gráfico 22, 62,5% dos respondentes disseram que era ótimo, 31,3% moderado e 6,3% inexistente. Pelos dados, esse não foi um fator motivador para a evasão escolar, mas pode se associar a outros fatores.

**Gráfico 24:** Relacionamento com os Colegas

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

### Ano de ingresso no curso

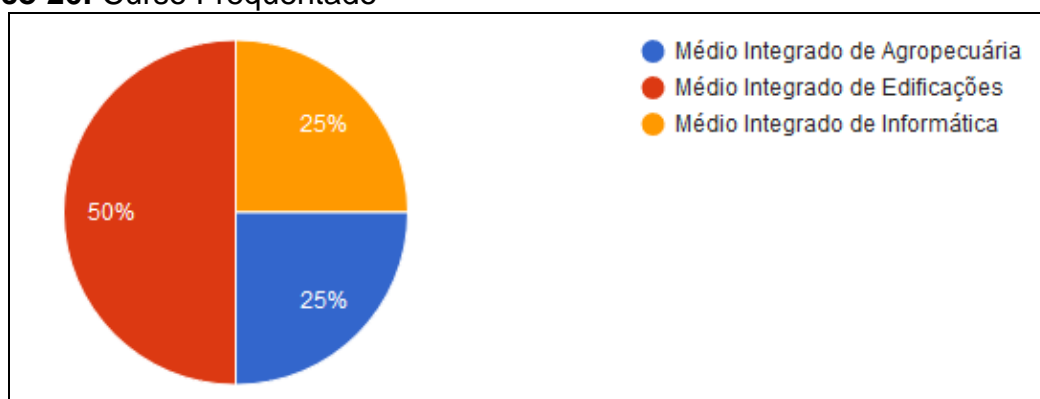
Quanto ao ano de ingresso dos respondentes evadidos, os dados, apresentados no gráfico 23, mostram que dos alunos que evadiram entre 2017 e 2018, 31,3% haviam ingressados em 2016; 18,8% em 2018; 18,8% em 2013; 12,5% em 2017; 12,5% em 2012; e, 6,3% em 2014. Neste caso, podemos afirmar que, com os alunos respondentes, a maior taxa de evasão ocorreu na segunda metade do curso.

**Gráfico 25:** Ano de Ingresso

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

### Curso frequentado

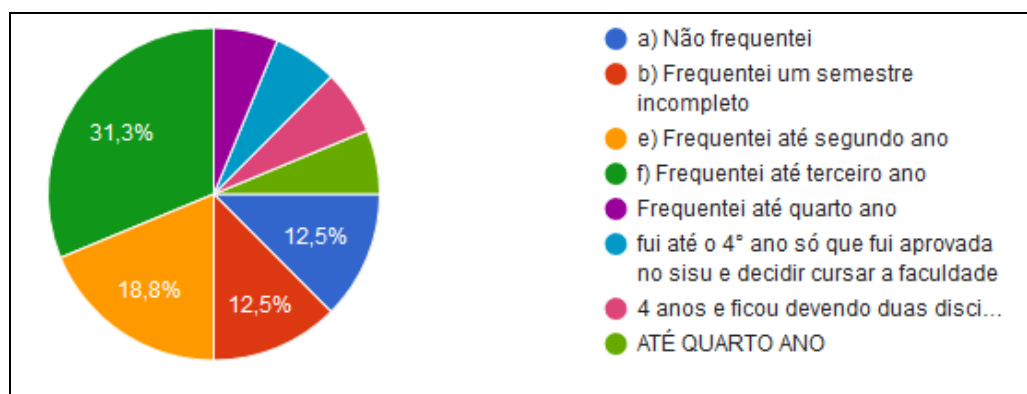
O gráfico 24 mostra que cinquenta por cento dos respondentes são do curso de edificações; 25% do curso de Informática; e 25% do curso de agropecuária.

**Gráfico 26: Curso Frequentado**

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

### Duração da permanência no curso

O gráfico 25 apresenta o tempo de permanência dos estudantes nos curso EMI em Informática, Agropecuária e Edificações, sendo que 12,5% dos respondentes realizou matrícula mas não chegou sequer a frequentar às aulas; 12,5% frequentou apenas o primeiro semestre do curso; 18,8% frequentou até o segundo ano do curso; 31,3% chegou a frequentar até o terceiro ano; e, 24,9% frequentaram até o quarto ano. Neste caso, mais de 50% dos respondentes evadiram na segunda metade do curso.

**Gráfico 27: Duração da Permanência no Curso**

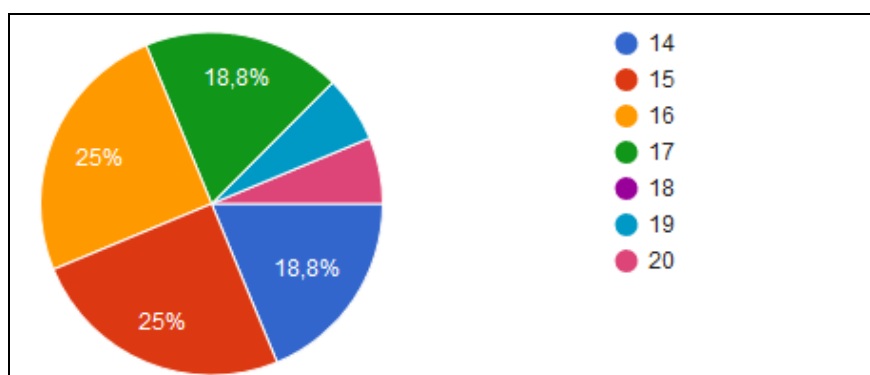
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

### Idade ao ingressar no curso

Pelos dados contantes no gráfico 26, depreende-se que 87,6% dos estudantes, ao ingressarem no EMI, não apresentavam defasagem ou distorção idade-série, uma vez a idade de ingresso variou de 14 a 17 anos e o MEC/INEP considera a defasagem quando a diferença da idade prevista para aquela série ou etapa e a idade do aluno é superior a dois anos, que neste caso, a idade prevista para ingresso na primeira série do ensino médio é de 15 anos.

Estudos mostram que a defasagem ou distorções ocorrem em decorrência de reprovação ou abandono escolar.

**Gráfico 28:** Idade ao Ingressar no Curso



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

### Reprovação em disciplinas

O baixo desempenho do estudante na escola, com as sucessivas reprovações e conseqüentemente repetências têm sido um fator motivador para a evasão escolar, uma vez que o insucesso causa a queda da autoestima, a desvalorização da escola e a fragilidade do vínculo com a escola. (DORE, 2017)

Os dados da pesquisa mostram que 62,5% dos estudantes chegou a ser reprovado; 12,5% não teve nenhuma reprovação; e, 25% dos entrevistados não chegaram a realizar avaliações. Quando perguntado quais disciplinas foi reprovado, 70% informou que foi reprovado em matemática; 60% foram reprovados em química; 40% em física; 20% em inglês; e, 20% em disciplinas técnicas.



É importante assinalar que essas mesmas disciplinas, listadas pelos alunos evadidos (matemática, química, física), foram as disciplinas listadas pelos alunos em curso, quando questionados sobre as disciplinas que apresentam mais dificuldades. Esse fato comprova a necessidade de intervenção com aulas de reforço, por exemplo.

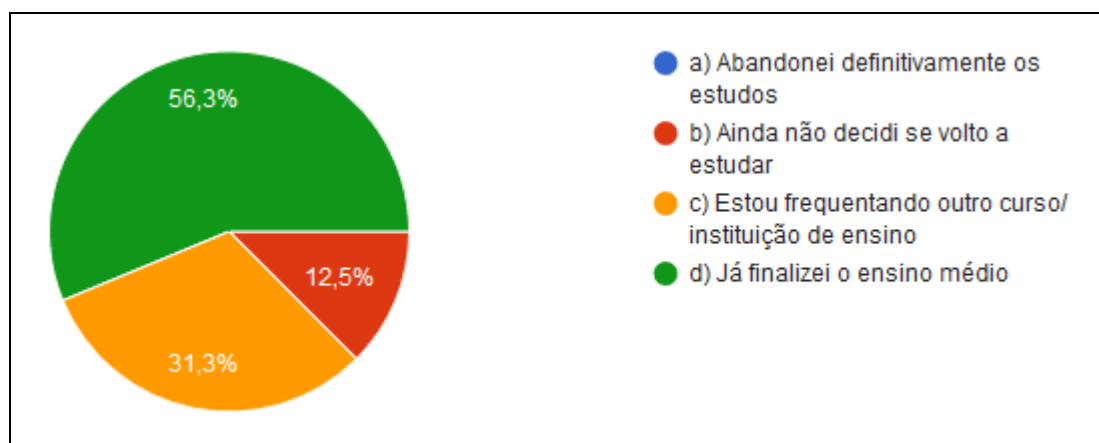
### Situação Acadêmica atual

Muitos alunos abandonam os cursos do EMI e vão cursar o ensino médio regular em outras instituições de ensino. Corroborando com essa afirmação, apresento o gráfico 27 que informa que 56,3% dos alunos já finalizaram o ensino médio regular em outra instituição de ensino e 31,3% estão frequentando, no entanto, têm-se uma taxa de 12,5% dos sujeitos da pesquisa que não decidiram se retornarão a cursar o ensino médio.

### Local de finalização do Ensino Médio

Apenas 12 alunos responderam a esta questão, destes 8,3% realizaram o ensino médio em outro IF; 25% adquiriram o ensino médio pelo ENCCEJA, ENEM ou TRAVESSIA; 41,7% já finalizaram ou frequentam o EM em escola pública da rede estadual de ensino; e, 25% não informaram, como pode ser visto no gráfico 27.

### Gráfico 29: Situação Acadêmica Atual

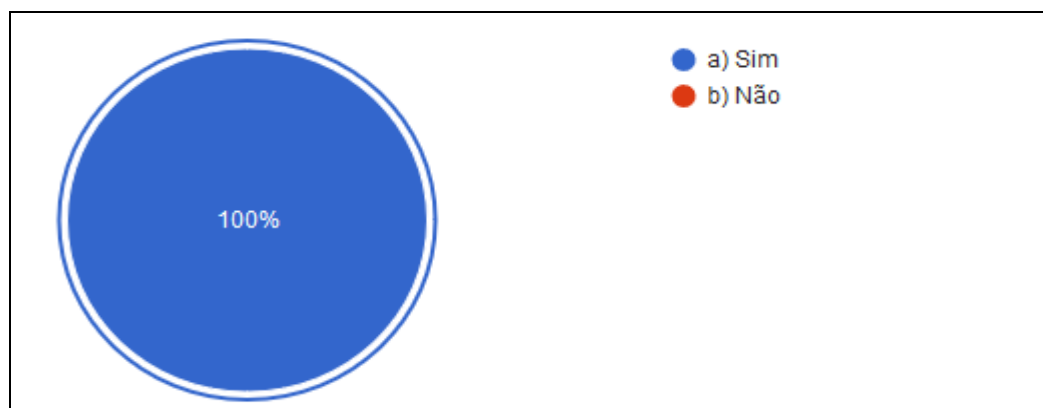


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

### Interesse em retomar os estudos

Responderam a esta questão 10 sujeitos e todos responderam que têm interesse em retornar os estudos (gráfico 28). Neste caso, seria interessante a instituição entrar em contato com esses alunos em busca de fazer o resgate.

**Gráfico 30:** Alunos Evadidos que Têm Interesse em Retornar os Estudos



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

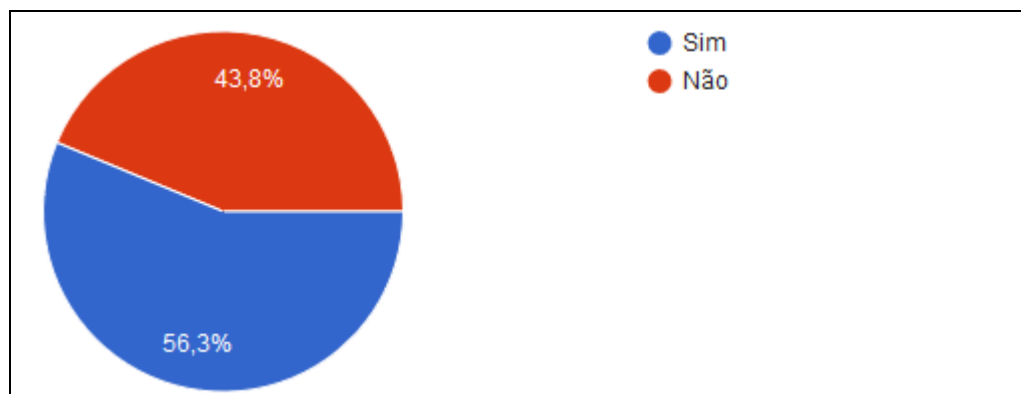
### Dificuldades encontradas durante a permanência no IF

Foram inúmeras as dificuldades elencadas pelos estudantes evadidos, como: não identificação com o curso, dificuldade em matemática, dificuldade em química, dificuldade nas disciplinas propedêuticas, greve, falta de refeitório, problemas com o transporte escolar, falta de grupos de estudos para ajudar nas dificuldades dos alunos, ingresso na universidade, reprovações, Relação com os colegas, falta de tempo por estar em projeto de pesquisa, dificuldades em disciplinas, ter que frequentar no contra turno.

### As dificuldades listadas anteriormente motivaram a evasão escolar?

Como pode ser visto no gráfico 29, mais da metade dos alunos (56,3%) reconheceram que as dificuldades enfrentadas no decorrer do curso do EMI, no qual estavam vinculados, contribuiu para a decisão de evadir do curso e 43,8% respondeu que as dificuldades pelas quais passaram não contribuíram para suas decisões de sair do curso.

**Gráfico 31:** Dificuldades durante a Permanência como Motivadores para a Evasão



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

### Fatores motivadores da evasão escolar

Os sujeitos da pesquisa citaram vários fatores motivadores para a evasão escolar nos cursos técnicos do EMI, tais como: não identificação com o curso/afinidade com a área, desinteresse/indiposição acadêmica, falta de tempo, atraso no percurso escolar, problemas de saúde, problemas pessoais, transporte escolar, reprovações e a duração do curso.

A duração do curso tem sido um fator que tem requerido especial atenção pela gestão do *campus* Salgueiro, uma vez que os dados da pesquisa informaram que, parte dos alunos que abandonam os cursos do EMI, na segunda metade do curso, o fazem em busca do acesso mais rápido à universidade, optando por algum meio de certificação através de uma prova, como é o caso da certificação pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ou Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA).

Aliado a esse fator tem a falta de perspectiva de mercado de trabalho para o curso que está realizando, além da falta de identidade com o curso.

#### 5.3.2 Docentes: tabulação dos dados e análise dos achados

Os docentes que atuam no EMI fazem parte deste grupo de sujeito da pesquisa, sendo um total de 53 docentes. Para levantamento do quantitativo de docentes aptos a responder ao questionário, usei o SAGE e defini os que são

efetivos e os professores substitutos que já tinham pelo menos 3 meses de atuação no EMI.

Dos 53 docentes (sujeitos da pesquisa) que atuam no EMI, 14 possuem doutorado, 27 possuem mestrado, 07 possuem especialização, 04 possuem graduação e 01 sem informação de titulação. Destes, 45 são efetivos e possuem regime de trabalho de 40 horas com dedicação exclusiva e 8 são professores também 40 horas, mas atuam como professores substitutos.

Foi aplicado um questionário, contendo 20 perguntas, das quais nove dizem respeito ao perfil docente, as demais 11 são relacionadas ao fenômeno da pesquisa. Participaram desta pesquisa 34 docentes.

### **Sexo/gênero**

Os professores pesquisados apresentam o seguinte perfil: 65% são do sexo masculino e 35% são do sexo feminino. Esses dados apresentam a predominância do sexo masculino.

### **Escolaridade**

Quanto à titulação, 21% docentes possuem doutorado, 56% possuem mestrado, 21% possuem especialização e 3% possuem graduação. Esses dados demonstram que 77% dos professores possuem mestrado ou doutorado.

### **Área de formação**

Os 34 docentes responderam e os dados estão representados no quadro abaixo:

**Quadro 2:** Área de Formação Docente

<b>DOCENTE</b>	<b>ÁREA DE FORMAÇÃO</b>
Docente 1	História
Docente 2	Sociologia e comunicação
Docente 3	Ciências biológicas
Docente 4	Letras (português-espanhol)
Docente 5	Ciências exatas e da terra - ciências da computação / licenciatura

Docente 6	Ciências agrárias
Docente 7	Ciência da computação
Docente 8	Física
Docente 9	Ciência da computação
Docente 10	Mecatrônica industrial
Docente 11	Matemática
Docente 12	Zootecnia
Docente 13	Química
Docente 14	Engenharia civil
Docente 15	Música
Docente 16	Zootecnia
Docente 17	Administração
Docente 18	Engenharia agrônoma
Docente 19	Linguística/ linguística aplicada
Docente 20	Zootecnia
Docente 21	Licenciatura em geografia
Docente 22	Bacharel música
Docente 23	Computação
Docente 24	Computação
Docente 25	Engenharia civil
Docente 26	Arquiteta e urbanista
Docente 27	Engenharia agrônoma/ciências biológicas
Docente 28	Matemática
Docente 29	Ciências exatas
Docente 20	Engenharia civil
Docente 31	Língua portuguesa
Docente 32	Ciência da computação
Docente 33	Engenharia química
Docente 34	Matemática

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Os dados mostram que 35,3% são da área de Ciências Exatas e da Terra; 2,9% da área de Ciências Biológicas; 14,7% da área de Engenharias; 14,7% da área de Ciências Agrárias; 5,9% da área de Ciências Sociais e Aplicada; 8,8% da área de Ciências Humanas; 14,7% da área de Linguística, Letras e Artes; e, 2,9% outros.

### **Formação em Licenciatura ou curso de Formação Pedagógica**

Como os cursos de EMI são da educação básica e há a exigência legal de formação de professores para atuar neste nível e modalidade de ensino, conforme a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, conhecida e chamada de LDB, preconiza em seu artigo 62, *caput*, que a formação

de docentes para atuar na educação básica, compreendida pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, possibilitando que os profissionais com formação de professores no nível médio, na modalidade normal, possam atuar na educação infantil e no ensino fundamental I, compreendido pelas séries do 1º ao 5º ano (BRASIL, 1996).

Além disso, a LDB estabelece, nos incisos de I a V, do art. 61, quem poderão ser considerados profissionais da educação básica:

I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;

II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim;

IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36;

V - profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação. (BRASIL, 1996)

A partir da leitura do art. 61 e de seus incisos, percebe-se a exigência de formação inicial de professores para atuar como docente na educação básica, ressalvado o inciso iv que traz a possibilidade do notório saber.

O inciso que trata do notório saber foi incluído para atender exclusivamente ao itinerário formativo “formação técnica e profissional”, previsto no inciso v do art. 36 da LDB. A inclusão se deu a partir da Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que alterou substancialmente o ensino médio no país. A reforma altera toda a estrutura do ensino médio, dividindo-o em duas partes, a primeira compreendida pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC, ainda em construção, a segunda compreendida por um dos itinerários formativos escolhido pelo estudante

(linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas; e, formação técnica e profissional). Entendendo que a formação em nível médio, a partir dos itinerários formativos, ainda não está em prática, uma vez que a Base Nacional Comum Curricular – BNCC para o ensino médio ainda está em construção, não há que falar em atuar no ensino médio sem formação inicial de professor.

Ainda, à luz da legislação brasileira, a Resolução CNE/CEB nº 01, de 27 de março de 2008, define os profissionais do magistério da educação básica. No artigo 4º em seus incisos de I a III, elenca os profissionais da Educação profissional e Tecnológica – EPT atuantes nos cursos do ensino médio integrado:

Art. 4º Integram o magistério da Educação Básica, de componentes profissionalizantes do Ensino Médio integrado com a Educação Profissional Técnica de nível médio, os docentes:

I – habilitados em cursos de licenciatura plena e em Programas Especiais de Formação Pedagógica de Docentes;

II – pós-graduados em cursos de especialização para a formação de docentes para a Educação Profissional Técnica de nível médio, estruturados por área ou habilitação profissional;

III – graduados bacharéis e tecnólogos com diploma de Mestrado ou Doutorado na área do componente curricular da Educação Profissional Técnica de nível médio.

A partir da resolução acima, observamos que há a exigência legal de formação pedagógica para atuar na educação básica da EPT, ressalvado o inciso III, que exclui a exigência nos casos em que os docentes possuam diplomas de mestrados e doutorados na área do componente curricular.

A Resolução CNE/CEB nº 06, de 20 de setembro de 2012, que define as diretrizes curriculares nacionais para a educação técnica de nível médio, traz em seu art. 40 e § 1º a necessidade de formação inicial para o exercício da docência, na sua falta, atribui aos sistemas de ensino a incumbência de viabilizar essa formação, que pode ser organizada em cooperação com o MEC e com instituições de ensino superior. (BRASIL, 2012)

Em relação aos professores graduados, não licenciados, que atuam na educação técnica de nível médio, a Resolução expressa que:

§ 2º Aos professores graduados, não licenciados, em efetivo exercício na profissão docente ou aprovados em concurso público, é assegurado o direito de participar ou ter reconhecidos seus saberes profissionais em processos destinados à formação pedagógica ou à certificação da experiência docente, podendo ser considerado equivalente às licenciaturas:

I - excepcionalmente, na forma de pós-graduação lato sensu, de caráter pedagógico, sendo o trabalho de conclusão de curso, preferencialmente, projeto de intervenção relativo à prática docente;

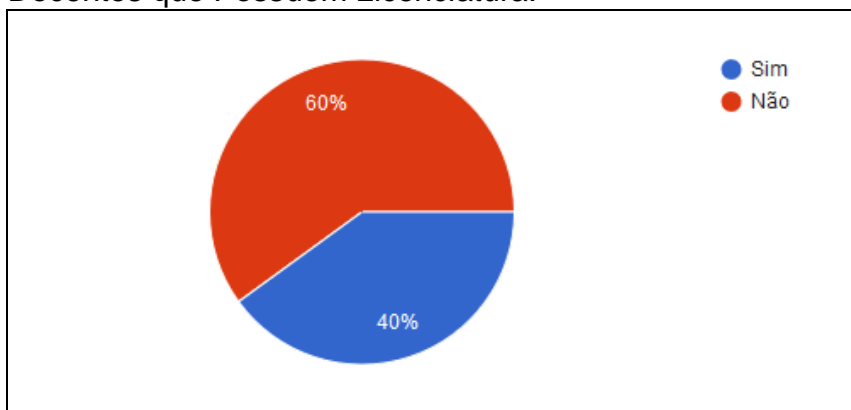
II - excepcionalmente, na forma de reconhecimento total ou parcial dos saberes profissionais de docentes, com mais de 10 (dez) anos de efetivo exercício como professores da Educação Profissional, no âmbito da Rede CERTIFIC;

III - na forma de uma segunda licenciatura, diversa da sua graduação original, a qual o habilitará ao exercício docente.

§ 3º O prazo para o cumprimento da excepcionalidade prevista nos incisos I e II do § 2º deste artigo para a formação pedagógica dos docentes em efetivo exercício da profissão, encerrar-se-á no ano de 2020. (BRASIL, 2012)

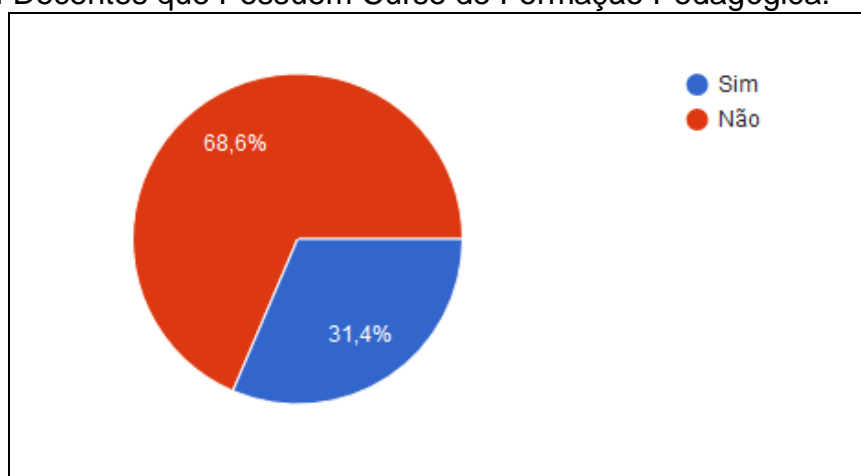
Compreendendo a importância da formação de professores para atuar no EMI a partir das legislações citadas acima, foi perguntado se os respondentes possuem curso de licenciatura, onde 60% responderam que não e apenas 40% responderam que sim (gráfico 30). Quando perguntado se os docentes possuem curso de formação pedagógica, o percentual sobe para 68%, conforme gráfico 31.

**Gráfico 32:** Docentes que Possuem Licenciatura.



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

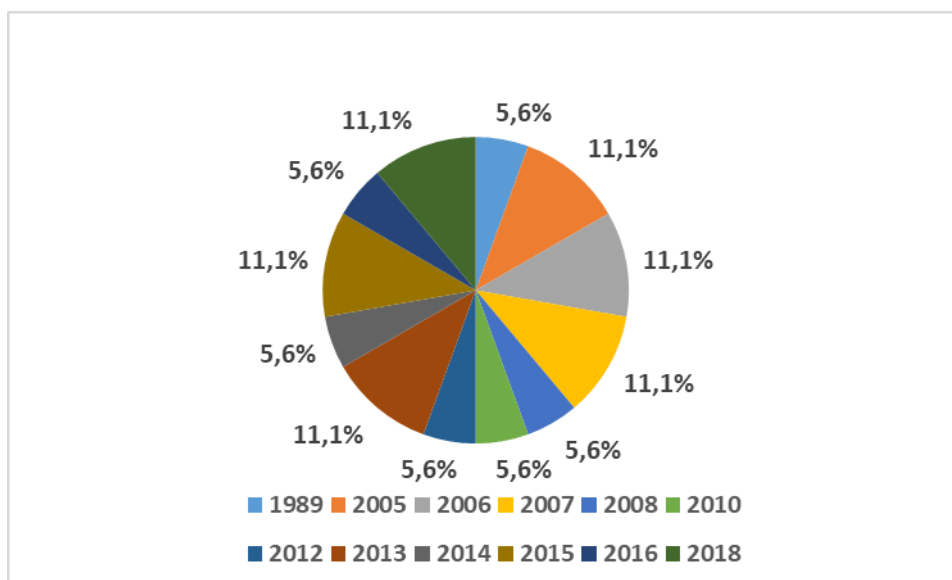


**Gráfico 33:** Docentes que Possuem Curso de Formação Pedagógica.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

### **Ano de Finalização do curso de Licenciatura ou Formação Pedagógica**

Dos 34 professores respondentes, apenas 18 possuem cursos de Licenciatura ou formação pedagógica, esse número representa 52,9% dos entrevistados. Quanto ao ano de formação, os dados estão representados no gráfico 32.

**Gráfico 34:** % por Ano de Conclusão

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Do total de docentes respondentes com formação para atuar na educação básica, 22,2% realizaram a formação pós ingresso no IF. Esse fato demonstra, por

parte dos professores, a necessidade de formação para atuar neste nível e modalidade de ensino.

### **Cursos do Ensino Médio Integrado em que atuam**

Foi perguntado aos respondentes em que cursos do EMI atuam, 50% dos entrevistados responderam que atuam nos três cursos, 26% em Informática, 18% em edificações e 6% em agropecuária.

### **Tempo de Atuação no Ensino Médio Integrado**

Com o intuito de identificar qual o tempo de atuação dos entrevistados no EMI, foi perguntado desde que ano atuam neste nível e modalidade de ensino, assim 2,9% responderam que desde 2008, 11,4% desde 2010, 11,4 % desde 2011, 20% desde 2012, 5,7% desde 2014, 5,7% desde 2015, 14,5% desde 2016, 8,7% desde 2017 e 20% a partir de 2018. Estes dados evidenciam a rotatividade de professores pela qual passa a instituição. Apenas 11,4% atuam no EMI a partir da sua primeira oferta que foi em 2011 e 14,3% atuavam em outro campus nos anos de 2008 e 2010.

### **Dificuldades com que se deparam ao atuar no Ensino Médio Integrado**

Em seguida foi perguntado aos respondentes quais as dificuldades com que se deparam ao atuar no EMI e a maioria respondeu que é a falta de base em decorrência do ensino anterior. Esse relato está presente na fala dos professores em vários momentos. Em 2017, o *campus* Salgueiro ofereceu curso de nivelamento para os alunos do EMI ingressantes naquele ano, especialmente nas disciplinas de português e matemática, no entanto, em 2018 não foi ofertado curso de nivelamento, mas um curso de integração do aluno ao espaço escolar. Não foi avaliada a efetividade de nenhuma das duas ações.

Outro item presente no relato dos respondentes é o problema com o transporte escolar. O *campus* fica localizado na zona rural da cidade de Salgueiro, para chegar ao campus há a necessidade de uso do transporte, além disso, 51,5% dos alunos

residem em outros municípios, fato que acaba contribuindo para a inassiduidade dos estudantes por falta e/ou problemas de transportes. Esse fato gera um transtorno tanto para os alunos como para os professores. Esse fato evidencia a necessidade de instituição de políticas de permanência com a promoção de auxílio transporte. Dos alunos residentes em outros municípios, apenas 31,7% recebem auxílio transporte.

Também elencaram como dificuldade o desinteresse por parte dos alunos, considerando sua baixa participação nas atividades, falta de atenção nas aulas, falta de proatividade.

Também foi apontada a desmotivação dos alunos que pode ocorrer pela dificuldade de acompanhar os conteúdos, pela falta de perspectiva profissional, pela dificuldade de encontrar local para a realização do estágio obrigatório, entre outros.

Outra dificuldade apontada pelos respondentes é a falta de formação seja inicial ou continuada para atuar neste nível e modalidade de ensino. Mesmo os respondentes com formação inicial de professores apontaram a falta de formação para atuar na EPCT em suas licenciaturas. Esse fato demonstra a necessidade de a instituição investir na formação dos docentes que atuam no EMI.

Também foram apontados pelos respondentes, como dificuldades, a vulnerabilidade social dos estudantes; o hiato entre a cultura educacional do aluno e a cultura da instituição; a ausência dos pais no acompanhamento escolar dos filhos; o não oferecimento de alimentação por parte do *campus*; a falta de infraestrutura para a realização de aulas práticas, bem como a falta de recursos financeiros para a realização de visitas técnicas.

### **O que tem feito frente às dificuldades elencadas?**

A partir das dificuldades apresentadas pelos docentes citadas acima, perguntei o que têm feito em relação às dificuldades relatadas. Quando o assunto é falta de base em decorrência do ensino anterior (ensino fundamental), alguns professores responderam que acabam dedicando parte das aulas para revisar conteúdos necessários ao entendimento do assunto a ser abordado, um professor respondeu que fica de “mãos atadas” e outros que marcam aula de banca no contra turno.

Embora compreenda que todas essas iniciativas são válidas, elas são pontuais e ficam à critério do docente. Nesse sentido, é necessário a instituição de uma política permanente para minimizar esse problema, visto que é uma realidade constante do *campus*.

Quanto ao quesito transporte, os docentes que o elencaram como uma dificuldade, dizem que o que têm feito é tolerar os atrasos, usar uma plataforma educacional *online* (EDMODO) para recuperar as aulas perdidas e marcar horário de atendimento ao aluno para recuperar o conteúdo perdido.

Em relação ao quesito formação docente, muitos responderam que tiveram que ter autonomia no sentido de buscar formação que lhes permitissem desenvolver um trabalho melhor com os alunos do EMI, além da participação em eventos científicos da rede e na área com abertura para a realidade da educação profissional.

Quanto às dificuldades elencadas: desinteresse e desmotivação, os professores informaram que fazem trabalho de conversa, orientação, além da mudança na metodologia de trabalho a fim de tornar as aulas mais dinâmicas e atrativas.

### **Há diminuição de alunos nas suas turmas no decorrer do ano letivo?**

Foi perguntado aos docentes, se percebem a diminuição de alunos no decorrer do período letivo. 74,3% responderam que percebem sim, já 25,7% disseram que não percebem a diminuição de alunos nas turmas em que atuam. Os que responderam que não percebem, justificaram dizendo que atuam nas turmas do terceiro ano, onde a evasão é baixa.

### **Procedimento realizado ao perceber a saída dos estudantes da escola no decorrer do ano letivo**

Para os que percebem essa diminuição, foi perguntado o que têm feito a este respeito. A maioria respondeu que informa ao Núcleo de Ações Pedagógicas (NAP), também chamado por setor pedagógico, às coordenações de cursos e à gestão de ensino, outros responderam que procuram conversar com o estudante a fim de reverter a situação, conforme relatos presentes no quadro 3.

**Quadro 3:** Procedimentos Relatados Pelos Docentes Respondentes

<b>PROCEDIMENTOS RELATADOS PELOS DOCENTES RESPONDENTES</b>
Conversar com eles e passar informações ao ensino
Maior parte da evasão se dá no primeiro ano. Procuo discutir com os alunos a diferença de ensino da instituição de origem e da atual; significado da educação do ensino médio, importância, etc.
Relato em conselho.
Primeiro comunico o setor pedagógico e direção. Quando não tenho retorno, comunico também o setor psicossocial do campus. Além disso, o setor dos assistentes de alunos, na realidade, é o primeiro que entro em contato. Por outras vezes, até mesmo conversa com os discentes por meio de redes sociais, se os tenho de certa maneira "próximos"
Geralmente consulto o setor pedagógico e o coordenador do curso; quando o aluno comunica antes de sair busco conversar com ele para verificar os motivos e diante disso, dependendo do que é exposto por ele, tentar incentivá-lo a não desistir.
Procuo saber o que está acontecendo e repasso para a coordenação do curso ou setor pedagógico.
Comunicar a coordenação do curso.
Informar aos setores responsáveis do campus
Perguntar em alguns momentos se tal aluno desistiu.
Saber o motivo e se for possível corrigir
Encaminhamento do nome dos alunos ao setor pedagógico do instituto e discussão com outros professores para saber se o caso é pontual ou ocorre em todas as turmas.
Não percebi por conta do pouco tempo de contato
Esta atitude deve partir dos pais e não da escola. É preciso separar as coisas. A escola é importante para o aluno e não o contrário. Um erro muito comum quando se trata de controlar evasão é colocar o aluno acima da escola. A escola diz: "precisamos de vocês alunos" quando a escola deveria dizer: "olhem alunos o quanto vocês precisam de nós".
Comunicação à coordenação do curso e em alguns casos procurar o aluno para conversar e saber os motivos.
Discutir e compartilhar nos conselhos de classe sobre a saída dos alunos e informar ao setor de assistência ao aluno para providenciar alternativas sobre o assunto.
Comunico ao coordenador do curso ou a alguém do NAP.
Sempre entro em contato com o aluno para saber o motivo e tentar que mude de ideia. Já fui na casa de estudantes que queriam desistir para conversar com ele e com os pais mostrando que a educação é o único meio de mudar de vida e que apesar dele ter desistido do IF o IF não desistiu

dele. Além disso percebi que precisava atuar como um motivador, tenho buscado me capacitar nesta área para ser um motivador constante em sala de aula e fora dela. A motivação é um meio importante para diminuição da evasão.
Informar aos setores competentes
Incentivo com brindes ao responder questões, procuro trazer um modo lúdico nos conteúdos.
Por ministrar disciplina no 3º ano o número de alunos evadidos é pequeno. Os poucos que pude notar foram transferidos para outro colégio, dessa forma não precisei repassar a informação, dado que isso já era de conhecimento da instituição
Sim, normalmente converso com os colegas para identificar se a ausência acontece nas outras disciplinas e reforço os nomes dos alunos ausentes durante as reuniões de conselho de classe.
Comunico ao setor pedagógico.
Em geral, existe uma diminuição significativa dos alunos que estão no 1º ano.
Informar ao setor pedagógico.
Normalmente faço a comunicação de maneira informal aos colegas e coordenador.
A evasão é um fenômeno natural, porém as atuações cabem muito mais a gestão do que ao professor
Conversar com eles e passar informações ao ensino

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O que se percebe a partir dos relatos dos docentes é que não há uma unidade de procedimentos na instituição do que deve ser feito pelos docentes no momento em que percebem a ausência de alunos na turma. É preciso uma orientação, por parte da escola, a esse respeito para que a informação chegue aos setores responsáveis pelos acompanhamentos dos alunos.

### **Política para acompanhamento dos alunos propensos a evadir**

Perguntei aos respondentes se eles têm conhecimento de alguma política, no *campus*, para acompanhamento dos estudantes propensos a evadir, 47,1% responderam que não tem conhecimento; 41,2% responderam que sim, ou seja, que há política de acompanhamento dos alunos propensos a evadir, mas ao indagar sobre qual seria essa política, os respondentes atribuíram às ações realizadas pelo “setor pedagógico”, ou seja, pelo NAP.

Embora, haja uma comissão de evasão no *campus*, apenas dois respondentes citaram essa comissão, esse fato se deve à inatividade da comissão dentro da instituição.

Segundo Dore (2017), a evasão escolar tem uma natureza multiforme e que a decisão de sair da escola é apenas o ato final de um processo que se iniciou, muitas vezes, de forma visível ou invisível, ao longo da trajetória escolar do indivíduo.

Nesse sentido, é preciso estar atento aos sinais enviados pelos alunos no decorrer do processo, de modo que se possa perceber quando os estudantes estão em situação de risco de abandonar o curso.

Assim, é preciso a instituição de políticas de identificação e acompanhamento de alunos propensos a evadir.

### **Lacunas detectadas nos alunos ingressantes, em termos de base, para os propósitos do curso**

Buscando entender quais as lacunas presentes nos alunos ao ingressar no *campus*, tendo em vista que os dados da pesquisa mostraram que o maior índice de evasão ocorre na mudança do primeiro para o segundo ano, perguntei aos entrevistados quais as maiores lacunas detectadas nos alunos ingressantes, em termos de base, para os propósitos do curso, a fim de identificar essas lacunas para sugerir intervenção. Nesse sentido, a maioria dos professores destacaram dois principais problemas: o primeiro, falta de base nas disciplinas de português (leitura, escrita e interpretação de textos) e matemática (cálculos); o segundo, falta de identificação com o curso.

As lacunas identificadas pelos docentes também são as dificuldades com que se deparam ao atuar no EMI.

É preciso que a instituição invista na resolução desse problema, tendo em vista que é um dos fatores que contribuem para a evasão escolar.

### Disciplinas em que os alunos apresentam dificuldades

Foi perguntado aos professores se os alunos apresentam dificuldades em suas disciplinas, 41,2% responderam que as dificuldades são em leitura, escrita e interpretação de texto; 26,5% responderam que são em cálculos; 17,6% responderam que são em conteúdos específicos das disciplinas que ministram, outros responderam que as dificuldades decorrem por falta de afinidade com o conteúdo; falta de concentração e assimilação; desmotivação.

As respostas dos docentes chamam a atenção porque, pela terceira vez, eles vêm chamando a atenção para o problema de base em português e matemática.

Embora, os docentes entrevistados sejam de áreas diversas, conforme quadro 2 acima, os problemas são relacionados à leitura, escrita, interpretação de textos e cálculos, em sua maioria.

Esse fato evidencia a necessidade de intervenção em leitura, escrita, interpretação de textos e cálculo com a proposição de um curso e ações que garantam a participação dos estudantes.

### O que tem feito diante das dificuldades elencadas

A partir das dificuldades que os alunos apresentam nas disciplinas, os docentes foram indagados sobre as ações que realizam para o enfrentamento do problema, assim os relatos estão descritos no quadro 4.

**Quadro 4:** Ações dos Docentes para Enfrentamento das Dificuldades dos Alunos.

<b>DOCENTE</b>	<b>AÇÕES PARA ENFRENTAMENTO DAS DIFICULDADES DOS ALUNOS</b>
Docente 1	Propor atividades que favorecem a leitura e a escrita
Docente 2	Exercícios de leitura dirigida e escrita; Debate e interpretação de textos;
Docente 3	Tento ajudar sempre que possível e relato em conselho.
Docente 4	Sempre dedicava um momento da aula para fazer uma revisão na língua materna para que assim fosse dada a continuidade na língua espanhola. Outra ação é o atendimento destinado aos alunos, mas nem todos comparecem por ser em turno oposto das aulas regulares.



Docente 5	Começo as disciplinas com revisões acerca dos principais assuntos e a cada aula faço uma pequena revisão de dez minutos, no máximo, sobre os assuntos vistos na aula anterior.
Docente 6	Insiro pequenas revisões sobre conteúdos base necessários à essa disciplina; modifico a metodologia de trabalho e a forma de apresentar os conteúdos; incentivo que me procurem no horário de atendimento ao aluno.
Docente 7	É um pouco complicado para um professor da área técnica ajudar os alunos nessa situação, mas procuro auxiliar sempre que possível instigando-os a pensar e chegarem a uma resposta.
Docente 8	Procurar outros métodos didáticos
Docente 9	Procuro explicar os conteúdos de base nas minhas aulas. É presto atendimento ao aluno em horário fora da aula, inclusive on-line também.
Docente 10	Buscar oferecer estímulo para estudar e apoio de reforço escolar em horário de atendimento, mas poucos procuram.
Docente 11	Tentado explicar e reexplicar, muitas vezes chegando a detalhar em demasia as explicações, dando detalhes. Atendido alunos nos horários e fora dos horários de atendimento.
Docente 12	Aulas dinâmicas
Docente 13	Buscado revisar com os alunos os conceitos matemáticos básicos.
Docente 14	Não tenho condições de avaliar ainda.
Docente 15	Passo trabalhos a mão para treinamento da escrita porque sei que em grande parte os alunos têm preguiça de elaborar frases de cunho próprio e copiam frases da internet e do livro, sendo assim, mesmo copiando pelo menos estão copiando um bom modelo e desenvolvendo a escrita.
Docente 16	Oriento procurar reforço nos conteúdos de maior dificuldade.
Docente 17	A mesma resposta da questão 11: Preparar aulas mais interativas com slides mais elaborados com o uso de figuras, vídeos sobre o assunto e textos pequenos.
Docente 18	Faço atividades e avaliações a medida que vou ministrando os conteúdos para que não acumule muito.
Docente 19	Atividades de reescrita, mostrando ao aluno como superar os problemas encontrados no texto e atividades de interpretação de textos.
Docente 20	Tenho trabalhado vários tipos de verificação de aprendizagem como discussões, perguntas em aulas-práticas e visitas-técnicas, tenho buscado muitos exemplos conceituais no dia-a-dia dos alunos para facilitar a aprendizagem.
Docente 21	Estimulação à prática de leitura e redação
Docente 22	Tenho procurado instigar e desafiar os alunos.
Docente 23	Os que tem dificuldade, procuramos atendê-lo pessoalmente no horário de atendimento ao aluno.
Docente 24	Procurando materiais alternativos como apostilas que abordam o conteúdo de forma mais simples, mas menos profunda
Docente 25	Explicado conceitos de matemática
Docente 26	Para ambas as turmas estou fazendo reforço no contra turno. Na disciplina de Computação Gráfica, estou limitando o número de alunos no atendimento (alternando os grupos semanalmente) para tentar me dedicar e identificar as lacunas de forma mais eficiente.

Docente 27	Já respondido na questão 11.
Docente 28	Relembro em todas as aulas do horário de atendimento, tentando por na cabeça deles que o horário de atendimento não é só para ser utilizado pra tirar dúvidas do conteúdo dias antes da avaliação, mais sim, para ajudar em tudo que eles possam sentir dificuldades na disciplina.
Docente 29	Atividade de revisão e utilização do horário de atendimento.
Docente 20	Tenho mostrado vídeos, visitas técnicas na tentativa de aproximar os alunos da atuação profissional com intuito de identificar afinidades.
Docente 31	Além de orientação procuro estimular o pensamento crítico levando a compreensão e produção de novos pontos de vista.
Docente 32	Para os alunos que apresentam dificuldade de concentração, procuro explicar pausadamente o conteúdo, principalmente aquele que é de difícil assimilação pela maioria. Procuro também abrir espaço e incentivá-los a fazerem perguntar sobre os pontos que não entenderam. Para os alunos fixarem os conteúdos costumo passar listas de exercícios para que eles pratiquem em casa, além de resolver as questões em sala, procurando sanar as dúvidas. Além disso, incentivo os alunos a me procurarem nos horários de atendimento.
Docente 33	Conversado com os professores de matemática
Docente 34	Não fiz muita coisa, mas tenho algumas ideias de intervenção para acompanhar as turmas iniciantes até o 2º ano.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Os docentes têm procurado sanar os problemas identificados por eles de forma solitária, através de conversas, ações em sala de aula e orientação. Entretanto, os problemas são comuns a vários professores e uma ação coletiva poderia ser mais efetiva e demandar menos de cada docente. Nesse sentido, há a necessidade de uma política institucional para o enfrentamento do problema e com a participação efetiva dos docentes.

### **A gestão de ensino tem ciência dessas dificuldades? Se sim, o que tem feito?**

Essa pergunta teve como objetivo avaliar a interação dos professores e gestão de ensino, como o propósito de entender se há o repasse das dificuldades para a gestão de ensino a fim de propor planos de ação para o enfrentamento das dificuldades. A pesquisa revelou que, embora, 61,8% dos respondentes afirmem que gestão de ensino tem ciência dos problemas citados por eles, esses mesmos docentes, quase em sua totalidade, desconhecem ações para o enfrentamento do problema. Outro dado a chamar a atenção foi o de que 23,5% dos respondentes não sabiam dizer se a gestão tem ciência dos problemas. Esse dado demonstra a

necessidade de diálogo entre docentes e gestão, de modo que, os problemas sejam discutidos e ações propostas coletivamente.

Esse dado também revelou a necessidade do estabelecimento de reuniões periódicas para o diagnóstico dos problemas presentes e o estabelecimento de ações pensadas coletivamente para o enfrentamento dos problemas ou das dificuldades.

### **Fatores contributivos para a evasão escolar no EMI**

Ao analisar os fatores contributivos da evasão escolar, a partir do discurso docente, percebe-se que esses fatores guardam íntima relação com os problemas citados pelos docentes ao questionar sobre as dificuldades com que se deparam ao atuar no EMI.

Os fatores motivacionais da evasão, segundo a visão dos docentes pesquisados, estão transcritos no quadro 5:

**Quadro 5:** Fatores Contributivos para a Evasão Escolar.

<b>DOCENTE</b>	<b>FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A EVASÃO ESCOLAR</b>
Docente 1	Falta de pertencimento e dificuldade de aprendizagem
Docente 2	Fatores múltiplos: falta de condições materiais e financeiras; desinteresse pelo conhecimento e educação; Inadequação com a cultura educacional do ensino médio e da instituição.
Docente 3	Aquí principalmente a questão do transporte
Docente 4	Não identificação com o curso, questões de transporte/locomoção, fatores de dificuldades econômicas.
Docente 5	Transporte escolar, necessidade de assistência da instituição em manter o aluno em tempo integral, pelo menos alguns dias da semana, a fim de garantir reforço necessário em conteúdos específicos, falta de material e equipamentos e laboratórios para aulas práticas, tornar os cursos de EMI com duração máxima de três anos para se tornar competitivo em relação a outras instituições de ensino da cidade, ter uma política de apoio aos estudantes em relação a continuidade dos estudos ou para o mercado de trabalho com dicas de empregos, concursos e carreira acadêmica em todas as áreas do conhecimento e garantir cursos posteriores a formação atuação, de tal forma a proporcionar a verticalização do ensino.
Docente 6	Falta de transporte; acúmulo de disciplina; deficiência de base; falta de adaptação na quantidade de disciplinas ofertadas; problemas familiares.

Docente 7	O IF tem um ensino público diferenciado e a maior parte dos alunos são provenientes de escolas públicas, eles chegam aqui com uma cultura de um ensino mais leve, onde a política muito voltada para números, o que muitas vezes não leva em consideração o aprendizado. Diante disso, muitos alunos não estão dispostos ou não percebem o potencial de ter uma educação diferenciada, ou não conseguem acompanhar pela falta de base.
Docente 8	Falta de transporte efetivo, falta de refeitório, calendário de aulas atrasado, desmotivação com o curso técnico em si.
Docente 9	Ausência da família na educação dos filhos; Falta de assistência da escola no nivelamento dos alunos com dificuldade; Falta de transporte; Desmotivação discente; Falta de base do aluno.
Docente 10	Alunos que ingressam com baixo nível escolar e poucas perspectivas de mercado de trabalho.
Docente 11	Falta de moradia estudantil, falta de merenda ou bandeirão, dificuldade no transporte, alunos que precisam sustentar seus pais e trabalhar cedo.
Docente 12	Transporte, baixa infraestrutura, dificuldade de aprendizado, etc.
Docente 13	Falta de alimentação no campus, problemas no transporte, problemas estruturais e fatores pessoais.
Docente 14	1. Fatores sociais e econômicos dos alunos; 2. A localização do Campus - percebo que não só os alunos têm a vontade de sair de Salgueiro, é um fator regional devido às condições da região. Não são apenas os alunos do IFSertão-PE que querem oportunidades em outros locais e também não é uma vontade restrita aos alunos; 3. Falta de oportunidade de entrada no mercado de trabalho; 4. Alguns alunos de fato preferem o trabalho ao estudo, tendo em vista que o resultado financeiro do primeiro é mais rápido.
Docente 15	Lacunas no ensino fundamental, falta de estrutura social (R\$) e familiar. Falta de articulação do campus com prefeituras das cidades de onde vem os alunos. Falta de tarefas no contra turno. É condescendência com indisciplina. É preciso uma conversa mais dura.
Docente 16	Ensino médio integrado em quatro anos. Falta de infraestrutura para acolhimento dos alunos no contra turno. Falta de alimentação fornecida pela Instituição além de não existir restaurante acadêmico. Distância da residência dos alunos para a Instituição. Base frágil dos alunos em disciplinas importante para formação. Dificuldades socioeconômicas.
Docente 17	Falta de identidade com o curso escolhido; falta de conteúdos que dificulta o seu progresso durante as aulas; Falta de aulas práticas, como no caso do curso de Agropecuária; Transporte e alimentação insuficiente.
Docente 18	Acho que um dos principais fatores se deva ao número elevado de disciplinas que eles estudam.
Docente 19	Associo a fatores de diversas naturezas, como a condição social, falta de alimentação adequada no campus, contextos familiares de vulnerabilidade, <i>bullying</i> , falta de identificação com o curso, distância do <i>campus</i> . No caso do campus onde trabalho, há o agravante dele não se situar na área urbana da cidade. Atrelado a esses fatores, há também o impacto de metodologias e formas de avaliação mais exigentes do que aquelas a que os alunos estavam acostumados no ensino fundamental.
Docente 20	Primeiramente às condições sociais dos nossos alunos. A vulnerabilidade social é o principal entrave; Depois as questões de transporte que impossibilitam que o aluno pague as matérias reprovadas no contra turno ou que participem de uma aula de campo, visita-técnica.  As condições escolares do IF: 1) muitas disciplinas a cursar por alunos que não detém cultura de estudo; 2) a rigidez do ensino tradicional em sala de aula, acredito que muito

	<p>influenciada pela ausência de formação em licenciatura;</p> <p>3) a ausência de refeitório, muitos alunos passam o dia todo na escola sem ter o que comer;</p> <p>4) ausência de dormitórios para alunos de longe. Tem alunos que enfrentam mais de 70km para ir ao <i>campus</i> Salgueiro em um único percurso (ida ou volta), uma hora ele vai cansar.</p> <p>Às ações docentes de pouca humanização onde não se busca a compreensão das condições dos alunos atrelados às condições dependência do paradigma metodológico e científico Cartesiano/Tradicional.</p> <p>A falta de ações motivantes que façam o aluno perceber que valerá a pena estudar e continuar no IF.</p>
Docente 21	Incertezas no transporte, alimentação e alojamento
Docente 22	Apoio da família e dificuldades de locomoção e espera para retornar à cidade de origem.
Docente 23	4 anos de curso, dificuldade no transporte, dificuldade em acompanhar o ritmo do curso, dificuldade nos componentes curriculares na área de desenvolvimento (no caso do curso de informática).
Docente 24	Adaptação ao ritmo de estudos, dificuldades de aprendizagem, falta de uma base melhor para acompanhar o curso, dificuldade de transporte, excesso de disciplinas e duração de 4 anos do curso quando se tem opções em 3 anos
Docente 25	Pedagógico não tentar vivenciar no mercado de trabalho
Docente 26	<p>Acredito que muitos alunos têm iniciado o curso sem conhecimento prévio da área técnica, e terminam desistindo nas primeiras dificuldades por não se identificarem com o curso. Outro fator que pesa para a desistência na região tem sido o tempo de duração do curso, muitos alunos desistem para se enquadrarem em escolas de 3 anos e irem em seguida para os cursos superiores. Acredito que outro fator que tem peso para evasão dos alunos no nível médio é o número elevado de disciplinas anuais sem integração de conteúdos e trabalhos, dificultando o aprendizado dos alunos e gerando o acúmulo de atividades e, conseqüentemente, a desistência pelo peso e cobranças das muitas disciplinas.</p>
Docente 27	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Por acharem que não são capazes de acompanhar a turma, quando apresentam baixo desempenho nas avaliações.</li> <li>2. Cansaço devido ao deslocamento e excesso de disciplinas.</li> <li>3. Ausência de uma alimentação adequada (refeitório deveria ser prioridade máxima do campus).</li> <li>4. Inexistência de um espaço para descanso quando necessitam passar o dia todo no campus.</li> <li>5. Rotatividade exacerbada dos professores nas disciplinas. A(o) aluna(o) necessita de referência no que diz respeito professor x disciplina.</li> <li>6. Poucas atividades artísticas e culturais.</li> </ol>
Docente 28	Como não houve um estudo eu não posso especificar que uma variável X é a maior responsável pela evasão na nossa instituição. Mas, a grosso modo, acho que as dificuldades que os alunos sentem em acompanhar as disciplinas, devido à falta de base, levam a desistência, pois muitos não aceitam repetir a ponto de optar por uma instituição mais fácil.
Docente 29	Dificuldade de transporte, falta de refeitório, perfil do aluno, adaptação a uma nova rotina de estudos e falta de acompanhamento familiar.
Docente 20	Sim. Tem apoiado a realização das visitas técnicas, reunião com os pais, dentre outras coisas.
Docente 31	os quatro anos de duração do curso e a falta de preparo quando se deparam com algumas das disciplinas técnicas e também questões financeiras que passam desde transporte quanto alimentação.

Docente 32	Falta de conhecimentos básicos de matemática e português que leva a dificuldade em compreender novos conteúdos; Reprovações; Duração do curso (4 anos); Falta de afinidade com o curso.
Docente 33	Ao fator de não integração (esporte e lazer) e também ao fato de ser em 4 anos o total do curso
Docente 34	Vários fatores: 1) Transporte 2) Afetividade dos docentes com os discentes 3) Falta de cuidado com as turmas dos primeiros anos que chegam com muitas dificuldades e sentem um impacto forte. Muitos estão acostumados a tirar nota 10 nas avaliações feitas em outras escolas. No IF, quando começam tirar notas baixas consequentemente começam a desanimar. 4) Cursos funcionando em 4 anos, quando nas escolas do estado funcionam em três.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Dore (2017) nos apresenta quatro contextos de investigação da evasão escolar: o contexto institucional; o contexto individual/social; o contexto individual/institucional; e, o contexto externo.

O primeiro diz respeito: à baixa qualidade do ensino fundamental, que pode influenciar negativamente no desempenho acadêmico dos alunos no curso técnico; ao hiato entre o currículo teórico do curso técnico e o conhecimento prático requerido na vida real; à inadequação dos programas de estágio; aos recursos da instituição; às práticas pedagógicas; ao perfil do corpo docente; ao excesso de matérias; ao desinteresse ou exigência dos professores; às características estruturais da escola; e, ao tempo de duração dos cursos.

O segundo diz respeito: ao comportamento do aluno; às atitudes perante sua vida escolar; às circunstâncias de seu percurso escolar; às dimensões psicológicas, cognitivas; à convivência social com outros estudantes, professores e comunidade escolar; ao nível educacional dos pais; à renda familiar; ao local de residência; problemas de saúde (pessoal ou familiar); à gravidez; uso de drogas.

O terceiro está relacionado ao baixo desempenho escolar do estudante, como consequência têm-se reprovações, retenções, situações que geram o insucesso escolar. O insucesso escolar, por sua vez, gera baixa autoestima, desmotivação, diminuição de sua autonomia, desvalorização da importância da escola e o enfraquecimento ou o não estabelecimento de vínculos com a escola.

Já a quarto contexto está relacionado a fatores externos como o mercado de trabalho, como por exemplo, a falta de percepção de que a formação traria benefícios remuneratórios para sua vida profissional.

Os docentes respondentes apontaram inúmeros fatores que se enquadram nos quatro contextos apresentados por Dore (2017), com destaque para fatores associados ao contexto institucional, como o excesso de disciplinas, duração dos cursos, falta de recursos financeiros, formação docente, falta ações de integração dos alunos à comunidade escolar, falta de infraestrutura, como refeitório, laboratórios; falta de ações de nivelamentos para os estudantes, etc.

Outro fator que chama a atenção é o quesito transporte escolar, esse fator apareceu no discurso de 52,9% dos entrevistados. Os dados da pesquisa, mostrou (perfil dos estudantes em curso) que 51,5% dos alunos atualmente matriculados nos cursos do EMI residem fora da sede Salgueiro, onde se situa o *campus* Salgueiro. Neste caso, é necessário que gestão do *campus* firme parceria com os municípios atendidos, de modo que a prefeitura possa garantir o transporte para os estudantes.

Essa parceria poderia acontecer no sentido de o *campus*, além de estar formando mão-de-obra qualificada para atuar na cidade de origem, também poderia acontecer através de cursos de formação oferecidos para o corpo docente do município atendido, uma vez que os IF têm como missão a qualificação do corpo docente da educação básica com vistas à melhoria da educação.

### **Ações para conter a evasão escolar das turmas/cursos EMI**

As ações para a contenção da evasão escolar, segundo os docentes pesquisados, estão transcritas no quadro 6.

**Quadro 6:** Ações para Conter a Evasão Escolar, Segundo os Docentes.

<b>DOCENTE</b>	<b>AÇÕES PARA CONTER A EVASÃO ESCOLAR</b>
Docente 1	Projetos de nivelamento
Docente 2	Garantia de transporte público; disponibilidade de refeição; aumento de ajuda de custos para alunos com vulnerabilidade social (alimentação, moradia, etc.); aumento de bolsas de pesquisa e extensão;

Docente 3	Tentar resolver a questão acima
Docente 4	Investir nas ações que divulgam a instituição/curso, nas políticas de assistência estudantil, infraestrutura do campus (refeitório, por exemplo), transporte.
Docente 5	Cumprir as ações descritas na questão anterior.
Docente 6	Continuar com o curso de base; melhorar a dinâmica do ensino-aprendizado; transformar em cursos modulares, para que seja ofertado um número menor de disciplinas por semestre; garantir o transporte público; continuar e melhorar os programas de assistência estudantil; ofertar monitoria aos alunos para que uns possam ajudar aos outros; fortalecer a relação dos setores pedagógico e de saúde junto aos alunos.
Docente 7	Vejo essa situação muito delicada, pois como mencionei o problema já chega do ensino básico, isso não temos como mudar, não que esse seja o único problema, mas acredito que seja o maior.
Docente 8	Promover assistência efetiva aos alunos, garantindo transporte, alimentação, e promover um ambiente motivacional para o estudante.
Docente 9	Reforço escolar; Assistência docente ao alunado; melhor infraestrutura; Presença da família; Conscientização dos alunos, pais e responsáveis.
Docente 10	Modificação brusca nos planos de curso e atuação dos professores para dar base aos alunos, precisa de um projeto de mudança de cursos técnicos, bem trabalhado pedagogicamente que contemple a falta de base.
Docente 11	Projetos, eventos culturais, aulas de reforço contínuas, auxiliar de ensino, mais técnicos de laboratório, mais materiais para laboratório, bolsas de pesquisa, merenda e moradia estudantil.
Docente 12	Política de acompanhamento estudantil
Docente 13	Primeiramente ofertar refeição para os estudantes, cuidar melhor dos que ficam até a noite esperando carro para voltar pra casa, ofertar mais áreas de convivência.
Docente 14	Acredito que alguns pontos da instituição são importantes, mas também depende da condição da cidade, região, economia, demanda por profissionais e diversas coisas, não sei responder com precisão.
Docente 15	É preciso primeiro fazer cumprir as regras do campus, como por exemplo não deixar aluno zanzando e passeando por aí, entre outras coisas. Se um aluno fila muita aula e não se esforça, muito provavelmente no meio do ano ele irá desistir pois estará pendurado em tudo. Muitos alunos pensam que o IF é a casa da mãe joana. Se eles pensam assim é porque muito provavelmente deixamos que eles pensassem. É preciso primeiramente cuidar do básico das questões de ORDEM para depois resolver as questões de aprendizado. Feito isso, é de certa urgência que seja implementado o ensino integral com aulas de reforço no contra turno e contratação de novos professores. Lugares carentes precisam de mais investimento. Deve haver um diálogo de conscientização das autoridades do IF Sertão para com o MEC e mais articulação na política externa. Há ainda um certo pensamento provinciano que precisa ser mudado e o reconhecimento na PRÁTICA de que nossos alunos advêm de um péssimo ensino fundamental que precisa ser mudado. O problema de evasão jamais mudará se as escolas de base não mudarem.
Docente 16	Reduzir o ensino médio integrado para três anos. Melhorar a infraestrutura para acolhimento dos alunos no contra turno. Fornecimento de alimentação pela Instituição além de construir o restaurante acadêmico. Melhorar acolhimento dos alunos que residem distante da Instituição. Reforçar o ensino base dos alunos.
Docente 17	Mais atividades práticas, uma vez que o propósito do curso é a formação técnica, além do ensino médio; melhorar a alimentação e o acesso ao Instituto; Desenvolver atividades que venha a fortalecer a escolha do curso e dessa forma, minimizar a sua saída.
Docente 18	Uma tentativa séria trabalhar com o curso em formato de semestre e reduzir a quantidade de disciplina.



Docente 19	Para os problemas de alimentação, seria necessário oferecer merenda escolar no campus. Para os problemas de vulnerabilidade social, deveriam ser oferecidos mais auxílios, com valores que realmente incentivassem e ajudassem o aluno a permanecer no curso. Para o trabalho pedagógico, seria de suma importância um diálogo maior entre os professores das várias áreas do conhecimento, juntamente com a equipe pedagógica para buscar ações interventivas. Outra ação necessária seria a reformulação do regulamento docente, para oferecer mais tempo ao professor para planejar suas aulas e avaliações, pois um professor responsável por 20 aulas semanais, com pesquisa e extensão, e, muitas vezes em capacitação, não tem tempo hábil para pensar seu fazer pedagógico, nem para se reunir com uma equipe maior para pensar essas ações.
Docente 20	Creio que pensar a evasão requer pensar em duas situações: a primeira estrutural (exigir mais recursos para visitas-técnicas, instalações adequadas, etc.) a outra na formação profissional que pode atuar melhor com as atuais condições. Daí penso que a capacitação profissional deverá ser o ponto mais importante porque resultará em dados positivos mais rapidamente. Investir na capacitação, principalmente dos docentes, em pedagogia, didática, sociologia escolar, motivação. A mudança de postura dos docentes pode refletir em diminuição da evasão. Mas para isso será preciso construir uma proposta coletiva reconhecendo os anseios dos professores e buscando a construção de uma política de bem-estar institucional.
Docente 21	Investir em auxílio estudantil
Docente 22	Um acompanhamento com os pais dos alunos.
Docente 23	Diminuir para 3 anos, mudar o perfil do curso, alimento escolar para os alunos que ficam o contra turno, investir em propaganda pois muitos não conhecem ainda o IF.
Docente 24	Reformulação do PPC (redução para 3 anos), ofertar cursos de nivelamento, criação de apostilas auxiliares, horários de atendimento maiores, maior contato com os pais, entendimento das limitações dos alunos por parte dos professores adaptando o conteúdo e metodologia para realidade dos alunos
Docente 25	Tornar as aulas mais práticas, mostrar o mercado de trabalho
Docente 26	Acredito que uma das possibilidades é realizar a integração das disciplinas técnicas e propedêuticas, de forma a minimizar os trabalhos vistos. Buscar a redução do tempo de duração do curso, bem como a adequação e evolução dos conteúdos para melhor aproveitamento dos alunos.
Docente 27	Desenvolver ações para minimizar o que foi apontado na questão 19. Em especial necessitamos tornar o Campus Salgueiro menos "inodoro, insípido e incolor"; precisamos dar mais "vida" à instituição. Neste contexto, o incremento das atividades artísticas e culturais são imprescindíveis.
Docente 28	Esclarecer aos pais e alunos que a reprovação não é o fim do mundo. E sim um novo ponto de partida.
Docente 29	Criar um plano de ação em conjunto (setor pedagógico / colegiado), buscando soluções integradas para essa problemática.
Docente 20	Fazer reuniões para ouvir as dúvidas, queixas e angústias dos alunos e baseado nestas reuniões planejar como atender da melhor forma possível o mesmo.
Docente 31	Motivar cada vez mais o aluno através de palestras, oficinas e projetos que envolvam a família, ofertar alimentação gratuita e ter um olhar diferenciado nas turmas de terceiro e quarto ano, onde ocorre o maior número de evasão.
Docente 32	Incentivo ao estudo com a formação de grupos de estudos para melhorar o rendimento dos alunos; acompanhar de perto os alunos com potencial de evasão, entendendo suas dificuldades e buscando soluções (ex: o aluno pode não estar aprendendo por não ter um computador ou internet em casa para praticar os conhecimentos vistos na sala); acompanhamento do rendimento dos alunos e comunicação aos pais quando o rendimento for considerado ruim.

Docente 33	Reformular o PPC para 3 anos, e proporcionar mais atividades extracurriculares
Docente 34	Primeiro identificar alguns dos diversos motivos. Com posse desses motivos identificar aqueles que dependem da instituição e criar estratégias (o que fazer?) e procedimentos (como fazer?) para atacar o problema identificado.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

### 5.3.3 Profissionais da Educação ligados ao ensino: tabulação dos dados e análise dos achados

Os servidores que compuseram este grupo de pesquisa foram: servidores lotados na Secretaria de Controle Acadêmico – SCA; Servidores da Assistência de Alunos; Servidores do Núcleo de Ações Pedagógicas; Servidores da Assistência Estudantil - AE (Assistente Social, Psicóloga e Técnica em Enfermagem); Chefe do Departamento de Ensino; e, Coordenadores e vice coordenadores dos Cursos do EMI em Informática, Edificações e Agropecuária. Entretanto, obtive a participação de apenas 5 servidores, sendo um servidor da SCA, um servidor da AE, dois coordenadores de curso e um vice coordenador de curso.

Neste grupo de pesquisa, foram utilizados dois roteiros de entrevistas: um direcionado aos servidores lotados no departamento de ensino e um direcionado à Assistente Social do *campus*.

Em relação aos dados da pesquisa sobre o fenômeno da evasão escolar, buscou compreender, a partir das falas dos participantes os questionamentos apresentados abaixo.

#### Entendimento sobre evasão escolar

Neste item, procurei verificar qual a compreensão dos entrevistados acerca da evasão escolar. Para os entrevistados, a evasão, de modo geral, é o abandono do curso, da escola ou do sistema de ensino, e que acontece por razões diversas

O servidor X compreende a evasão como sendo:

[..] fenômeno multidimensional e complexo no qual é caracterizado pela interrupção do ciclo de estudos pelos alunos [..] (SERVIDOR X)

## **Opinião sobre as taxas da evasão escolar nos cursos do EMI**

Os dados da pesquisa mostraram que em torno de 53% dos alunos que ingressaram nos cursos do EMI, no período de 2011 a 2017, evadiram. Nesse sentido, procurei entender como essas taxas são vistas pelos servidores ligados ao ensino.

Para os participantes da pesquisa essas taxas são preocupantes, assustadoras, ruim tanto para a instituição quanto para os alunos, por inviabilizar a mudança de vida que a formação poderia proporcionar para a vida do indivíduo e da família.

## **Fatores que tem favorecido os altos índices de evasão escolar/ Dificuldades na realização dos cursos**

Vários fatores foram expostos de cunho pessoal, social e institucional. Para os participantes da pesquisa, os fatores que favorecem a evasão escolar são: a falta de participação dos pais na vida escolar dos filhos, notas baixas que acabam desestimulando os alunos, transporte escolar, falta de refeitório, falta de percepção da importância da escolarização, falta de base, número grande de disciplinas, economia local, etc.

Para o servidor X:

Dentre os diversos motivos que contribuem para evasão escolar, dois merecem destaque.[...] A ausência de condições estruturais - vários de nossos alunos moram em cidades circunvizinhas e muitas vezes precisam passar o dia na Instituição, que é localizada na Zona Rural do município; Não temos refeitório; não disponibilizamos merenda escolar; área de descanso ou lazer. Recentemente tivemos a inauguração da quadra poliesportiva, conquista esta que pode favorecer a redução da evasão nos cursos médios, pois muitos alunos se identificam com Esportes.

Em minha opinião, a falta de um acompanhamento efetivo dos alunos também favorece ao aumento do índice. As coordenações de cursos, com os setores psicossocial e o núcleo de ações pedagógicas poderiam criar mecanismos de prevenção da evasão. Sabemos que existem perfis de alunos que são propensos à evasão: que moram em outras cidades, os que não possuem uma atenção familiar que os incentivem aos estudos e os que não possuem perspectiva de mudar de vida com a Educação. Esses alunos precisam ser acompanhados o mais próximo possível, pois o oferecimento de condições de permanência pode evitar o fenômeno.(SERVIDOR X)

Para o servidor X, faz-se necessária a identificação e o acompanhamento dos alunos que apresentam características que os colocam como alunos propensos a evadir.

### **Motivos para permanência nos cursos/ O que deve ser melhorado para viabilizar a permanência do estudante no curso?**

Os coordenadores e vice coordenadores participantes informaram que assumiram a coordenação a pouco tempo e que estão conhecendo os alunos e que têm procurado fazer o acompanhamento individual dos alunos dos cursos do EMI. Como medidas para viabilizar a permanência nos cursos, relataram que têm proporcionado visitas técnicas, levado os alunos para participar de eventos com a intenção de mostrar as perspectivas que o aluno tem ao concluir os cursos. Também é feito o atendimento do aluno que apresenta dificuldades nas disciplinas.

### **Ações presentes no cotidiano para combate da evasão escolar**

As ações percebidas pelos entrevistados são os acompanhamentos realizados pelo NAP, através de frequências e notas; elaboração de planos de estudo com os alunos individualmente, reuniões com os pais no sentido de firmar a parceria escola/família, promoção de palestras para os pais sobre a importância do acompanhamento escolar do filho, realizações de reuniões com os pais em seus municípios de residência.

Para o servidor X:

Como trabalho na secretaria de Controle Acadêmico do *campus*, muitos alunos vêm até o setor para solicitar desligamentos dos cursos uma vez que não possuem condições de permanecer na instituição. Por vezes, convencemos os alunos a não desistirem, por meio de encaminhamentos, mostramos possibilidades de o aluno continuar no curso. (SERVIDOR X)

Pelos relatos dos participantes, percebe-se, mais uma vez, que não há políticas institucionais efetivas de combate à evasão. Elas acontecem de forma pontual, à medida que os casos vão surgindo.

Pelos dados da pesquisa (com 110 alunos evadidos entre 2017 e 2018), fica evidente que o problema persiste e que não há como resolvê-lo sem a instituição de uma política sistêmica com a participação dos docentes, gestão e de profissionais da educação ligados aos setores do ensino.

### **Direito à educação e evasão escolar**

Para os respondentes, a partir do momento que um aluno evade de um curso, a ele está sendo negado o direito à educação e oportunidades são ceifadas. A evasão escolar na se constitui apenas como um fracasso para o aluno, mas também um fracasso institucional.

Para a Assistente Social

A evasão, muitas vezes, é pensada responsabilizando o indivíduo (estudante), isentando a escola da necessidade de se (re)pensar. Nesse sentido, penso que é fundamental compreender que assegurar o direito à educação é muito mais do que garantir o acesso da população ao ambiente escolar, passa por assegurar uma escola verdadeiramente pública, laica, democrática, atrativa para o seu público alvo. Os estudantes podem estar evadindo por falta de condições materiais, mas, eles também podem estar deixando a escola, seus cursos, o sistema educacional porque estes não lhes têm agregado, porque não dialoga com a sua realidade, porque se recusa a pensar metodologias específicas que contemplem a diversidade do corpo discente (que tem recortes distintos de natureza política, regional, cultural, social etc). (ASSISTENTE SOCIAL)

### **Ações para conter a evasão escolar nos cursos do EMI**

Para a Assistente Social, para conter a evasão escolar, o primeiro caminho é o fortalecimento interno do debate acerca do fenômeno, bem como estudá-lo para identificar suas causas para, então, desenhar estratégias possíveis.

Os demais participantes enfatizaram a necessidade de retomada dos trabalhos da comissão de evasão.

Outro ponto colocado foi a necessidade da busca de recursos para estruturação do *campus*, como a construção do refeitório, laboratórios, espaços para lazer dos alunos.

#### 5.4 A EVASÃO ESCOLAR NO *CAMPUS* SALGUEIRO DO IF SERTÃO-PE

A evasão escolar tem caracterizado a realidade do IF Sertão-PE de forma geral e de forma particular do *campus* Salgueiro, se acentuando justamente no momento em que há esforços pelos órgãos governamentais, no sentido de ampliar o acesso da classe popular às vagas educacionais em seus diversos níveis: básico; técnico; e, superior.

A evasão escolar, no *campus* Salgueiro, está presente em todos os cursos, níveis e modalidades de ensino, conforme apresentado, através de tabelas, no capítulo introdução desse trabalho. Entretanto, esse trabalho se propôs a apresentar e analisar a evasão escolar, nos cursos técnicos de agropecuária, edificações e informática, na modalidade integrada.

Nesse sentido, através dos dados abaixo apresento o diagnóstico da evasão escolar nos cursos do Ensino Médio Integrado - EMI, do IF Sertão-PE *Campus* Salgueiro.

É importante esclarecer que, a evasão aqui tratada é aquela entendida como a saída do curso, sem sua finalização com êxito.

Para o MEC (2016), a evasão ocorre com a finalização da matrícula sem êxito, a qual se dá através do abandono, da transferência, seja interna ou externa, ou do cancelamento de matrícula. Nesse sentido, aqui, para o levantamento dos dados de evasão, considereirei como evasão as desistências, os cancelamentos de matrícula e as transferências, sejam elas internas ou externas.

A partir dos levantamentos realizados, percebeu-se que o *campus* Salgueiro tem enfrentado muitos desafios, pois com a implantação em 2011 dos cursos técnicos de nível médio na modalidade integrada, percebeu-se no decorrer dos anos dois fenômenos que merecem destaque: a evasão expressiva neste nível de ensino e a baixa demanda pelos cursos. Os fenômenos são demonstrados na Tabela 5.

Anualmente, são oferecidas 100 vagas anuais para o ensino médio integrado, divididos entre os três cursos. Sendo 35 vagas para o curso de Agropecuária, 35 vagas para o curso de Edificações e 30 vagas para o curso de Informática. Mas, o que se percebe é a redução no número de entradas. Essa é uma problemática que merece atenção e será estudada em outro momento.

Apesar do número de matrículas nos cursos técnicos integrados ao ensino médio ter aumentado com a expansão da rede, não se tem percebido a manutenção dessas matrículas efetivadas com o passar dos anos. Muitos alunos têm abandonado os estudos em decorrência de causas diversas, na maioria das vezes desconhecidas.

Segundo o Sistema de Apoio à Gestão Escolar – SAGE (2018), de 2011 a 2017 houve o registro de 637 matrículas nos cursos do EMI, deste número, houve uma evasão acumulada de 334. Isso representa um percentual de 52,9% de evasão, considerando a evasão acumulada no período de 2011 a 2017, conforme demonstrada na tabela 9. Os dados nos mostram que a evasão acumulada no período mencionado foi mais de 50%, o que reflete um sério problema institucional e que carece de ações emergenciais para reverter essa situação.

Percebe-se, ainda, de acordo com a tabela 9, que houve uma redução anual na entrada de alunos nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017. Isso gera uma outra preocupação institucional porque, além do alto índice de evasão, soma-se a isso uma redução inicial já na entrada das turmas, o que demonstra dificuldades para formação das turmas.

**Tabela 9:** Situação atual dos cursos do Ensino Médio Integrado com ingresso no período de 2011 a 2017.

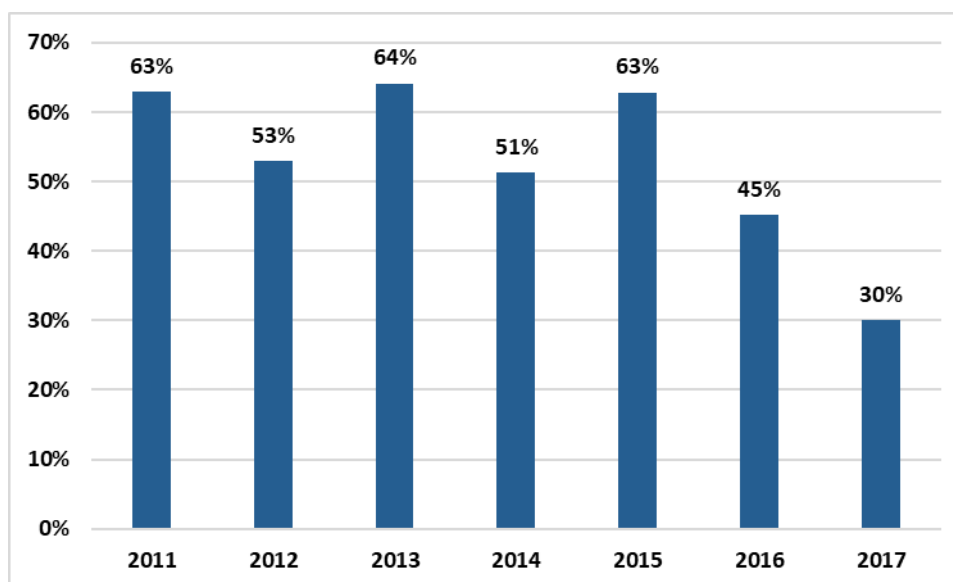
<b>Ensino Médio Integrado</b>						
ANO DE INGRESSO	Nº DE MATRÍCULA INICIAL	EVADIDOS		DIPLOMADOS	MATRÍCULA ATIVA	
		DESISTENTES DESLIGADOS	TRANSFERIDOS		EM CURSO	VÍNCULO INTEGRALIZADO
<b>2011</b>	100	31	31	28	3	7
<b>2012</b>	100	27	26	42	0	5
<b>2013</b>	106	27	42	30	2	5
<b>2014</b>	78	18	22	11	21	6
<b>2015</b>	70	30	14	0	26	0
<b>2016</b>	93	25	17	0	51	0
<b>2017</b>	90	19	8	0	63	0

TOTAL GERAL	637	177	160	110	190
%	100%	52,90%		17,27%	29,83%

Fonte: Elaboração própria (jun/2018), a partir de dados do SAGE.

Já o Gráfico 33 demonstra o percentual acumulado de evasão por turmas, considerando o ano de ingresso. Isso significa dizer, por exemplo, que dos 100 alunos que ingressaram nos cursos médios integrados em 2011, 63% evadiram entre 2011 e 2017. O mesmo ocorre com os demais anos sob estudo, ou seja, dos 100 alunos que ingressaram em 2012, 53% evadiram no período de 2012 a 2017; dos 106 alunos que ingressaram em 2013, 64% dos alunos evadiram no período de 2013 a 2017; dos 78 alunos que ingressaram em 2014, 51% evadiram no período de 2014 a 2017; dos 70 alunos que ingressaram em 2015, 63% evadiram no período de 2015 a 2017; dos 93 alunos que ingressaram em 2016, 45% evadiram no período de 2016 a 2017; dos 90 alunos que ingressaram em 2017, 30% já evadiram.

**Gráfico 35:** Taxa de Evasão Atual.



Fonte: Elaboração própria (jun/2018), baseada em dados do SAGE

A Tabela 9 e o Gráfico 33 demonstram de forma panorâmica a situação da evasão escolar nos cursos técnicos de nível médio no *Campus Salgueiro*. Na



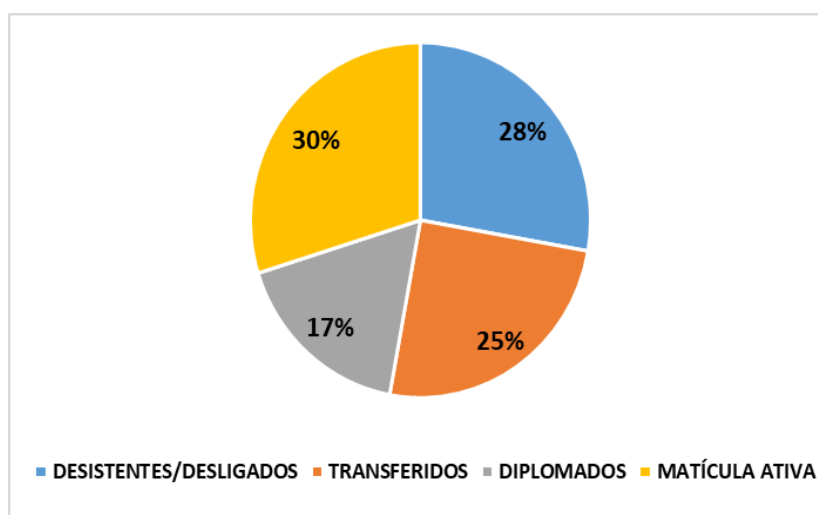
verdade, o que pretendo apresentar com esse gráfico é a situação atual das turmas que ingressaram no período de 2011 a 2017.

Ainda, objetivando demonstrar a situação atual geral das turmas que ingressaram no período de 2011 a 2017, apresento o gráfico 34 com a porcentagem de alunos desistentes, transferidos, diplomados e com matrícula ativa.

O gráfico 34 apresenta a situação geral dos cursos do EMI, que do total de 637 matrículas iniciais no período de 2011 a 2017, conforme demonstrado na tabela 9, 30% das matrículas permanecem ativas; 28% abandonaram os cursos nos quais estavam vinculados, 25% solicitaram transferência para outro curso ou outra instituição e apenas 25% finalizaram o curso através da diplomação.

Quando se soma o percentual de desistentes/desligados com o percentual de transferido, que juntos caracterizam a evasão escolar, a taxa sobe para 52,9%. Esses números passam a ser ainda mais preocupantes.

**Gráfico 36:** Situação Geral Atual dos Cursos do EMI com Entrada no Período de 2011-2017.



Fonte: Elaboração própria (jun/2018), a partir de dados do SAGE.

Abaixo, apresentamos, através dos gráficos 35; 36; 37; 38; 39; 40; e, 41 a situação atual das turmas vinculadas aos cursos de Agropecuária, edificações e informática, considerando o ano de entrada. A partir desses gráficos se consegue ter uma visão geral da situação dos cursos do ensino médio integrado no *campus*

Salgueiro em relação às taxas de evasão, diplomação e matrícula ativa por ano de ingresso.

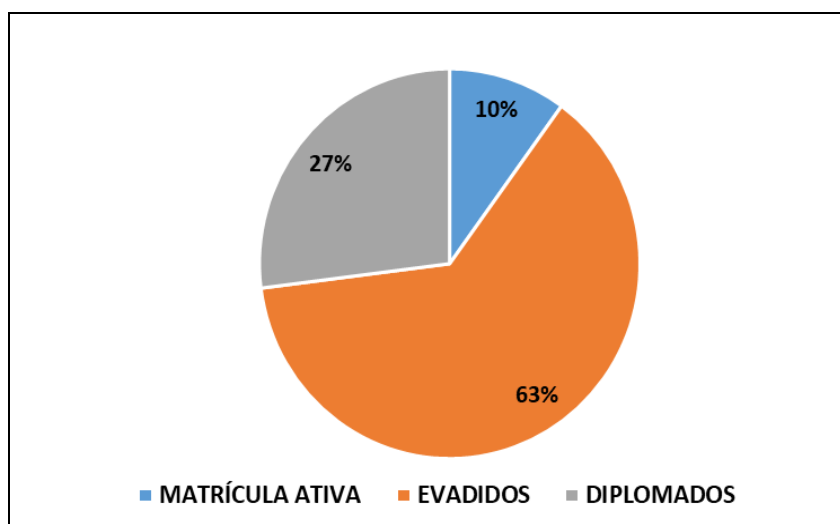
O gráfico 35 nos apresenta uma evasão de 63% nos cursos do EMI com entradas no ano de 2011. Esse dado ainda pode ser alterado, uma vez que ainda há alunos com matrícula ativa, cerca de 10%. Outro dado preocupante é a taxa de conclusão do curso, com apenas 27%.

O gráfico 36 se refere ao ingresso das turmas no ano de 2012. Veja que apesar da taxa de evasão ter diminuído e do número de diplomados ter aumentado, comparando com 2011, a taxa de evasão ainda continua muito alta, ou seja, 53% dos alunos que ingressaram em 2012 evadiram.

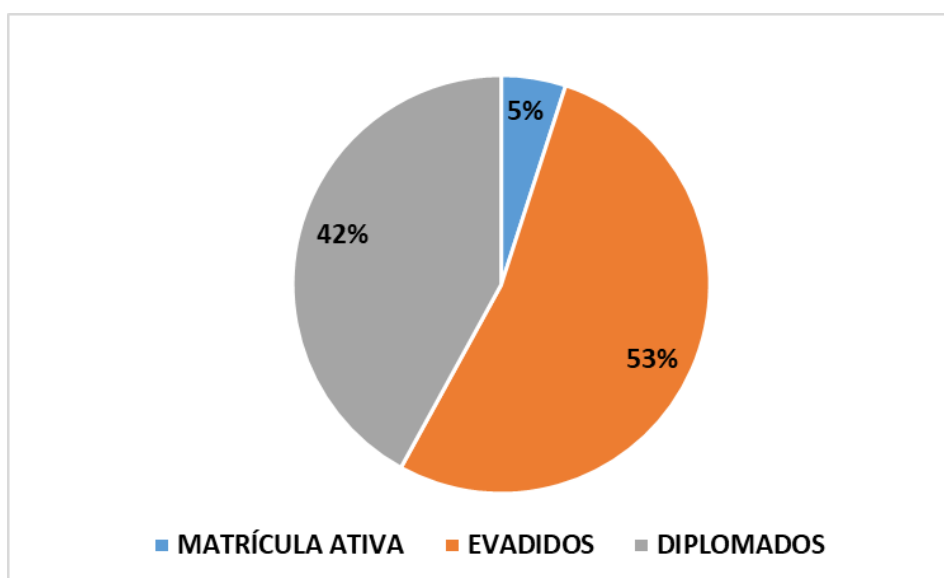
Em relação às matrículas iniciais do ano de 2014, tem-se uma evasão de 51%, apenas 14% finalizaram o curso e 35% continuam com matrícula ativa.

Os gráficos 35, 36, 37 e 38 apresentam também outro fenômeno: a retenção de estudantes nos cursos pesquisados. Em 2011, tem-se um total de 10%, em 2012, de 5%, em 2013 de 8% e em 2014 de 35%. O que significa dizer, que os alunos ingressantes no período de 2011 a 2014 que não finalizaram e que continuam com matrícula ativa, estão retidos no curso. Esse fenômeno não será estudado aqui, mas apenas citado.

**Gráfico 37:** Situação Atual dos Alunos Ingressantes em 2011

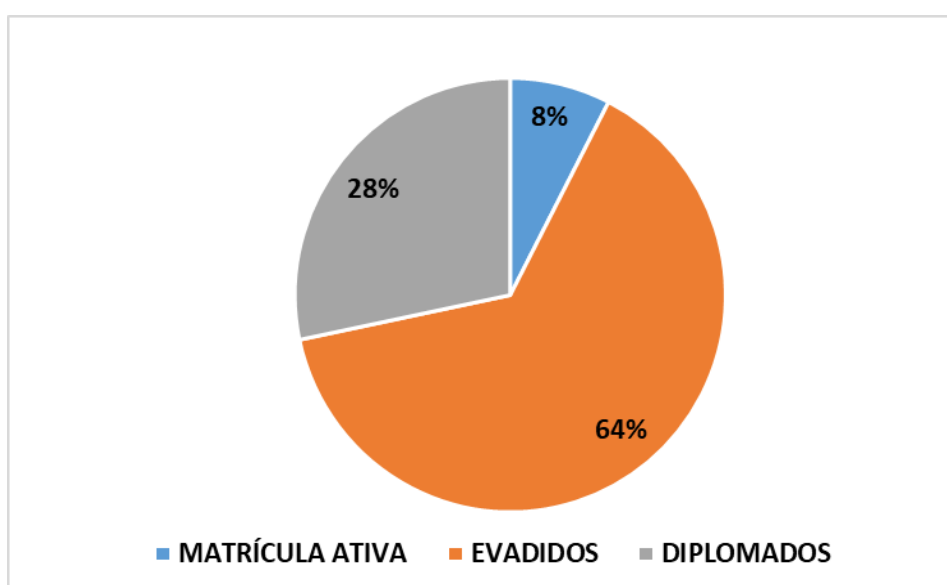


Fonte: Elaboração própria (jun/2018), a partir de dados do SAGE.

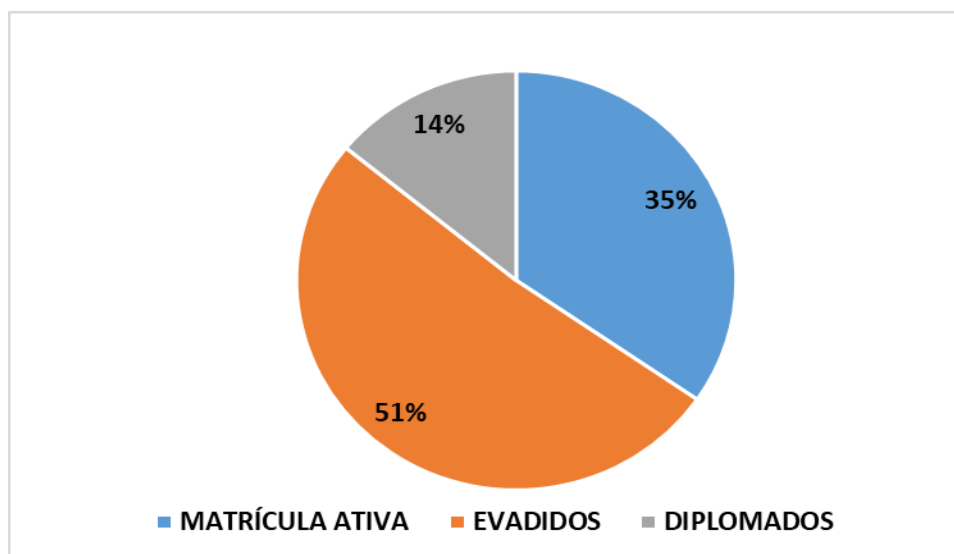
**Gráfico 38:** Situação Atual dos Alunos Ingressantes em 2012

Fonte: Elaboração própria (jun/2018), a partir de dados do SAGE.

O gráfico 37 nos apresenta uma situação ainda mais dramática em relação à evasão escolar. Aqui a taxa é de 64%. Apenas 28% os equivalentes a 30 alunos conseguiram concluir o curso.

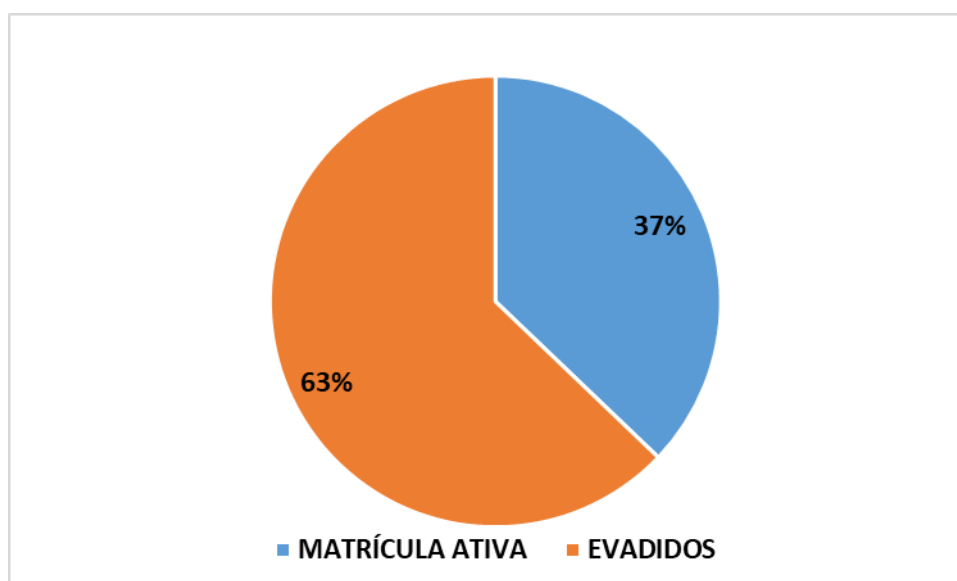
**Gráfico 39:** Situação Atual dos Alunos Ingressantes em 2013

Fonte: Elaboração própria (jun/2018), a partir de dados do SAGE.

**Gráfico 40:** Situação Atual dos Alunos Ingressantes em 2014

Fonte: Elaboração própria (jun/2018), a partir de dados do SAGE.

Os gráficos 39, 40 e 41 não apresentam dados de diplomação, uma vez que o período mínimo de integralização curricular é de quatro anos. Assim, esses gráficos apresentam apenas os dados de evasão e matrículas ativas.

**Gráfico 41:** Situação Atual dos Alunos Ingressantes em 2015.

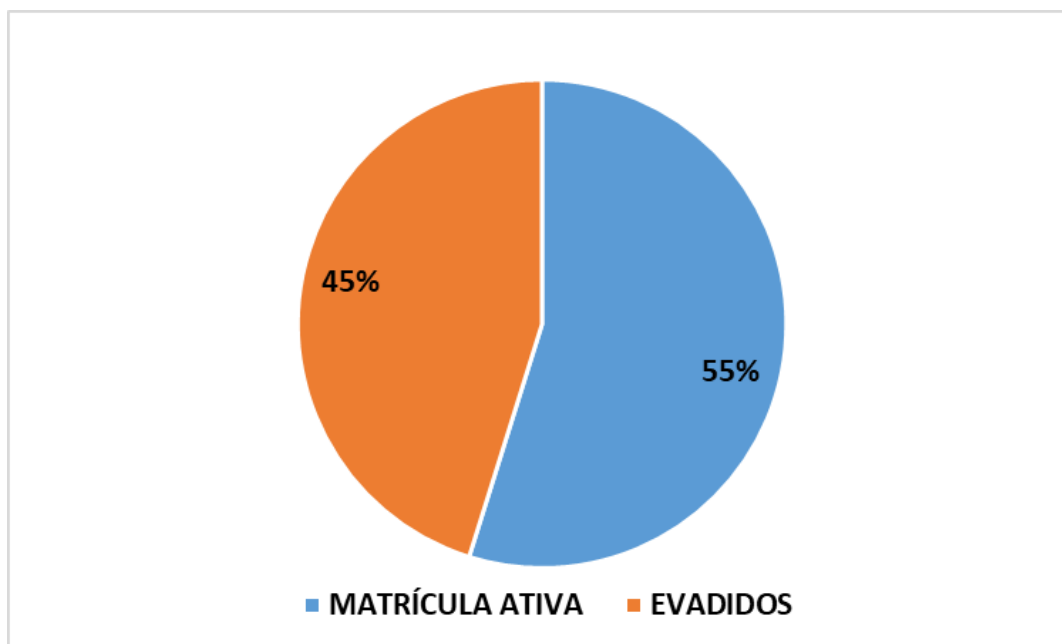
Fonte: Elaboração própria (jun/2018), a partir de dados do SAGE.

O gráfico 40 apresenta uma taxa de evasão de 63% que corresponde a 44 alunos ingressantes em 2015. Atualmente apenas 26 alunos, ou seja, 37% continuam com matrícula ativa.

Em 2016, houve o registro de 93 matrículas, destas apenas 55% continuam ativas, as demais evadiram, o que representa a taxa de 45% de evasão.

Em 2017 houve o registro de 90 matrículas, 10 a menos que o previsto em seus respectivos projetos de curso (100 matrículas), destas, conforme o gráfico 41, apenas 70% continuam ativas, as demais, 30% evadiram já entre 2017 e início de 2018.

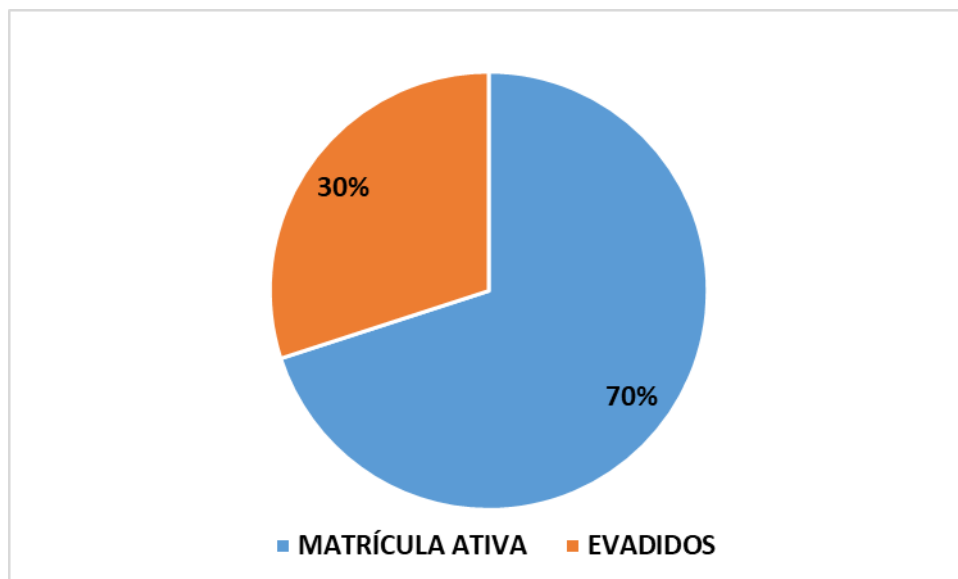
**Gráfico 42:** Situação Atual dos Alunos Ingressantes em 2016



Fonte: Elaboração própria (jun/2018), a partir de dados do SAGE

Os gráficos mostrados apresentam a situação difícil em que se encontra o *campus* Salgueiro. A evasão média dos cursos e turmas por ano de ingresso já se somam mais de 50% das vagas.

Essa situação acima apresentada diz respeito aos cursos do médio integrado, não apresentando a situação por curso, mas por modalidade.

**Gráfico 43:** Situação Atual dos Alunos Ingressantes em 2017

Fonte: Elaboração própria (jun/2018), a partir de dados do SAGE

Já a tabela 10 nos apresenta a situação da evasão por curso e ano de ingresso. Observem que, por exemplo, dos alunos que ingressaram em 2011 no curso de Agropecuária, tivemos uma evasão acumulada no período de 2011 a 2017 de 61,8%, em Edificações de 51,4% e Informática de 74,2%. Esses dados são extremamente preocupantes, uma vez que a taxa atual de evasão é muito alta.

**Tabela 10:** % de Evasão Atual por Curso com ingresso no período de 2011 a 2017.

<b>TAXA DE EVASÃO ESCOLAR – 2011 A 2017- POR CURSO</b>				
<b>ANO DE INGRESSO</b>	<b>CURSO</b>	<b>MATRÍCULA INICIAL</b>	<b>EVADIDOS</b>	<b>% DE EVADIDOS</b>
2011	AGROPECUÁRIA	34	21	61,8%
	EDIFICAÇÕES	35	18	51,4%
	INFORMÁTICA	31	23	74,2%
2012	AGROPECUÁRIA	34	19	55,9%
	EDIFICAÇÕES	36	17	47,2%
	INFORMÁTICA	30	17	56,7%
2013	AGROPECUÁRIA	36	26	72,2%
	EDIFICAÇÕES	37	20	54,1%
	INFORMÁTICA	33	23	69,7%
	AGROPECUÁRIA	19	12	63,2%

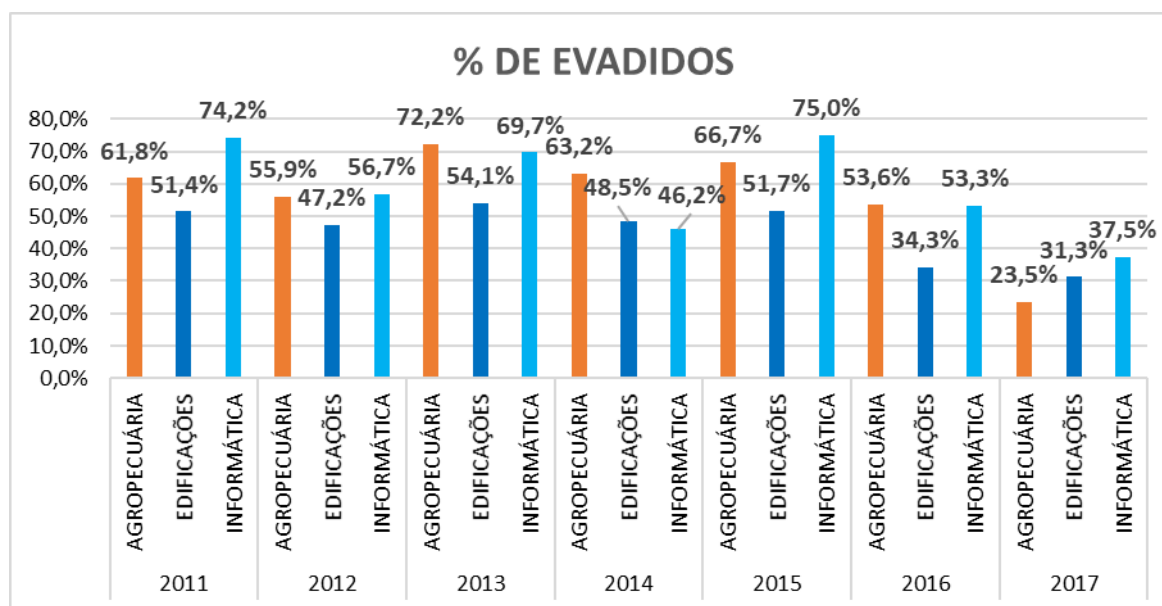
2014	EDIFICAÇÕES	33	16	48,5%
	INFORMÁTICA	26	12	46,2%
2015	AGROPECUÁRIA	21	14	66,7%
	EDIFICAÇÕES	29	15	51,7%
2016	AGROPECUÁRIA	28	15	53,6%
	EDIFICAÇÕES	35	12	34,3%
	INFORMÁTICA	30	16	53,3%
2017	AGROPECUÁRIA	34	8	23,5%
	EDIFICAÇÕES	32	10	31,3%
	INFORMÁTICA	24	9	37,5%

Fonte: Elaboração própria (jun/2018), a partir de dados do SAGE.

Esses dados são alarmantes e assustadores e exigem medidas emergenciais para conter a situação difícil em que se encontra a instituição.

Abaixo, apresento os dados da tabela 10, em forma de gráfico de barras para melhor visualização da situação dos cursos do EMI (gráfico 42).

**Gráfico 44:** % de Evasão Atual por Curso com ingresso no período de 2011 a 2017.



Fonte: Elaboração própria (jun/2018), a partir de dados do SAGE

**Tabela 11:** Taxa de evasão anual.

EVASÃO ANUAL POR CURSO				
ANO	CURSO	Nº DE ALUNOS	Nº DE EVADIDOS	% DE EVASÃO
2011	AGROPECUÁRIA	34	0	0%
	EDIFICAÇÕES	35	2	6%
	INFORMÁTICA	31	7	23%
2012	AGROPECUÁRIA	68	9	13%
	EDIFICAÇÕES	71	5	7%
	INFORMÁTICA	55	5	9%
2013	AGROPECUÁRIA	95	16	17%
	EDIFICAÇÕES	103	9	9%
	INFORMÁTICA	82	15	18%
2014	AGROPECUÁRIA	98	24	24%
	EDIFICAÇÕES	126	18	14%
	INFORMÁTICA	94	20	21%
2015	AGROPECUÁRIA	95	17	18%
	EDIFICAÇÕES	136	23	17%
	INFORMÁTICA	94	16	17%
2016	AGROPECUÁRIA	101	23	23%
	EDIFICAÇÕES	129	5	4%
	INFORMÁTICA	103	24	23%
2017	AGROPECUÁRIA	105	20	19%
	EDIFICAÇÕES	158	38	24%
	INFORMÁTICA	91	19	21%

Fonte: Elaboração própria (out/2018), a partir de dados do SAGE.

A tabela 11 apresenta a taxa de evasão anual, considerando a matrícula geral por curso e ano. Os dados mostram que, com o passar dos anos, a situação tem se agravado e que é preciso pensar políticas para reverter a situação.

É importante destacar que o problema não se assenta em um curso específico do EMI, conforme apresentado no gráfico acima, mas nos três e que os problemas são comuns, por isso as propostas sugeridas no decorrer deste trabalho estão voltadas para o nível e modalidade de ensino.

## 5.5 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CONTER A EVASÃO ESCOLAR

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – RFEPCT foi alvo de auditoria operacional, no período de agosto de 2011 a abril de 2012,



realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com o intuito de avaliar a atuação dos Institutos Federais em relação a sua atuação finalística, em virtude de sua expressiva e acelerada expansão nos últimos anos. Assim, a Educação Profissional foi escolhida por ser estratégica para que os cidadãos possam ter acesso efetivo às oportunidades de empregos qualificados, bem como às várias conquistas científicas e tecnológicas da sociedade. (TCU, 2012).

Nesse sentido, a auditoria buscou privilegiar temas relacionados com a cadeia de resultados da Educação profissional, avaliando, desta forma, os Institutos Federais em cinco aspectos:

- a) caracterização da evasão e medidas para reduzi-la;
- b) interação com os arranjos produtivos locais;
- c) integração acadêmica entre as áreas de pesquisa e extensão;
- d) iniciativas de apoio à inserção profissional dos alunos no mercado de trabalho;
- e) infraestrutura e suporte à prestação dos serviços educacionais. (TCU, 2012)

Aqui, para este estudo, detive-me apenas no item “a” que trata da evasão e medidas para reduzi-la. Para análise desse item, o TCU se pautou em alguns documentos, dentre eles, o Termo de Acordos de Metas e Compromissos – TAM que o MEC firmou com os Institutos Federais, em 2010. Nesse documento, os IF assumiram 19 metas e compromissos a serem atingidos a curto (2013), médio (2016) e longo prazo (2022), conforme apresentado abaixo:

1. Índice de eficiência da Instituição
2. Índice de eficácia da Instituição
3. Alunos matriculados em relação à força de trabalho
4. Matrículas nos cursos técnicos
5. Matrículas para a formação de professores e Licenciaturas
6. Vagas e matrículas PROEJA
7. Programa de Melhoria da Qualidade da Educação Básica
8. Programa de Formação Inicial e Continuada
9. Oferta de Cursos a Distância
10. Forma de acesso ao ensino técnico
11. Forma de acesso ao ensino superior
12. Forma de acesso às Licenciaturas
13. Programas de apoio a estudantes com elevado desempenho

14. Pesquisa e Inovação
15. Projetos de Ação Social
16. Núcleo de Inovação Tecnológica
17. Programas de Ensino, Pesquisa e Extensão intercampi e interinstitucionais
18. SIMEC, SISTec e Sistema de Registro de Preços do MEC
19. SIGA-EPT (MEC,2010)

Os itens 1 e 2 dizem respeito ao alcance das metas de eficiência e eficácia da instituição. Sendo 90% de eficiência e 80% de eficácia a ser atingida, a médio prazo, já no ano de 2016. O primeiro diz respeito à permanência dos estudantes no curso, o segundo diz respeito à conclusão. No entanto, dados dos Indicadores acadêmicos do IF Sertão-PE nos apresentam, em 2017, uma taxa de eficiência de 45,5% e taxa de eficácia de 23,47%, com índices muito aquém do acordado.

Esses dados mostram que atingir as metas 1 e 2 tem se constituído um grande desafio.

A auditoria realizada no período mencionado resultou no Acórdão 506/2013 em que o Tribunal de Contas da União – TCU orienta ao MEC o controle da evasão e retenção escolar nos Institutos Federais. Nesse sentido, o TCU recomenda que o MEC:

9.1.1 institua, em conjunto com os Institutos Federais, plano voltado ao tratamento da evasão na Rede Federal de Educação Profissional, que contemple: a) levantamento de dados de variáveis que permitam identificar alunos com maior propensão de evasão; b) inserção nos Termos de Acordos de Metas e Compromissos de indicadores de evasão, retenção e conclusão, desagregados para diferentes modalidades de cursos (Médio Integral, Licenciatura etc); c) análise quanto à viabilidade de adequação dos critérios PNAES ou de normatização/regulamentação de outras linhas de assistência estudantil voltadas ao atendimento de alunos com risco de evasão; d) garantia de alocação de profissionais para realizar o acompanhamento escolar e social de alunos nos campi; e) o fomento à participação de alunos em programas de reforço escolar, assim como a sua participação como tutores e monitores; (...) (TCU, 2013)

Aqui o TCU já dá pista ao MEC de como essa intervenção precisa acontecer. Foi determinado um prazo de 180 dias, para que a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) encaminhasse, ao TCU, Plano de Ações, com prazos e setores responsáveis pela implementação das medidas. (TCU, 2013)

Ainda em 2013, foi instituído grupo de trabalho, através da Portaria SETEC nº 39, de 22 de novembro para elaboração do “Documento Orientador para Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”. Mas o documento só foi finalizado em 2014.

Somente em 2015, através da Nota Informativa nº 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC, de 15 de julho, enviada à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, foi que a Rede recebeu orientações para a elaboração do Plano Estratégico Institucional para a Permanência e Êxito dos Estudantes. O documento apresenta proposta de metodologia dividida em 5 fases: I – instituição da comissão interna; II – elaboração do diagnóstico quantitativo; III – elaboração do diagnóstico qualitativo (por campus e curso); IV – consolidação do plano estratégico; e, V – monitoramento e avaliação das ações.

No entanto, as políticas institucionais de enfrentamento ao fenômeno da evasão escolar no IF Sertão-PE começaram logo após a auditoria realizada entre 2011 e 2012, pelo TCU, na instituição, momento em que se constatou o alto índice de evasão e retenção escolar na RFEPCT.

Em 2013, por orientação da SETEC, o IF Sertão-PE cria, através da Portaria nº 295, uma comissão para estudo da evasão. Essa comissão é composta por representantes de todos os *campi*. O trabalho se pautou no levantamento dos fatores associados à evasão escolar. Para tanto, realizou-se a aplicação de questionários com os alunos, pais de alunos e professores e a realização de ligações telefônicas para alunos evadidos. Os dados da pesquisa serviram de base para a elaboração de ações por *campus* para combater o fenômeno.

As evidências da efetividade dessas ações não foram percebidas no *campus lócus* desta pesquisa.

No ano de 2014, a SETEC realiza um encontro com representantes dos Institutos Federais para a elaboração do documento orientador para superação da evasão e retenção escolar nos IF, conforme recomendado pelo TCU. A construção desse documento visou além de atender às recomendações do TCU, orientar os trabalhos internos de cada instituição com vistas à superação da evasão escolar. Para tanto, orientou-se a realização do estudo da evasão por curso e modalidade de

ensino, bem como a construção de planos de ação para os cursos com evasão superior a 15%. (IF SERTÃO-PE, 2016).

Após recebimento de novas orientações pela SETEC, em 2015, foi instituída a Comissão Permanente de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes do IF Sertão-PE composta por representantes de todos os *campi* do IF Sertão-PE, através da Portaria nº 476, de 31 de agosto. Essas comissões não foram criadas apenas para diagnosticar os fatores associados à evasão escolar, mas também para a elaboração de planos de ação para a superação do fenômeno. Para composição das comissões central e locais, foram seguidas as orientações do MEC. Com isso, a comissão central contou com representantes de todos os *campi* e as comissões locais foram constituídas, pelo menos, pelo gestor de ensino, coordenadores de cursos, integrantes da assistência estudantil e integrantes do setor pedagógico.

A pesquisa realizada pelo *campus* Salgueiro com alunos evadidos dos diversos cursos apontou como causa para o abandono do curso, dificuldades de conciliar escola e trabalho, problemas de transporte, condições financeiras para se manterem no curso e a não identificação com o curso.

Como o estudo não foi feito por nível ou modalidade de ensino, não se pôde determinar, a partir dos trabalhos da comissão de evasão, quais os fatores associados à evasão escolar dos cursos do EMI.

Observou-se, ainda, a partir do acesso aos planos de ação, que não há muita sintonia entre o que foi elencado pelo estudante evadido e a proposição de ações para conter o fenômeno, por isso não se percebeu efetividade nas ações propostas pela comissão.

No momento, de forma sistemática, não há políticas efetivas para a contenção da evasão escolar nos cursos do *campus* Salgueiro.

Foi realizado o estudo da evasão no *campus* em 2015 e foram propostas ações, mas não foi dada continuidade aos trabalhos. A comissão de evasão local do *campus* salgueiro no momento está inativa, embora ainda haja a portaria com a indicação da comissão.

As ações, atualmente realizadas, acontecem de forma pontual, não sistematizada e ficam a cargo dos coordenadores de cada curso, do Núcleo de Ações Pedagógicas – NAP e da Assistência Estudantil – AE e dos próprios docentes, conforme relatado nas discussões a partir da pesquisa com os docentes do EMI.

Em relação aos cursos do EMI, o NAP tem feito o acompanhamento dos estudantes em curso, através de notas e frequências. Aos alunos que apresentam faltas acima de 10% é feito contato através de ligações telefônicas para a família na busca de compreender o motivo da inassiduidade. Quando do baixo desempenho, os alunos são convidados a fazer uso do horário de atendimento ao aluno, no contraturno, nas disciplinas que estiverem com dificuldades, bem como é feito, junto ao aluno, o horário de estudo em casa.

É importante salientar que nem sempre os alunos conseguem fazer uso do horário de atendimento ao aluno, por questões de transporte e alimentação., situações expressas no decorrer das discussões.

O NAP tem dialogado com o setor de assistência estudantil no sentido de garantir recursos para os estudantes que não têm como arcar com a vinda no contraturno, mas as discussões estão na fase inicial.

Desde 2017, voltou-se a discutir com toda a comunidade escolar a evasão escolar no *campus*, a partir deste estudo. Em março foi realizado o seminário: Com o “Zóio” na Rede, conforme imagem 2. Esse seminário fez parte da metodologia do mestrado profissional em educação, visto que todas as propostas de investigação teriam que passar pelo crivo da comunidade. Assim, nesse seminário, foi apresentada à comunidade a proposição desse trabalho.

O seminário compreendeu dois momentos: o primeiro diz respeito às apresentações das propostas a toda a comunidade do *campus* Salgueiro e a segunda diz respeito às oficinas, momento em que foi discutido com a comunidade a relevância ou não do objeto de estudo. Participaram da oficina professores, gestores e estudantes dos cursos superiores e dos cursos do Ensino Médio Integrado.

**Imagem 2:** Seminário de Apresentação do Projeto de Pesquisa para Validação pela Comunidade Acadêmica



Fotógrafo: Arquivo próprio (2018).

Em abril do mesmo ano, fui convidada pela chefe do Departamento de Ensino para discutir, no encontro pedagógico, junto aos/às professores(as), a evasão escolar e medidas para reduzi-la.

No primeiro momento, foram apresentados os dados da evasão no *campus*, com o intuito de dar ciência ao corpo docente da situação de evasão com a apresentação dos dados através de tabelas e gráficos. No segundo momento, foi dividido o grupo em subgrupos com o intuito de pensar ações com vistas à contenção da evasão escolar. O momento foi proveitoso e bastante participativo, uma vez que envolveu todos os docentes presentes no encontro, em torno de 50.

Neste ano de 2018, a evasão foi discutida por mim em dois momentos, o primeiro aconteceu no dia 03 de outubro, conforme imagem 3, através de um seminário organizado por mim e pela mestrandia Maria Patrícia, intitulado “Pensando Políticas de Enfrentamento: Evasão Escolar e Inclusão dos Estudantes Surdo” em que debati junto aos alunos e servidores sobre a evasão escolar no EMI, cujo título da palestra foi “A Evasão Escolar no EMI: pensando políticas de enfrentamento”.

**Imagem 3:** Seminário - Pensando Políticas de Enfrentamento: Evasão Escolar e Inclusão dos Estudantes Surdos.



Fotógrafo: Jackson Neves (Servidor).

**Imagem 4:** Seminário para Discutir Evasão Escolar e a Necessidade de Fortalecimento do EMI nos IF.



Fotógrafo: Arquivo próprio (2018).

O segundo momento aconteceu no seminário de formação pedagógica do *campus* Salgueiro, que ocorreu em 24 de outubro, conforme imagem 4, momento em que debati junto aos professores e demais profissionais da educação sobre a evasão escolar no contexto dos IF e fiz a apresentação dos índices do *campus* Salgueiro.

Esses momentos de discussões foram importantes para o amadurecimento da reflexão sobre a situação do *campus* Salgueiro frente ao fenômeno da evasão. No entanto, essas discussões ainda são insipientes, carecendo de mais momentos de discussões junto à comunidade acadêmica.



## 6 PENSANDO UMA PROPOSTA DE ENFRENTAMENTO À EVASÃO ESCOLAR

Este capítulo apresenta os aspectos considerados relevantes para o enfrentamento do fenômeno em estudo. Assim, este Projeto de Intervenção tem o objetivo de orientar algumas ações para a contenção da evasão escolar no contexto dos cursos técnicos de nível médio em Agropecuária, Edificações e Informática, na modalidade integrada, do *campus* Salgueiro do IF Sertão-PE.

Para sua proposição, levei em conta os resultados da pesquisa realizada no âmbito deste estudo, a análise documental, bem como os estudos realizados para entender a evasão escolar no contexto da EPCT.

Assim, essa proposta interventiva se pautou na proposição apresentada no fluxograma mostrado através da figura 7:

**Figura 7:** Fluxograma da Proposta Interventiva



Fonte: Elaboração própria (2018).

Para construção desta proposta interventiva, fez-se necessário conhecer a dimensão e a importância do problema, que ocorreu através da pesquisa documental, do levantamento de dados a partir do SAGE e através de seminários.

O primeiro seminário “Com os Zóio na Rede” ocorreu como exigência do próprio programa do mestrado. Nesse primeiro momento, foi apresentado o fenômeno a ser estudado para validação do estudo pela comunidade, momento em que foi confirmada a validade e a necessidade do estudo a partir dos participantes.

Depois desse momento, mais três seminários aconteceram, dois por convite da própria instituição (um ocorrido no encontro pedagógico de 2017 e o outro no encontro pedagógico de 2018) e o quarto seminário foi promovido por mim junto com outra mestranda.

Esses momentos foram importantes para discussão do fenômeno junto à comunidade, não apenas para apresentar o problema, mas para refletir sobre ele, de modo que a compreensão dos fatores associados à evasão escolar começou a aparecer no discurso dos participantes.

Foram através das discussões, em 2017, junto à comunidade escolar, que senti a necessidade de compreender o fenômeno através dos múltiplos olhares. Percebi que para apresentar uma proposta de intervenção engajada com as necessidades do *campus*, precisaria escutar os alunos em curso, evadidos, docentes e demais profissionais da educação, assim o fiz.

A partir da escuta aos três seguimentos que compõem a instituição, pude compreender melhor os fatores associados à evasão escolar dos estudantes do EMI, no *campus* Salgueiro. Esses fatores foram apresentados nas discussões dos resultados desta pesquisa.

Várias indicações de ações com vistas à contenção da evasão escolar foram sugeridas ao logo das discussões, entretanto, também apresentarei aqui, de forma destacada, algumas orientações que precisam ser tomadas de forma emergencial, uma vez que a pesquisa mostrou que a evasão tem crescido no *campus* e que os problemas têm se acumulado, gerando outros e tomando dimensões maiores.

O estudo mostrou que, embora já haja uma política pública voltada para a contenção da evasão escolar na RFEPECT, no *campus* Salgueiro do IF Sertão-PE, essa política não foi implementada, por isso é necessário o restabelecimento dos trabalhos da comissão e atuação efetiva, visto que essa comissão é tão necessária e importante para luta no enfrentamento à evasão escolar.

Assim, como propostas a serem implementadas, de cunho emergencial, sugiro:

- Restabelecimento da Comissão de Evasão (os estudos apontaram a necessidade do retorno dos trabalhos dessa comissão);

- Reorganização da comissão com a participação de representantes de todos os setores que compõem o ensino (SCA, Assistência de Alunos, Biblioteca, NAP, Setor Saúde, Coordenadores de cursos, chefe do departamento de ensino e NAPNE<sup>1</sup>);
- Elaboração de um formulário de pesquisa socioeconômica-cultural para a identificação do perfil dos estudantes em curso e ingressantes, de modo que a comissão possa fazer os encaminhamentos necessários para o apoio aos estudantes, bem como seus acompanhamentos;
- Mapeamento dos estudantes para identificar os alunos que estão em situação de risco de evadir e promover as intervenções necessárias;
- A Instituição, como política institucional, de cursos de nivelamento, anualmente, especialmente em Português e Matemática para os alunos ingressantes;
- Reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos;
- Promoção de cursos de formação continuada para os docentes, a partir de suas necessidades.

## 6.1 RESTABELECIMENTO DA COMISSÃO DE EVASÃO

Os dados da pesquisa mostraram que o *campus* Salgueiro apresenta uma taxa média de evasão de 52,9%. Essa taxa é a média apresentada no período de 2011 a 2017. Os dados também mostraram que as taxas de evasão têm se repetido e por vezes aumentado com o passar dos anos.

Essas informações só reforçam a necessidade de monitoramento desses indicadores, e esse monitoramento não pode e nem deve acontecer apenas de forma pontual, mas precisam ser acompanhados sistematicamente. Nesse sentido, faz-se necessário o restabelecimento da Comissão Permanente de Evasão, de modo que os estudos sobre os fatores associados à evasão escolar deem

---

<sup>1</sup> NAPNE: Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas

continuidade e que ações possam estar sendo pensadas e executadas com o fim de conter a evasão, no EMI, no âmbito do *campus* Salgueiro.

## 6.2 REORGANIZAÇÃO DA COMISSÃO DE EVASÃO

A necessidade de reorganizar a Comissão Permanente de Evasão se assenta na necessidade de envolver e engajar todos os setores do Departamento de Ensino nas discussões, no monitoramento dos indicadores e na execução das ações com vistas à contenção da evasão escolar. Todos os setores, ao seu modo, podem contribuir para o acompanhamento dos alunos, para o pensar ações através das situações verificadas.

Assim, apresento o quadro 7 abaixo, o qual foi construído baseado em Souza (2014, p. 127-132), de modo a sugerir algumas ações direcionadas aos setores/profissionais da educação vinculados ao Departamento de Ensino (DE) do *campus* Salgueiro. Essa proposição visa direcionar algumas ações da comissão de Evasão, já com a proposição de atuação dos profissionais da educação vinculados ao DE. Essas são algumas ações que precisam ser realizadas para o enfrentamento da evasão escolar.

Sugere-se, entretanto, que além dos setores listados abaixo, representantes do NAPNE e da Biblioteca façam parte da comissão.

**Quadro 7:** Ações para o enfrentamento da Evasão Escolar.

<b>Ações dos Setores/Profissionais da Educação Vinculados ao DE para Contenção da Evasão Escolar</b>	
<b>CHEFIA DO DEPARTAMENTO DE ENSINO - DE</b>	
<b>AÇÕES</b>	<b>PRAZO</b>
Restabelecer a comissão de evasão escolar, bem como reestruturá-la, de modo que haja envolvimento de todos os setores vinculados ao ensino;	Curto prazo (emergencial)
Sensibilizar todos os setores ligados ao ensino para a realização de um trabalho articulado, com vistas no fomento da permanência discente, estabelecendo a formação da equipe interdisciplinar;	Curto prazo
Fomentar a elaboração de diretrizes educacionais pelo coletivo escolar para dar unidade às ações;	Longo prazo
Apresentar os indicadores educacionais dos cursos do EMI para todos os setores envolvidos na ação;	Médio prazo

Discutir estratégias de enfrentamento do problema;	Médio prazo
Participar e levar demandas para as reuniões sistemáticas;	Curto prazo
Fazer o acompanhamento das ações dos demais setores por meio de participação ativa nas reuniões ou por meio de relatórios.	Médio prazo
<b>NÚCLEO DE AÇÕES PEDAGÓGICAS – NAP</b>	
<b>AÇÕES</b>	<b>PRAZO</b>
Realizar reuniões sistemáticas com as turmas em articulação com a coordenação de curso, Serviço Social e Psicologia, conforme a necessidade circunstancial;	Médio prazo
Atender individualmente o aluno;	Curto prazo
Priorizar o acompanhamento aos alunos em situação de risco de retenção e evasão;	Curto prazo
Ouvir os anseios do aluno e fazer os devidos encaminhamentos;	Curto prazo
Acompanhar sistematicamente o SAGE/SUAP para o monitoramento de rendimento e infrequência;	Médio prazo
Analisar frequentemente os indicadores educacionais e propor estratégias de melhorias dos mesmos;	Médio prazo
Realizar formação continuada para os docentes;	Médio prazo
Acompanhar o plano de aula do docente, observando se está em consonância com plano de disciplina e com o PPC (Projeto Pedagógico de Curso);	Médio prazo
Chamar o aluno para conversar quando da infrequência, bem como os pais, caso necessário;	Curto prazo
Realizar as reuniões dos conselhos de classes, discutir as situações detectadas, propor em conjunto com os membros do conselho ações e fazer o acompanhamento da execução das ações propostas;	Médio prazo
Participar das reuniões de grupos de discussão sobre os discentes;	Curto prazo
Propor estratégias/ações para favorecer a permanência discente;	Médio prazo
Realizar <i>feedbacks</i> das conversas com os alunos ao setor adequado;	Médio prazo
Analisar conjuntamente com o Serviço social e Psicologia os requerimentos de trancamentos de curso, transferências internas e externas, cancelamentos de matrícula para emissão de pareceres e/ou intervenção pedagógica em alguns casos de possíveis retornos;	Médio prazo
Diagnosticar, por meio dos requerimentos, as causas de desligamentos e transferências do curso;	Médio /longo prazo
Participar e levar as demandas para a Reunião Sistemática com a Psicologia e o Serviço Social;	Curto prazo

Fazer o registro, no sistema acadêmico, das demandas ocorridas.	Longo prazo
<b>PSCÓLOGA</b>	
<b>AÇÕES</b>	<b>PRAZO</b>
Realizar Orientação vocacional para egressos;	Longo prazo
Promover palestras sobre Orientação de Estudos;	Médio prazo
Fazer visita <i>in lócus</i> a alunos, quando necessário, juntamente com o serviço social e/ou pedagogia;	Médio prazo
Realizar atendimento individual quando da necessidade do aluno ou encaminhado por docentes, pedagogia ou assistência social;	Curto prazo
Participar sempre que oportuno das reuniões sistemáticas de coordenadores, DE e NAP;	Curto prazo
Participar e levar as demandas para Reunião sistemática com a Equipe do NAP e Serviço Social.	Curto prazo
Fazer o registro, sistema acadêmico, das demandas ocorridas.	Longo prazo
<b>ASSISTENTE SOCIAL</b>	
<b>AÇÕES</b>	<b>PRAZO</b>
Promover conjuntamente com o NAP e Psicologia encontros para discussão com os docentes acerca do perfil socioeconômico dos discentes ingressantes sempre ao início de cada semestre letivo;	Médio prazo
Intensificar a divulgação das ações e serviços ofertados pelo serviço social;	Médio prazo
Acompanhar mensalmente a situação de infrequências de alunos junto à pedagogia, a fim de avaliar situações de potencial intervenção por parte do serviço social;	Médio prazo
Realizar atendimento individual quando da percepção de dificuldades de ordem social e/ou econômica;	Curto prazo
Realizar rodas de conversa, conjuntamente com a psicologia e pedagogia, a cada bimestre, com os discentes com fins de acompanhamento e de significar os vínculos, a partir das trocas de experiências e concepções sobre a importância social da escola, das relações estabelecidas nesse espaço, dos sentidos de pertencimento e participação, assim como das dificuldades vivenciadas para a permanência;	Médio prazo
Levar as informações colhidas nas rodas de conversas para as reuniões sistemáticas entre os setores, que também servirão de base para as discussões nas reuniões pedagógicas periódicas, com os docentes, coordenadas pelo NAP;	Longo prazo
Fazer o registro, no sistema acadêmico, das demandas ocorridas.	Longo prazo
Reunião sistemática com a equipe do NAP e a Psicologia;	Curto prazo

Realizar encaminhamentos à rede socioassistencial.	Curto/médio prazo
<b>COORDENADOR(A) DE CURSO</b>	
<b>AÇÕES</b>	<b>PRAZO</b>
Acompanhar o desempenho acadêmico dos estudantes e fazer os encaminhamentos necessários;	Curto prazo
Acompanhar a infrequência do estudante e fazer os encaminhamentos necessários;	Curto prazo
Realizar reunião com professores vinculados ao curso para discutir a situação dos estudantes;	Curto prazo
Implementar ações e estratégias (inclusive conjuntamente com NAP, Serviço social e Psicologia) de favorecimento da permanência;	Médio/longo prazo
Realizar anualmente, no início do período letivo, seminários de integração dos estudantes;	Médio prazo
Conversar com os docentes sobre alunos em situação de evasão e baixo desempenho acadêmico;	Curto prazo
Conversar com os alunos em situação de evasão e baixo desempenho e depois encaminhar ao setor mais adequado, conforme a situação encontrada;	Curto prazo
Participar das reuniões com o NAP e DE, bem como levar as demandas pertinentes;	Curto/médio prazo
Articular o desenvolvimento de um plano estratégico para a divulgação do curso.	Longo prazo
<b>DOCENTES</b>	
<b>AÇÕES</b>	<b>PRAZO</b>
Informar ao NAP e à coordenação de curso os casos de alunos com baixo rendimento escolar e com infrequência elevada;	Curto prazo
Participar dos Conselhos de Classe e levar os casos que precisam de intervenções;	Curto prazo
Conversar com os alunos em situação de evasão e encaminhá-los ao setor apropriado.	Curto/médio prazo
<b>ASSISTENTES DE ALUNOS</b>	
<b>AÇÕES</b>	<b>PRAZO</b>
Monitorar os alunos do EMI;	Curto/médio prazo
Assistir o aluno em suas necessidades e fazer os encaminhamentos que se fizerem necessários;	Curto prazo
Comunicar ao DE, NAP e Coordenação de curso os casos de inassiduidade/infrequência dos estudantes às aulas;	Curto/médio prazo
Participar das Reuniões, quando convocados, para tratar de assuntos relacionados aos estudantes, bem como levar demandas pertinentes;	Curto/médio prazo
Encaminhar ao DE, os casos de alunos que estejam	Curto/médio

enfrentando dificuldades no espaço escolar (relacionamento, adaptação, <i>bullying</i> , etc).	prazo
<b>SECRETARIA DE CONTROLE ACADÊMICO</b>	
<b>AÇÕES</b>	<b>PRAZO</b>
Encaminhar à Chefia de Ensino, ao NAP, à coordenação de curso e ao setor de saúde (Assistente Social e Psicóloga) os casos de solicitação de trancamento, transferências internas, transferências externas e cancelamentos de matrícula para acompanhamento, registro e pareceres;	Curto/médio prazo
Instruir os processos de trancamentos, transferências e cancelamentos (desligamentos) de matrículas, a fim de garantir o registro da situação motivadora da interrupção do vínculo;	Curto prazo
Registrar no Sistema Acadêmico as motivações da interrupção de vínculo, nos casos de transferências, trancamentos e cancelamentos (desligamentos) de matrículas;	Curto prazo
Antes da efetivação das solicitações de transferências e cancelamentos (desligamento) de matrícula, encaminhar o aluno ao NAP e/ou à Coordenação de Curso para a tentativa de resgate do estudante;	Curto prazo
Emitir relatórios periódicos com as motivações das transferências e cancelamentos de matrículas e entregar ao DE para os devidos encaminhamentos;	Curto/médio prazo
Participar das Reuniões, quando convocados, para tratar de assuntos relacionados aos estudantes, bem como levar demandas pertinentes;	Curto/médio prazo

Fonte: Baseado em: Souza, J.A. S. Permanência e Evasão Escolar: um Estudo de Caso em uma Instituição de ensino profissional, 2014.

### 6.3 FORMULÁRIO DE PESQUISA SOCIOECONÔMICA-CULTURAL

Sugere-se a elaboração de um formulário de pesquisa socioeconômica-cultural a fim de estabelecer o perfil do aluno ingressante. Esse formulário deve ser preenchido pelos alunos no momento de seu ingresso, ou seja, no momento da matrícula.

Esse formulário deve ser elaborado pela comissão de evasão e deve contemplar questões capazes de indicar o perfil do estudante, bem como se esse perfil é um perfil de risco, ou seja, se esse aluno é um aluno propenso a evadir.

A partir da identificação do perfil de cada estudante, a comissão elaborará ações de acompanhamento individuais de alunos em situação de risco.



#### 6.4 MAPEAMENTO DOS ESTUDANTES

Como ação de enfrentamento à evasão escolar, faz-se necessário o mapeamento dos estudantes do EMI para identificar os alunos que estão em situação de risco de evadir. Feito isso, a comissão proporá ações de apoio e acompanhamento para esses estudantes, bem como definirá os setores responsáveis pela execução das ações.

O mapeamento se dará através da identificação do perfil do estudante, do tempo de curso, do desempenho do estudante, da infrequência, entre outros fatores.

#### 6.5 CURSOS DE NIVELAMENTO

A pesquisa mostrou que a maioria dos alunos apresenta dificuldades em matemática e interpretação e produção textual. Nesse sentido, como as disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa são disciplinas base para a compreensão de outras ciências, faz-se necessário cursos de nivelamento nessas áreas.

Os cursos devem ser ofertados para os alunos ingressantes no primeiro semestre do ano letivo, com aulas no contraturno.

A proposta do curso deve ser formulada junto aos professores de matemática e língua portuguesa e com consulta aos demais professores a fim de identificar as reais necessidades, em termos de base, dos estudantes.

#### 6.6 REFORMULAÇÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS

A necessidade de reformulação dos projetos pedagógicos do curso é urgente, uma vez que desde 2011, não há nenhuma alteração no currículo dos cursos ofertados.

Além disso, como os cursos são de ensino médio integrado, não há nenhuma proposta, dentro do projeto, de integração curricular. As disciplinas não se articulam, contribuindo para a não construção de sentidos por parte dos alunos.

Desse modo, sugere-se a proposição de projetos integradores (envolvendo as disciplinas técnicas e núcleo comum) em todos os cursos do ensino médio integrado.

## 6.7 INSTITUIÇÃO DE POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS(AS) DOCENTES

A pesquisa, com os docentes, apontou a necessidade da instituição de política de formação continuada dos docentes no âmbito do IF Sertão-PE. Uma vez que a instituição pesquisada não dispõe dessa política.

Os dados da pesquisa mostraram que 60% dos docentes que atuaram no EMI, no período pesquisado, não possuem curso de formação inicial de professores. Aliado a isso, há a falta de política de formação continuada. Além disso, os docentes elencaram inúmeras dificuldades com que se deparam ao atuar no EMI e que isso tem requerido formação pedagógica o que reforça a necessidade de uma política de formação continuada de docentes no âmbito do IF Sertão-PE.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Projeto de Intervenção buscou compreender os fatores associados à evasão escolar dos alunos dos cursos técnicos de nível médio, na modalidade integrada, em Agropecuária, Edificações e Informática, de modo a propor uma intervenção a partir dos resultados da pesquisa. Portanto, para melhor compreensão do problema, a pesquisa foi realizada com alunos (evadidos e em curso), docentes e demais profissionais da educação lotados no departamento de ensino do *campus*. Tive a necessidade de compreender o fenômeno a partir dos múltiplos olhares dos sujeitos envolvidos no processo. Acredito que tenha sido uma decisão acertada, visto a importância de todos os envolvidos para o aprofundamento da discussão e da compreensão do fenômeno.

Alguns seminários, para discutir a evasão, foram realizados nos anos de 2017 e 2018 e percebi a necessidade de ampliar a discussão com toda a comunidade acadêmica, pois muitos ainda não têm o entendimento da real dimensão do problema.

Como, a evasão é um fenômeno complexo, multicausal, multifacetado e que deve ser analisado a partir das múltiplas perspectivas (escola, sistema de ensino e indivíduo), a compreensão do fenômeno se deu a partir dos contextos de investigação (o contexto institucional, o contexto individual/social, o contexto individual/institucional e o contexto externo), essa análise foi necessária para categorizar os fatores associados à evasão quanto ao contexto de investigação, na busca da compreensão de como a instituição tem contribuído com a evasão e o que deve ser feito para preveni-la ou minimizá-la (DORE, ARAÚJO & MENDES, 2014).

A partir desse entendimento, a proposta interventiva foi sendo delineada e no decorrer do trabalho foram sendo discutidas as ações necessárias para conter o fenômeno nos cursos objetos deste estudo, bem como foi destinado um capítulo próprio para a apresentação da proposta interventiva.

Apesar de existir uma política de permanência e êxito voltada para a RFEPCT, os estudos mostraram que ela não está sendo executada no âmbito do *campus* Sagueiro do IF Sertão-PE. Essa política orientou a constituição de uma comissão permanente, a qual existe, mas está inativa. Esse estudo apontou não só a

necessidade do restabelecimento da comissão, mas sua reestruturação, de modo que todos os setores do ensino estejam envolvidos no processo.

O estudo também apontou a necessidade do estabelecimento, como política institucional, de cursos de nivelamento em língua portuguesa (produção e interpretação textuais) e matemática, assim como a formação continuada para os professores.

Outros apontamentos foram apresentados no decorrer das discussões e enfatizados no capítulo 6.

Como a pesquisa foi direcionada aos cursos do EMI, faz-se necessária a realização de estudos para compreender a dimensão da evasão escolar nos demais cursos e modalidades de ensino, bem como os fatores associados com vistas à proposição de ações voltadas para o enfrentamento do fenômeno.

## 8 REFERÊNCIAS

ARAUJO, R. M. L.; FRIGOTTO, G. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015. Disponível em: <<http://www.revistaeduquestao.educ.ufrn.br/pdfs/v52n38.pdf>> acesso em: 15 de outubro de 2018.

Arnal, J., Del Rincón, D. & Latorre, A. **Investigación Educativa – Fundamentos y Metodología**. Barcelona: Editorial Labor, 1992.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Educação e exclusão da cidadania. In BUFFA, Ester. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_. Políticas educacionais e desigualdades: a procura de novos significados. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 31, n. 113, out./dez. 2010.

\_\_\_\_\_. Políticas educacionais, igualdades e diferenças. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 83-94, jan./abr. 2011.

\_\_\_\_\_. O direito do Trabalhador à Educação. In: **Trabalho e Conhecimento: Dilemas na Educação do Trabalhador**. Gomez. Carlos Minayo et al. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BOGDAN, R.C.; BIKLEN, S.K. **Investigação qualitativa em educação - uma introdução às teorias e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BONETI, Lindomar W. (coord.). **Educação, Exclusão e Cidadania**. Ijuí: Unijuí, 2003.

BRASIL. **Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978**. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 08 de abril de 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005.** Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Portaria SETEC/MEC nº 39/2013, de 22 de novembro de 2013.** Institui Grupo de Trabalho sobre evasão, retenção e conclusão. Brasília, DF: 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Redenção na Rede Federal de Educação Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Brasília, DF: 2014.

CONIF. Câmara de Dirigentes de Ensino. **Parâmetros Gerais do Currículo Integrado na Rede Federal de EPCT.** Brasília-DF, 2018.

COSTA, Jackson Barbosa. **Práticas familiares e desempenho escolar.** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. **Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais.** *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 772-789, set./dez. 2011.

DORE, Rosemary. ARAÚJO, Adilson Cesar de. MENDES, Josué de Sousa. (org.) **Evasão na educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento.** Brasília: Editora do IFB, RIMEPS, 2014.

FINI, R.; DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. Insucesso, fracasso, abandono, evasão: Um debate multifacetado. In: CUNHA, D. M. et al. (Org.) **Formação/profissionalização de professores e formação profissional e tecnológica: fundamentos e reflexões contemporâneas.** Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2013. p. 235-271.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A gênese do Decreto n. 5154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, G. et al. (Orgs.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005. p. 21-56.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da Educação Brasileira.** 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

GOMES, Candido Alberto; VASCONCELO, Ivar César Oliveira; COELHO, Silvia Regina dos Santos. (Orgs.) **Ensino Médio: impasses e dilemas**. Brasília, DF: Cidade Gráfica Editora, 2018.

IF SERTÃO-PE. Instituto De Educação, Ciência E Tecnologia Do Sertão Pernambucano. **Planejamento estratégico institucional de permanência e Êxito dos estudantes**. 2016.

MEC. Ministério da Educação. DPE/DDR/SETEC/MEC. Diretoria de Políticas da Educação profissional e Tecnológica. **Nota Informativa nº 138, de 15 de julho de 2015**. Informa e orienta as Instituições da Rede Federal sobre a construção dos Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e Êxito dos Estudantes.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Linha do Tempo**. Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <[http://redefederal.mec.gov.br/images/pdf/linha\\_tempo\\_11042016.pdf](http://redefederal.mec.gov.br/images/pdf/linha_tempo_11042016.pdf)>. Acesso em: 28 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira – INEP. **Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar 1997-2015**. Disponível em: <<http://matricula.educacenso.inep.gov.br/>> Acesso em: 08 de abril de 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017**. Brasília: INEP, 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>> Acesso em: 10 de abril, 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2016**. Brasília: INEP/MEC, 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>> Acesso em: 10 de abril, 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Indicadores Educacionais: taxas de rendimento de 2011-2016**. Brasília: INEP, 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais>> Acesso em: 08 de abril, 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria 1.291, de 30 de dezembro de 2013**. Estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e define parâmetros e normas para a sua expansão. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/docman/41001-por-1291-2013-393-2016-setec-pdf/file>> Acesso em: 30/04/2018

MEIRA, Cristiane Araújo. **A evasão escolar no ensino técnico profissionalizante: um estudo de caso no campus Cariacica do Instituto Federal do Espírito Santo**. 2015. 118 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

MERRIAM, S. **Case study research in education: A qualitative approach**. San Francisco, CA: Jossey-Bass, 1988.

JOHANN, Cristiane Cabral. **Evasão escolar no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense: um estudo de caso no Campus Passo Fundo**. 2012. 119f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012.

NARCISO, Luciana Gusmão de Souza. **Análise da evasão nos cursos técnicos do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – campus Arinos: exclusão da escola ou exclusão na escola?** 2015. 262 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

OLIVEIRA, R. A Reforma da Educação Profissional nos anos 90. In: BATISTA, Eraldo Leme. MULLER, Meire Terezinha. Orgs. **A Educação Profissional no Brasil: histórias, desafios e perspectivas para o século XXI**. Campina – São Paulo, Editora Alínea 2013, p. 219-234.

ORTIGARA, C. GANZELI, P. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: permanências e mudanças. In: BATISTA, Eraldo Leme. MULLER, Meire Terezinha. Orgs. **A Educação Profissional no Brasil: histórias, desafios e perspectivas para o século XXI**. Campina – São Paulo, Editora Alínea 2013, p. 257-280.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Moderna: São Paulo, 2011.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**, Editora Casa do Psicólogo: 1987.

PILETTI. Claudino e PILETTI, Nelson. **História da Educação: de Confúcio a Paulo Freire**. 1. Ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

SAGE. **Sistema de Apoio à Gestão Escolar**. 2018.

IISNEMI. **II Seminário Nacional do Ensino Médio Integrado**. Instituto Federal de Brasília. Brasília – DF, 2018.

SETEC/MEC. Secretaria de Educação profissional e Tecnológica. **Portaria nº 39, de 22 de novembro de 2013**. Disponível em: <[http://www.andifes.org.br/wp-content/files\\_flutter/138563852990\\_MEC-SETEC\\_-\\_Port39\\_-\\_22-11-13\\_-\\_GT\\_estudo\\_evasao\\_retencao\\_conclusao.pdf](http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/138563852990_MEC-SETEC_-_Port39_-_22-11-13_-_GT_estudo_evasao_retencao_conclusao.pdf)>. Acessado em: 09 de abril de 2017.

SILVA, Augusto Wander. **Evasão Escolar no Ensino Médio no Brasil**. Educação em Foco, ano 19 - n. 29 - set/dez. 2016 - p. 13-34 Disponível em: <<http://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/viewFile/1910/1044>> Acesso em: 15/05/2018.



SOUZA, Juarina Ana da Silveira. **Permanência e Evasão escolar: um Estudo de Caso em uma instituição de ensino profissional**. 2014. 152 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

SPOLAOR, Fernanda Antunes. **O compromisso social da educação ambiental em contextos escolares: um processo de ressignificação de saberes e fazeres na construção de projetos socioambientais**. 2017. 233 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

TCU. Tribunal de Contas da União. **Relatório de Auditoria: Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D92792C014D92847E5F3E97>> Acesso em: 31 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. **Evasão Acórdão nº 506/2013** – TCU – Plenário, de 13 de março de 2013. Brasília, DF: 13 de março de 2013.

## ANEXOS

ANEXO A – LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2018

### Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

#### LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008.

(Vide Decreto nº 7.022, de 2009)

Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I

##### DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições:

I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais;

II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;

III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG;

~~IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais.~~

IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e (Redação dada pela Lei nº 12.677, de 2012)

V - Colégio Pedro II. (Incluído pela Lei nº 12.677, de 2012)

~~Parágrafo único. As instituições mencionadas nos incisos I, II e III do caput deste artigo possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.~~

Parágrafo único. As instituições mencionadas nos incisos I, II, III e V do caput possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. (Redação dada pela Lei nº 12.677, de 2012)

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas

diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

§ 1º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais.

§ 2º No âmbito de sua atuação, os Institutos Federais exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais.

§ 3º Os Institutos Federais terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica.

Art. 3º A UTFPR configura-se como universidade especializada, nos termos do parágrafo único do art. 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, regendo-se pelos princípios, finalidades e objetivos constantes da Lei nº 11.184, de 7 de outubro de 2005.

~~Art. 4º As Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais são estabelecimentos de ensino pertencentes à estrutura organizacional das universidades federais, dedicando-se, precipuamente, à oferta de formação profissional técnica de nível médio, em suas respectivas áreas de atuação.~~

Art. 4º-A. O Colégio Pedro II é instituição federal de ensino, pluricurricular e multicampi, vinculada ao Ministério da Educação e especializada na oferta de educação básica e de licenciaturas. (Incluído pela Lei nº 12.677, de 2012)

Parágrafo único. O Colégio Pedro II é equiparado aos institutos federais para efeito de incidência das disposições que regem a autonomia e a utilização dos instrumentos de gestão do quadro de pessoal e de ações de regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação profissional e superior. (Incluído pela Lei nº 12.677, de 2012)

## CAPÍTULO II

### DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

#### Seção I

##### Da Criação dos Institutos Federais

Art. 5º Ficam criados os seguintes Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:

I - Instituto Federal do Acre, mediante transformação da Escola Técnica Federal do Acre;

II - Instituto Federal de Alagoas, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas e da Escola Agrotécnica Federal de Satuba;

III - Instituto Federal do Amapá, mediante transformação da Escola Técnica Federal do Amapá;

IV - Instituto Federal do Amazonas, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e das Escolas Agrotécnicas Federais de Manaus e de São Gabriel da Cachoeira;

V - Instituto Federal da Bahia, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia;

VI - Instituto Federal Baiano, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, de Guanambi (Antonio José Teixeira), de Santa Inês e de Senhor do Bonfim;

VII - Instituto Federal de Brasília, mediante transformação da Escola Técnica Federal de Brasília;

VIII - Instituto Federal do Ceará, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e de Iguatu;

IX - Instituto Federal do Espírito Santo, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo e das Escolas Agrotécnicas Federais de Alegre, de Colatina e de Santa Teresa;

X - Instituto Federal de Goiás, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás;

XI - Instituto Federal Goiano, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Rio Verde e de Urutaí, e da Escola Agrotécnica Federal de Ceres;

XII - Instituto Federal do Maranhão, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão e das Escolas Agrotécnicas Federais de Codó, de São Luís e de São Raimundo das Mangabeiras;

XIII - Instituto Federal de Minas Gerais, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Ouro Preto e de Bambuí, e da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista;

XIV - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária e da Escola Agrotécnica Federal de Salinas;

XV - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba e da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena;

XVI - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Inconfidentes, de Machado e de Muzambinho;

XVII - Instituto Federal do Triângulo Mineiro, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba e da Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia;

XVIII - Instituto Federal de Mato Grosso, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Mato Grosso e de Cuiabá, e da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres;

XIX - Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, mediante integração da Escola Técnica Federal de Mato Grosso do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina;

XX - Instituto Federal do Pará, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e de Marabá;

XXI - Instituto Federal da Paraíba, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba e da Escola Agrotécnica Federal de Sousa;

XXII - Instituto Federal de Pernambuco, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco e das Escolas Agrotécnicas Federais de Barreiros, de Belo Jardim e de Vitória de Santo Antão;

XXIII - Instituto Federal do Sertão Pernambucano, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina;

XXIV - Instituto Federal do Piauí, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí;

XXV - Instituto Federal do Paraná, mediante transformação da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná;

XXVI - Instituto Federal do Rio de Janeiro, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis;

XXVII - Instituto Federal Fluminense, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos;

XXVIII - Instituto Federal do Rio Grande do Norte, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte;

XXIX - Instituto Federal do Rio Grande do Sul, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, da Escola Técnica Federal de Canoas e da Escola Agrotécnica Federal de Sertão;

XXX - Instituto Federal Farroupilha, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete;

XXXI - Instituto Federal Sul-rio-grandense, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas;

XXXII - Instituto Federal de Rondônia, mediante integração da Escola Técnica Federal de Rondônia e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste;

XXXIII - Instituto Federal de Roraima, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima;

XXXIV - Instituto Federal de Santa Catarina, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina;

XXXV - Instituto Federal Catarinense, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, de Rio do Sul e de Sombrio;

XXXVI - Instituto Federal de São Paulo, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo;

XXXVII - Instituto Federal de Sergipe, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe e da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão; e

XXXVIII - Instituto Federal do Tocantins, mediante integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins.

§ 1º As localidades onde serão constituídas as reitorias dos Institutos Federais constam do Anexo I desta Lei.

§ 2º A unidade de ensino que compõe a estrutura organizacional de instituição transformada ou integrada em Instituto Federal passa de forma automática, independentemente de qualquer formalidade, à condição de campus da nova instituição.

§ 3º A relação de Escolas Técnicas Vinculadas a Universidades Federais que passam a integrar os Institutos Federais consta do Anexo II desta Lei.

§ 4º As Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais não mencionadas na composição dos Institutos Federais, conforme relação constante do Anexo III desta Lei, poderão, mediante aprovação do Conselho Superior de sua respectiva universidade federal, propor ao Ministério da Educação a adesão ao Instituto Federal que esteja constituído na mesma base territorial.

§ 5º A relação dos campi que integrarão cada um dos Institutos Federais criados nos termos desta Lei será estabelecida em ato do Ministro de Estado da Educação.

§ 6º Os Institutos Federais poderão conceder bolsas de pesquisa, desenvolvimento, inovação e intercâmbio a alunos, docentes e pesquisadores externos ou de empresas, a serem regulamentadas por órgão técnico competente do Ministério da Educação. (Incluído pela Lei nº 12.863, de 2013)

## Seção II

### Das Finalidades e Características dos Institutos Federais

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

## Seção III

### Dos Objetivos dos Institutos Federais

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Art. 8º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea *b* do inciso VI do caput do citado art. 7º.

§ 1º O cumprimento dos percentuais referidos no caput deverá observar o conceito de aluno-equivalente, conforme regulamentação a ser expedida pelo Ministério da Educação.

§ 2º Nas regiões em que as demandas sociais pela formação em nível superior justificarem, o Conselho Superior do Instituto Federal poderá, com anuência do Ministério da Educação, autorizar o ajuste da oferta desse nível de ensino, sem prejuízo do índice definido no caput deste artigo, para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei.

#### Seção IV

#### Da Estrutura Organizacional dos Institutos Federais

Art. 9º Cada Instituto Federal é organizado em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

Art. 10. A administração dos Institutos Federais terá como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior.

§ 1º As presidências do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior serão exercidas pelo Reitor do Instituto Federal.

§ 2º O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, será composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos campi que integram o Instituto Federal.

§ 3º O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, será composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica.

§ 4º O estatuto do Instituto Federal disporá sobre a estruturação, as competências e as normas de funcionamento do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior.

Art. 11. Os Institutos Federais terão como órgão executivo a reitoria, composta por 1 (um) Reitor e 5 (cinco) Pró-Reitores. (Regulamento)

~~§ 1º Poderão ser nomeados Pró-Reitores os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica.~~

§ 1º Poderão ser nomeados Pró-Reitores os servidores ocupantes de cargo efetivo da Carreira docente ou de cargo efetivo com nível superior da Carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica. (Redação dada pela Lei nº 12.772, de 2012)

§ 2º A reitoria, como órgão de administração central, poderá ser instalada em espaço físico distinto de qualquer dos campi que integram o Instituto Federal, desde que previsto em seu estatuto e aprovado pelo Ministério da Educação.

Art. 12. Os Reitores serão nomeados pelo Presidente da República, para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade escolar do respectivo Instituto Federal, atribuindo-se o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, de 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente. (Regulamento)

§ 1º Poderão candidatar-se ao cargo de Reitor os docentes pertencentes ao Quadro de Pessoal Ativo Permanente de qualquer dos campi que integram o Instituto Federal, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica e que atendam a, pelo menos, um dos seguintes requisitos:

I - possuir o título de doutor; ou

II - estar posicionado nas Classes DIV ou DV da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, ou na Classe de Professor Associado da Carreira do Magistério Superior.



§ 2º O mandato de Reitor extingue-se pelo decurso do prazo ou, antes desse prazo, pela aposentadoria, voluntária ou compulsória, pela renúncia e pela destituição ou vacância do cargo.

§ 3º Os Pró-Reitores são nomeados pelo Reitor do Instituto Federal, nos termos da legislação aplicável à nomeação de cargos de direção.

Art. 13. Os campi serão dirigidos por Diretores-Gerais, nomeados pelo Reitor para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade do respectivo campus, atribuindo-se o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, de 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente. (Regulamento)

§ 1º Poderão candidatar-se ao cargo de Diretor-Geral do campus os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica e que se enquadrem em pelo menos uma das seguintes situações:

I - preencher os requisitos exigidos para a candidatura ao cargo de Reitor do Instituto Federal;

II - possuir o mínimo de 2 (dois) anos de exercício em cargo ou função de gestão na instituição;  
ou

III - ter concluído, com aproveitamento, curso de formação para o exercício de cargo ou função de gestão em instituições da administração pública.

§ 2º O Ministério da Educação expedirá normas complementares dispondo sobre o reconhecimento, a validação e a oferta regular dos cursos de que trata o inciso III do § 1º deste artigo.

#### CAPÍTULO II-A (Incluído pela Lei nº 12.677, de 2012)

##### DO COLÉGIO PEDRO II

Art. 13-A. O Colégio Pedro II terá a mesma estrutura e organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. (Incluído pela Lei nº 12.677, de 2012)

Art. 13-B. As unidades escolares que atualmente compõem a estrutura organizacional do Colégio Pedro II passam de forma automática, independentemente de qualquer formalidade, à condição de campi da instituição. (Incluído pela Lei nº 12.677, de 2012)

Parágrafo único. A criação de novos campi fica condicionada à expedição de autorização específica do Ministério da Educação. (Incluído pela Lei nº 12.677, de 2012)

#### CAPÍTULO III

##### DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14. O Diretor-Geral de instituição transformada ou integrada em Instituto Federal nomeado para o cargo de Reitor da nova instituição exercerá esse cargo até o final de seu mandato em curso e em caráter pro tempore, com a incumbência de promover, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a elaboração e encaminhamento ao Ministério da Educação da proposta de estatuto e de plano de desenvolvimento institucional do Instituto Federal, assegurada a participação da comunidade acadêmica na construção dos referidos instrumentos.

§ 1º Os Diretores-Gerais das instituições transformadas em campus de Instituto Federal exercerão, até o final de seu mandato e em caráter pro tempore, o cargo de Diretor-Geral do respectivo campus.

§ 2º Nos campi em processo de implantação, os cargos de Diretor-Geral serão providos em caráter pro tempore, por nomeação do Reitor do Instituto Federal, até que seja possível identificar candidatos que atendam aos requisitos previstos no § 1º do art. 13 desta Lei.

§ 3º O Diretor-Geral nomeado para o cargo de Reitor Pro-Tempore do Instituto Federal, ou de Diretor-Geral Pro-Tempore do Campus, não poderá candidatar-se a um novo mandato, desde que já se encontre no exercício do segundo mandato, em observância ao limite máximo de investidura permitida, que são de 2 (dois) mandatos consecutivos.

Art. 15. A criação de novas instituições federais de educação profissional e tecnológica, bem como a expansão das instituições já existentes, levará em conta o modelo de Instituto Federal, observando ainda os parâmetros e as normas definidas pelo Ministério da Educação.

Art. 16. Ficam redistribuídos para os Institutos Federais criados nos termos desta Lei todos os cargos e funções, ocupados e vagos, pertencentes aos quadros de pessoal das respectivas instituições que os integram.

§ 1º Todos os servidores e funcionários serão mantidos em sua lotação atual, exceto aqueles que forem designados pela administração superior de cada Instituto Federal para integrar o quadro de pessoal da Reitoria.

§ 2º A mudança de lotação de servidores entre diferentes campi de um mesmo Instituto Federal deverá observar o instituto da remoção, nos termos do art. 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 17. O patrimônio de cada um dos novos Institutos Federais será constituído:

I - pelos bens e direitos que compõem o patrimônio de cada uma das instituições que o integram, os quais ficam automaticamente transferidos, sem reservas ou condições, ao novo ente;

II - pelos bens e direitos que vier a adquirir;

III - pelas doações ou legados que receber; e

IV - por incorporações que resultem de serviços por ele realizado.

Parágrafo único. Os bens e direitos do Instituto Federal serão utilizados ou aplicados, exclusivamente, para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados a não ser nos casos e condições permitidos em lei.

Art. 18. Os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG, não inseridos no reordenamento de que trata o art. 5º desta Lei, permanecem como entidades autárquicas vinculadas ao Ministério da Educação, configurando-se como instituições de ensino superior pluricurriculares, especializadas na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, caracterizando-se pela atuação prioritária na área tecnológica, na forma da legislação.

Art. 19. Os arts. 1º, 2º, 4º e 5º da Lei nº 11.740, de 16 de julho de 2008, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, para redistribuição a instituições federais de educação profissional e tecnológica:

..... ” (NR)

“Art. 2º Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, para alocação a instituições federais de educação profissional e tecnológica, os seguintes cargos em comissão e as seguintes funções gratificadas:

I - 38 (trinta e oito) cargos de direção - CD-1;

.....

IV - 508 (quinhentos e oito) cargos de direção - CD-4;

.....

VI - 2.139 (duas mil, cento e trinta e nove) Funções Gratificadas - FG-2.

..... ” (NR)

“Art. 4º Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, para redistribuição a instituições federais de ensino superior, nos termos de ato do Ministro de Estado da Educação, os seguintes cargos:

..... ” (NR)

“Art. 5º Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, para alocação a instituições federais de ensino superior, nos termos de ato do Ministro de Estado da Educação, os seguintes Cargos de Direção - CD e Funções Gratificadas - FG:

..... ” (NR)

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de dezembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

*Fernando Haddad*

*Paulo Bernardo Silva*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 30.12.2008

#### ANEXO I

Localidades onde serão constituídas as Reitorias dos novos Institutos Federais

Instituição	Sede da Reitoria
Instituto Federal do Acre	Rio Branco
Instituto Federal de Alagoas	Maceió
Instituto Federal do Amapá	Macapá
Instituto Federal do Amazonas	Manaus
Instituto Federal da Bahia	Salvador
Instituto Federal Baiano	Salvador
Instituto Federal de Brasília	Brasília
Instituto Federal do Ceará	Fortaleza
Instituto Federal do Espírito Santo	Vitória

Instituto Federal de Goiás	Goiânia
Instituto Federal Goiano	Goiânia
Instituto Federal do Maranhão	São Luís
Instituto Federal de Minas Gerais	Belo Horizonte
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	Montes Claros
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	Juiz de Fora
Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	Pouso Alegre
Instituto Federal do Triângulo Mineiro	Uberaba
Instituto Federal de Mato Grosso	Cuiabá
Instituto Federal de Mato Grosso do Sul	Campo Grande
Instituto Federal do Pará	Belém
Instituto Federal da Paraíba	João Pessoa
Instituto Federal de Pernambuco	Recife
Instituto Federal do Sertão Pernambucano	Petrolina
Instituto Federal do Piauí	Teresina
Instituto Federal do Paraná	Curitiba
Instituto Federal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Instituto Federal Fluminense	Campos dos Goytacazes
Instituto Federal do Rio Grande do Norte	Natal
Instituto Federal do Rio Grande do Sul	Bento Gonçalves
Instituto Federal Farroupilha	Santa Maria
Instituto Federal Sul-rio-grandense	Pelotas
Instituto Federal de Rondônia	Porto Velho
Instituto Federal de Roraima	Boa Vista
Instituto Federal de Santa Catarina	Florianópolis
Instituto Federal Catarinense	Blumenau
Instituto Federal de São Paulo	São Paulo
Instituto Federal de Sergipe	Aracaju
Instituto Federal do Tocantins	Palmas

## ANEXO II

Escolas Técnicas Vinculadas que passam a integrar os Institutos Federais

<b>Escola Técnica Vinculada</b>	<b>Instituto Federal</b>
Colégio Técnico Universitário – UFJF	Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Colégio Agrícola Nilo Peçanha – UFF	Instituto Federal do Rio de Janeiro
Colégio Técnico Agrícola Ildefonso Bastos Borges - UFF	Instituto Federal Fluminense
Escola Técnica – UFPR	Instituto Federal do Paraná
Escola Técnica – UFRGS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
Colégio Técnico Industrial Prof. Mário Alquati – FURG	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
Colégio Agrícola de Camboriú – UFSC	Instituto Federal Catarinense
Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes – UFSC	Instituto Federal Catarinense

## ANEXO III

Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais

<b>Escola Técnica Vinculada</b>	<b>Universidade Federal</b>
Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima - UFRR	Universidade Federal de Roraima
Colégio Universitário da UFMA	Universidade Federal do Maranhão
Escola Técnica de Artes da UFAL	Universidade Federal de Alagoas
Colégio Técnico da UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
Centro de Formação Especial em Saúde da UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Escola Técnica de Saúde da UFU	Universidade Federal de Uberlândia
Centro de Ensino e Desenvolvimento Agrário da UFV	Universidade Federal de Viçosa

Escola de Música da UFP	Universidade Federal do Pará
Escola de Teatro e Dança da UFP	Universidade Federal do Pará
Colégio Agrícola Vidal de Negreiros da UFPB	Universidade Federal da Paraíba
Escola Técnica de Saúde da UFPB	Universidade Federal da Paraíba
Escola Técnica de Saúde de Cajazeiras da UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
Colégio Agrícola Dom Agostinho Ikas da UFRP	Universidade Federal Rural de Pernambuco
Colégio Agrícola de Floriano da UFPI	Universidade Federal do Piauí
Colégio Agrícola de Teresina da UFPI	Universidade Federal do Piauí
Colégio Agrícola de Bom Jesus da UFPI	Universidade Federal do Piauí
Colégio Técnico da UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Escola Agrícola de Jundiá da UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Escola de Enfermagem de Natal da UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Escola de Música da UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça da UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
Colégio Agrícola de Frederico Westphalen da UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria	Universidade Federal de Santa Maria
Colégio Técnico Industrial da Universidade Federal de Santa Maria	Universidade Federal de Santa Maria

\*

ANEXO B – DECRETO Nº 5.154, DE 23 DE JULHO DE 2004

**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**DECRETO Nº 5.154 DE 23 DE JULHO DE 2004.**

Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição,

**DECRETA:**

Art. 1º A educação profissional, prevista no art. 39 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de:

~~I - formação inicial e continuada de trabalhadores;~~

I - qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores; (Redação dada pelo Decreto nº 8.268, de 2014)

II - educação profissional técnica de nível médio; e

III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

§ 1º Os cursos e programas da educação profissional de que tratam os incisos I e II do **caput** serão organizados por regulamentação do Ministério da Educação em trajetórias de formação que favoreçam a continuidade da formação. (Incluído pelo Decreto nº 8.268, de 2014)

§ 2º Para os fins do disposto neste Decreto, consideram-se itinerários formativos ou trajetórias de formação as unidades curriculares de cursos e programas da educação profissional, em uma determinada área, que possibilitem o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos. (Incluído pelo Decreto nº 8.268, de 2014)

§ 3º Será permitida a proposição de projetos de cursos experimentais com carga horária diferenciada para os cursos e programas organizados na forma prevista no § 1º, conforme os parâmetros definidos em ato do Ministro de Estado da Educação. (Incluído pelo Decreto nº 8.268, de 2014)

Art. 2º A educação profissional observará as seguintes premissas:

I - organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica;

~~II - articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia.~~

II - articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia; (Redação dada pelo Decreto nº 8.268, de 2014)

III - a centralidade do trabalho como princípio educativo; e (Incluído pelo Decreto nº 8.268, de 2014)

IV - a indissociabilidade entre teoria e prática. (Incluído pelo Decreto nº 8.268, de 2014)

Art. 3º Os cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, referidos no inciso I do art. 1º, incluídos a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social.

~~§ 1º Para fins do disposto no **caput** considera-se itinerário formativo o conjunto de etapas que compõem a organização da educação profissional em uma determinada área, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos.~~

§ 1º Quando organizados na forma prevista no § 1º do art. 1º, os cursos mencionados no **caput** terão carga horária mínima de cento e sessenta horas para a formação inicial, sem prejuízo de etapas posteriores de formação continuada, inclusive para os fins da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. (Redação dada pelo Decreto nº 8.268, de 2014)

§ 2º Os cursos mencionados no **caput** articular-se-ão, preferencialmente, com os cursos de educação de jovens e adultos, objetivando a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, o qual, após a conclusão com aproveitamento dos referidos cursos, fará jus a certificados de formação inicial ou continuada para o trabalho.

Art. 4º A educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no § 2º do art. 36, art. 40 e parágrafo único do art. 41 da Lei nº 9.394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, observados:

I - os objetivos contidos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação;

II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; e

III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.

§ 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

§ 2º Na hipótese prevista no inciso I do § 1º, a instituição de ensino deverá, observados o inciso I do art. 24 da Lei nº 9.394, de 1996, e as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio, ampliar a carga horária total do curso, a fim de assegurar, simultaneamente, o cumprimento das finalidades estabelecidas para a formação geral e as condições de preparação para o exercício de profissões técnicas.

Art. 5º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne aos objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 6º Os cursos e programas de educação profissional técnica de nível médio e os cursos de educação profissional tecnológica de graduação, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, incluirão saídas intermediárias, que possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após sua conclusão com aproveitamento.

§ 1º Para fins do disposto no **caput** considera-se etapa com terminalidade a conclusão intermediária de cursos de educação profissional técnica de nível médio ou de cursos de educação profissional tecnológica de graduação que caracterize uma qualificação para o trabalho, claramente definida e com identidade própria.

§ 2º As etapas com terminalidade deverão estar articuladas entre si, compondo os itinerários formativos e os respectivos perfis profissionais de conclusão.

Art. 7º Os cursos de educação profissional técnica de nível médio e os cursos de educação profissional tecnológica de graduação conduzem à diplomação após sua conclusão com aproveitamento.

Parágrafo único. Para a obtenção do diploma de técnico de nível médio, o aluno deverá concluir seus estudos de educação profissional técnica de nível médio e de ensino médio.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revoga-se o Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997.

Brasília, 23 de julho de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
*Fernando Haddad*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 26.7.2004

\*



## ANEXO C – ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – ASSISTENTE SOCIAL

1. Comente um pouco sobre as atividades desenvolvidas pela assistência social.
2. Qual o entendimento sobre assistência estudantil?
3. Quais as principais ações da Assistência estudantil e quais delas você considera mais importantes para os objetivos do PNAES?
4. O que compreende sobre evasão escolar?
5. Em seu cotidiano profissional, você identifica ações que combatam a evasão escolar? Quais?
6. Como o Serviço Social pode contribuir para a contenção da evasão escolar?
7. Como estão organizadas as ações de enfrentamento à evasão escolar? Envolvem equipe multidisciplinar?
8. Como você relaciona o direito à educação e a evasão escolar?
9. Para você, o que deve ser feito para, efetivamente, conter a evasão escolar no campus Salgueiro?

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DISCENTE EM CURSO

#### Questionário – Discente em curso:

Nome: \_\_\_\_\_

1) Sexo:

a) Masculino

b) Feminino

Qual a sua faixa etária:

( ) entre 12 a 15 anos;      ( ) entre 16 a 18 anos    ( ) maior de 18 anos

2) Estado civil

a) Solteiro

b) Casado

c) Divorciado/Separado

d) Outros

3) Qual é o maior grau de escolaridade na família (pai ou mãe)

a) Nenhuma

b) Ensino fundamental incompleto

c) Ensino fundamental completo

d) Ensino médio incompleto

e) Ensino médio completo

f) Superior incompleto

- g) Superior completo
- h) Pós graduação (especialização, mestrado ou doutorado)

4) Renda familiar dos entrevistados

- a) menor que 1 salário mínimo
- b) De 1 a 2 salários mínimos
- c) De de 2 a 3 salários mínimos
- d) De de 3 a 5 salários mínimos
- e) Mais de 5 salários mínimos

5) Qual meio de transporte utilizado para se chegar ao IF?

- transporte público  carro
- bicicleta  caminhando
- outro: \_\_\_\_\_

6) Você trabalha?

- Sim  Não

7) Qual o curso realizado por você no Instituto Federal?

8) Que avaliação você faz do curso que realiza?

9) Como é a atuação da coordenação?

10) Como é a atuação dos docentes?

11) Tem dificuldade em alguma(s) disciplina(s)? Qual/quais?

12) O que tem sido feito para sanar suas dificuldades nas disciplinas?

13) Quais as dificuldades que você enfrenta para se manter no IF Sertão-PE?

14) O que te motiva a continuar no IF Sertão-PE?

15) O que o IF Sertão-PE poderia fazer para melhorar suas condições de permanência no curso?

16) Com relação a evasão escolar, conhece alguém que iniciou e não concluiu o Ensino Médio Integrado aqui no IF Sertão-PE Campus Salgueiro?

sim                       não

17) Na sua opinião, quais são os principais fatores que levam à evasão escolar?

- a falta de motivação e interesse;
- a dificuldade de conciliar o trabalho e o escola;
- falta de meio de transporte;
- fatores sociais como: uso de drogas; trabalho precoce; violência doméstica.
- problemas com bullying – anglicismo (termo) que se refere a atos de intimidação e violência física ou psicológica, geralmente em ambiente escolar;
- falta de professores;
- gravidez na adolescência;
- renda insuficiente para manter os estudos (ônibus, materiais escolares, entre outros);
- falta de apoio dos pais e familiares;
- dificuldade na compreensão dos conteúdos;
- desmotivação;
- Falta de base em decorrência de ensino anterior;
- outros, especifique: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DISCENTE EVADIDO

### QUESTIONÁRIO/ENTREVISTA DISCENTE EVADIDO

#### PARTE I - Perfil do Evadido

1) Sexo:

- a) Masculino
- b) Feminino

2) Estado civil no momento da evasão (época do abandono/trancamento):

- a) Solteiro
- b) Casado
- c) Divorciado/Separado
- d) Outros

3) Qual é o maior grau de escolaridade na família (pai ou mãe)

- a) Nenhuma
- b) Ensino fundamental incompleto
- c) Ensino fundamental completo
- d) Ensino médio incompleto
- e) Ensino médio completo
- f) Superior incompleto
- g) Superior completo
- h) Pós graduação (especialização, mestrado ou doutorado)

4) Renda familiar dos entrevistados

- a) menor que 1 salário mínimo
- b) De 1 a 2 salários mínimos

- c) De de 2 a 3 salários mínimos
- d) De de 3 a 5 salários mínimos
- e) Mais de 5 salários mínimos

5) Como era o relacionamento com os colegas?

- a) Inexistente
- b) Fraco, baixo envolvimento
- c) Moderado
- d) Ótimo

6) Qual foi ano de ingresso no curso que evadiu: \_\_\_\_\_

7) Qual o curso realizado no IF Sertão-PE: \_\_\_\_\_

8) Por quanto tempo você frequentou o curso que se matriculou no IF Sertão-PE Campus Salgueiro:

- a) Não frequentei
- b) frequentei um semestre incompleto
- c) frequentei um semestre completo
- d) frequentei até primeiro ano
- e) frequentei até segundo ano
- f) frequentei até terceiro ano
- g) outro: \_\_\_\_\_

9) Quantos anos você tinha quando ingressou no curso?

\_\_\_\_\_

10) Você teve reprovação em alguma disciplina? Qual/quais?

11) Sua situação acadêmica atual é:

- a) Abandonei definitivamente os estudos
- b) Ainda não decidi se volto a estudar
- c) Estou frequentando outro curso/instituição de ensino
- d) Já finalizei o ensino médio

12) Caso esteja matriculado em outro curso ou em outra instituição ou já tenha finalizado o ensino médio, preencha as questões abaixo:

- Curso: \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Em que ano ingressou neste curso/instituição? \_\_\_\_\_

13) Caso NÃO esteja matriculado (a) em outro curso, ou não tenha finalizado o ensino médio, você tem interesse em retornar os estudos?

- a) Sim
- b) Não

## **PARTE 2 – algumas questões do fenômeno da pesquisa**

1. Quais foram as principais dificuldades encontradas por você durante o tempo em que você permaneceu no curso?
2. Em relação à pergunta acima. Esses motivos contribuíram para fazer com que você desistisse do curso?
3. Qual o principal motivo que o levou a abandonar o curso?
4. Você acha que a instituição poderia ter contribuído para sua permanência no curso? De que forma?

## APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DOCENTE

**Questionário Docente:**

1.

Nome: \_\_\_\_\_

–

2. Qual a sua área de formação?

\_\_\_\_\_

–

3. Você possui curso de licenciatura?

\_\_\_\_\_

–

4. Você possui curso de formação pedagógica?

\_\_\_\_\_

5. Em que ano finalizou a licenciatura ou o curso de formação pedagógica?

\_\_\_\_\_

6. Grua de instrução:

\_\_\_\_\_

7. Qual sua área de atuação no Instituto Federal?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

8. Cursos e turmas/séries do ensino médio integrado em que atua:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

9. Desde que ano atua no ensino médio integrado do Instituto Federal?

\_\_\_\_\_

10. Quais as dificuldades com que se depara ao atuar nas turmas do ensino médio integrado?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

11. O que tem feito frente às dificuldades elencadas acima?

\_\_\_\_\_

12. Você percebe se há diminuição de alunos nas suas turmas no decorrer do ano letivo?

\_\_\_\_\_



13. Se a resposta anterior for sim, responda a seguir: Qual o procedimento realizado por você ao perceber a saída dos estudantes da escola no decorrer do ano letivo?

---

---

14. No seu campus de atuação, há alguma política para acompanhamento dos alunos propensos a evadir? Se sim, qual?

---

---

15. Quais as maiores lacunas detectadas nos alunos ingressantes em termos de base para os propósitos do curso?

---

---

16. Os alunos, das turmas em que atua, apresentam dificuldades em sua/suas disciplina (s)? Quais?

---

---

---

17. O que você tem feito diante das dificuldades elencadas acima?

---

---

18. A gestão de ensino tem ciência dessas dificuldades? Se sim, o que tem feito?

---

---

19. Na sua opinião, a evasão escolar dos estudantes dos cursos do ensino médio integrado está associada a que fatores?

---

---

20. O que deve ser feito para conter a evasão escolar das turmas /cursos do ensino médio integrado?

---

## APÊNDICE D – ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – SERVIDORES LIGADOS AO ENSINO

### PARTE 1 – Dados do entrevistado:

Cargo ou Função: \_\_\_\_\_  
Sexo: ( ) masculino ( ) feminino  
Tempo de experiência no magistério: \_\_\_\_\_  
Tempo de experiência nesta instituição: \_\_\_\_\_  
Grau de escolaridade: \_\_\_\_\_

### PARTE 2 – Opinião do entrevistado sobre algumas questões do fenômeno da pesquisa

1. O que compreende sobre evasão escolar?
2. Qual sua opinião com relação às taxas de evasão nos cursos do ensino médio Integrado?
3. Em sua opinião, quais fatores têm favorecido para compor esse alto índice de evasão nos cursos do ensino médio Integrado?
4. Quais os principais motivos que você considera importantes para a permanência do aluno no curso?
5. Quais as principais dificuldades que você percebe que o aluno enfrenta na realização do curso?
6. Quais os fatores que devem ser melhorados dentro do IF Sertão-PE, *Campus Salgueiro* para a permanência do aluno no curso?
7. Em sua opinião, o que a escola faz para favorecer a permanência do aluno na escola?
8. Em seu cotidiano profissional, você identifica ações que combatam a evasão escolar? Quais?
9. Como você relaciona o direito à educação e a evasão escolar?
10. Para você, o que deve ser feito para, efetivamente, conter a evasão escolar no campus Salgueiro?

APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA ADULTOS NÃO ALFABETIZADOS, CRIANÇAS, ADOLESCENTES E PESSOAS LEGALMENTE INCAPAZES



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

CAMPUS SALGUEIRO

BR 232, Km 508, sentido Recife, Zona Rural  
CEP: 56000-000 | Salgueiro/PE - Brasil  
<http://www.ifsertao-pe.edu.br/index.php/campus/salgueiro>  
Tel. (87) 3421-0050

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO  
(PARA ADULTOS NÃO ALFABETIZADOS, CRIANÇAS, ADOLESCENTES E  
PESSOAS LEGALMENTE INCAPAZES (Resolução Nº 466/12 CNS; resolução nº  
510/16 CNS))**

Convidamos o (a) Sr.(a) para participar, como voluntário (a), da pesquisa que tem como objetivo **Investigar as causas da evasão escolar nos cursos técnicos de nível médio em Agropecuária, Edificações e Informática, na modalidade integrada, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano Campus Salgueiro**, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Michele Rufino da Silva, com endereço na Rua Antônio Parente Alencar, 51, CEP 56.000-000, Telefone (87) 988120-1931 e e-mail Michele.rufino@ifsertao-pe.edu.br para contato do pesquisador responsável (inclusive ligações a cobrar). Também participa desta pesquisa a orientadora Sílvia Maria Leite de Almeida.

Este Termo de Consentimento pode conter informações que o/a senhor/a não entenda. Caso haja alguma dúvida, pergunte à pessoa que está lhe entrevistando para que o/a senhor/a esteja bem esclarecido (a) sobre sua participação na pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar em fazer parte do estudo, rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa o/a senhor/a não será penalizado (a) de forma alguma. O (a) Senhor (a) tem o direito de desistir da participação na pesquisa em qualquer tempo, sem qualquer penalidade.

## INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

**Descrição da pesquisa:** Esta pesquisa objetiva investigar as causas de evasão dos alunos dos cursos técnicos de nível médio na modalidade integrada, do IF Sertão-PE, Campus Salgueiro com o fim de identificar os motivos que levam os alunos a evadir na modalidade estudada para a partir dos resultados propor um plano de ação para contenção da evasão escolar. Será utilizado o Sistema de Apoio à Gestão Escolar – SAGE para levantar os dados da evasão e identificar os alunos que evadiram. Já para identificar e compreender as causas de evasão, bem como as políticas de enfrentamento do fenômeno já utilizadas, serão aplicados questionários e realizadas entrevistas com as três categorias que compõem o IF Sertão-PE, Campus Salgueiro: Discentes em curso; discentes que evadiram em 2017/2018; docentes que atuam nos cursos objetos de estudo; servidores técnicos administrativos lotados no departamento de ensino e docentes no exercício de funções administrativas.

### **Esclarecimento do período de participação do sujeito na pesquisa, início e término**

A entrevista que for realizada em lócus terá a duração de 15 a 50 minutos, bem como a que for realizada por ligação telefônica gravada previamente autorizada pelo sujeito participante. As entrevistas que forem feitas por meio de e-mail terão o período de 24 a 48 horas dependendo da disponibilidade em responder dos sujeitos da pesquisa.

**RISCOS:** Especificação dos **riscos diretos** para o participante pode ser o desconforto, constrangimento. Entretanto esses riscos serão amenizados uma vez que será explicado a cada sujeito que eles não são obrigados a responder o que não quiserem, bem como poderão se retirar a qualquer momento da entrevista e serão os primeiros a ouvirem o que for gravado e também a lerem tudo o que for escrito no trabalho final. Podendo retirar o que os constrangerem.

**BENEFÍCIOS:** A compreensão das causas da evasão escolar dos alunos dos cursos técnicos de nível médio na modalidade integrada contribuirá para que ações sejam realizadas de modo a minimizar a evasão, bem como possibilitará a modelagem de uma proposta interventiva.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a participação dos voluntários. Os dados coletados nesta pesquisa, ficarão armazenados em pastas de arquivo ou computador, sob a responsabilidade do pesquisador, no endereço acima informado, pelo período mínimo de 5 anos.

O/A voluntário/a não pagará nada para participar desta pesquisa. Se houver necessidade, as despesas para a participação serão assumidas ou ressarcidas pelos pesquisadores. Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do IF SERTÃO-PE no endereço: Rua Valério Pereira, 72, Centro, Petrolina-PE (sala 201) - Anexo 1 da Reitoria do **IF Sertão-PE**. Telefone: (87) 2101-2359 / Ramal 104 — <http://www.ifsertao-pe.edu.br/index.php/comite-de-etica-em-pesquisa>; [cep@ifsertao-pe.edu.br](mailto:cep@ifsertao-pe.edu.br)

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

---

Assinatura do pesquisador (a)

**CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)**

Eu, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, abaixo assinado pelo meu representante legal, após a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar e esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo de “A Evasão Escolar no IF Sertão-PE: Políticas de Enfrentamento”, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento).

Declaro que concordo em participar dessa pesquisa. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

local e data \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

---

Assinatura do (da) Participante/ Voluntário (a)

---

Assinatura do (a) Responsável Legal ou Pais

**Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar. 02 testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):**

NOME	NOME:
ASSINATURA:	ASSINATURA:

APÊNDICE F – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA  
MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

**CAMPUS SALGUEIRO**

BR 232, Km 508, sentido Recife, Zona Rural  
CEP: 56000-000 | Salgueiro/PE - Brasil  
<http://www.ifsertao-pe.edu.br/index.php/campus/salgueiro>  
Tel. (87) 3421-0050

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO  
(PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS (Resolução Nº 466/12 CNS;  
resolução nº 510/16 CNS))**

Convidamos o (a) Sr.(a) para participar, como voluntário (a), da pesquisa que tem como objetivo **Investigar as causas da evasão escolar nos cursos técnicos de nível médio em Agropecuária, Edificações e Informática, na modalidade integrada, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano Campus Salgueiro**, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Michele Rufino da Silva, com endereço na Rua Antônio Parente Alencar, 51, CEP 56.000-000, Telefone (87) 988120-1931 e e-mail Michele.rufino@ifsertao-pe.edu.br para contato do pesquisador responsável (inclusive ligações a cobrar). Também participa desta pesquisa a orientadora Sílvia Maria Leite de Almeida.

Este Termo de Consentimento pode conter informações que o/a senhor/a não entenda. Caso haja alguma dúvida, pergunte à pessoa que está lhe entrevistando para que o/a senhor/a esteja bem esclarecido (a) sobre sua participação na pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar em fazer parte do estudo, rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa o/a senhor/a não será penalizado (a) de forma alguma. O (a) Senhor (a) tem o direito de desistir da participação na pesquisa em qualquer tempo, sem qualquer penalidade.

**INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:**

**Descrição da pesquisa:** Esta pesquisa objetiva investigar as causas de evasão dos alunos dos cursos técnicos de nível médio na modalidade integrada, do IF Sertão-PE, Campus Salgueiro com o fim de identificar os motivos que levam os alunos a evadir na modalidade estudada para a partir dos resultados propor um plano de ação para contenção da evasão escolar. Será utilizado o Sistema de Apoio à Gestão Escolar – SAGE para levantar os dados da evasão e identificar os alunos que evadiram. Já para identificar e compreender as causas de evasão, bem como as políticas de enfrentamento do fenômeno já utilizadas, serão aplicados questionários e realizadas entrevistas com as três categorias que compõem o IF Sertão-PE, Campus Salgueiro: Discentes em curso; discentes que evadiram em 2017/2018; docentes que atuam nos cursos objetos de estudo; servidores técnicos administrativos lotados no departamento de ensino e docentes no exercício de funções administrativas.

### **Esclarecimento do período de participação do sujeito na pesquisa, início e término**

A entrevista que for realizada em lócus terá a duração de 15 a 50 minutos, bem como a que for realizada por ligação telefônica gravada previamente autorizada pelo sujeito participante. As entrevistas que forem feitas por meio de e-mail terão o período de 24 a 48 horas dependendo da disponibilidade em responder dos sujeitos da pesquisa.

**RISCOS:** Especificação dos **riscos diretos** para o participante pode ser o desconforto, constrangimento. Entretanto esses riscos serão amenizados uma vez que será explicado a cada sujeito que eles não são obrigados a responder o que não quiserem, bem como poderão se retirar a qualquer momento da entrevista e serão os primeiros a ouvirem o que for gravado e também a lerem tudo o que for escrito no trabalho final. Podendo retirar o que os constrangerem.

**BENEFÍCIOS:** A compreensão das causas da evasão escolar dos alunos dos cursos técnicos de nível médio na modalidade integrada contribuirá para que ações sejam realizadas de modo a minimizar a evasão, bem como possibilitará a modelagem de uma proposta interventiva.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a participação dos voluntários. Os dados coletados nesta pesquisa, ficarão armazenados em pastas de arquivo ou computador, sob a responsabilidade do pesquisador, no endereço acima informado, pelo período mínimo de 5 anos.

O/A voluntário/a não pagará nada para participar desta pesquisa. Se houver necessidade, as despesas para a participação serão assumidas ou ressarcidas pelos pesquisadores. Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do IF SERTÃO-PE no endereço: Rua Valério Pereira, 72, Centro, Petrolina-PE (sala 201) - Anexo 1 da Reitoria do **IF Sertão-PE**. Telefone: (87) 2101-2359 / Ramal 104 —



<http://www.ifsertao-pe.edu.br/index.php/comite-de-etica-em-pesquisa>; [cep@ifsertao-pe.edu.br](mailto:cep@ifsertao-pe.edu.br)

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

---

Assinatura do pesquisador (a)

### **CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)**

Eu, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, abaixo assinado, após a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar e esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo de “A Evasão Escolar no IF Sertão-PE: Políticas de Enfrentamento”, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/assistência/tratamento).

Declaro que concordo em participar dessa pesquisa. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Impressão  
digital  
(opcional)

Local e data \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

---

Assinatura do (da) Participante/ Voluntário (a)

---

Assinatura do (a) Responsável Legal ou Pais

**Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar. 02 testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):**

NOME	NOME:
ASSINATURA:	ASSINATURA: